UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

THIAGO UCHOA UHLI CORTES

A economia do crime organizado e mercados ilícitos no Brasil:

Um estudo de caso sobre o Primeiro Comando da Capital

São Paulo
2020

THIAGO UCHOA UHLI CORTES

A economia do crime organizado e mercados ilícitos no Brasil:

Um estudo de caso sobre o Primeiro Comando da Capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Piquet Carneiro

Versão corrigida

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais e na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP, documentos impresso e eletrônico.

São Paulo
2020

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação
Seção Técnica de Biblioteca
Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

Cortes, Thiago Uchoa Uhli

A economia do crime organizado e mercados ilícitos no Brasil: um estudo de caso sobre o Primeiro Comando da Capital / Thiago Uchoa Uhli Cortes ; orientador: Leandro Piquet Carneiro. -- São Paulo, 2021.

131 p.

Dissertação (Mestrado) – Instituto de Relações Internacionais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

1. Crime organizado 2. Teoria econômica do crime 3. Primeiro Comando da Capital 4. Mercados ilícitos 5. Tráfico de drogas I. Carneiro, Leandro Piquet, orient. II. Título.

CDD – 364.106

Nome: CORTES, Thiago Uchoa Uhli

Título: A economia do crime organizado e mercados ilícitos no Brasil: um estudo de caso sobre o Primeiro Comando da Capital

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Aprovado em: 09 de dezembro de 2020.

Banca Examinadora

Prof(a). Dr(a). Leando Piquet Carneiro

Instituição: Universidade de São Paulo

Julgamento: Aprovado

Prof(a). Dr(a). Fábio Ramazzini Bechara

Instituição: Universidade Plebisteriana Mackenzie

Julgamento: Aprovado

Prof(a). Dr(a). Joanna da Costa Martins Monteiro

Instituição: Fundação Getúlio Vargas - RJ

Julgamento: Aprovado

AGRADECIMENTOS

A minha família, em especial a Teresa, Andréa, Ana e Marco, pelo amor, carinho, oportunidades e apoio incondicional de todos os dias.

Ao meu orientador Professor Leandro Piquet Carneiro, pelo companherismo, ensinamentos, paciência e, principalmente, confiança ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Aos colegas da REDPPOL pela parceria e oportunidade em participar dos necessários e valorosos projetos em favor da Segurança Pública.

Aos meus amigos, que há anos compartilhamos nossas experiências com muita alegria e bom humor.

Aos colegas, professores e demais funcionários do IRI-USP, pelo suporte, coleguismo e disposição para transformar a rotina da pós-graduação em uma ótima experiência e boas memórias.

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo analisar qualitativamente como o comportamento geral das organizações criminosas são moldadas pelos incentivos presentes nos mercados ilícitos nos quais atuam. Combinada às estatísticas gerais de crime e aos materiais secundários, a avaliação empírica se constrói com base nas evidências produzidas pelo Sistema de Justiça Criminal a partir de casos judiciais em desfavor de policiais corruptos e criminosos organizados. Baseado nas Teorias Econômicas do Crime Organizado, propõe-se estudar o crime organizado como firma ilícita produtora e reguladora de proteção privada em áreas onde a presença estatal, via suas instituições, é ausente, fraca ou incompleta. Para isso, apresenta-se um estudo de caso sobre a organização criminosa auto intitulada Primeiro Comando da Capital, a fim de analisar descritivamente como seu comportamento geral é moldado pelos mercados ilícitos que atua, nominalmente o tráfico de drogas ilícitas no Estado de São Paulo entre 2011 e 2019, e como promove seu negócio de proteção, para encontrar a demanda de diversas outras firmas ilícitas e indivíduos que atuam na ilegalidade, mas que são incapazes de se auto protegerem dos riscos associados às suas atividades ilegais.

PALAVRAS-CHAVE: Crime Organizado. Teoria Econômica do Crime Organizado. Primeiro Comando da Capital. Mercados Ilícitos. Tráfico de Drogas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze qualitatively how criminal organizations' general behavior is shaped by the incentives present in the illicit markets in which they operate. The empirical assessment combines available statistics on crimes and other secondary sources with evidence produced by the criminal justice system based on court cases against corrupt police officers and organized criminals. Based on the Economic Theory of Organized Crime, it suggests studying organized crime as a producer and regulator of private protection in areas where the State presence, via its institutions, is absent, weak, or incomplete. It presents a case study on the criminal organization called *Primeiro Comando da Capital*, to analyze descriptively how its general behavior is shaped by the illicit markets it operates, namely the illegal drug trafficking and private protection in the State of São Paulo between 2011 and 2019, and how it promotes its protection business to meet the demand of illicit firms and individuals willing to act illegally, but unable to protect themselves from the risks associated with their illegal activities.

KEYWORDS: Organized Crime. Economic Theory of Organized Crime. Primeiro Comando da Capital. Illicit Markets. Drug trafficking.

LISTA DE FIGURAS

Figura 3.1 - Estado de São Paulo: Organização de Quadros por Discagem Direta à Distância (DDD).....	83
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 - Relação de Denúncias Analisadas: Crimes de Organizações Criminosas.....	44
Tabela 2.1 – SISMPIntegrado: Relação de Procedimentos Disponíveis e Coletados	55
Tabela 3.1 - Presença Internacional de Integrantes do PCC (2013).....	72
Tabela 3.2 – Estimativa: Presença de Integrantes do PCC Ativos por UF.....	76
Tabela 3.3 – Exemplo da Prática de Registros: Documento Apreendido sobre ex-Integrantes	98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CRIME ORGANIZADO E MERCADOS ILÍCITOS.....	21
1.1 Evolução do Conceito de Crime Organizado.....	21
1.1.1 <i>O Crime Organizado no Brasil.....</i>	28
1.2. Teoria Econômica do Crime Organizado	36
1.2.1. <i>Crimes Predatório e Crimes Mercadológicos.....</i>	39
1.2.2. <i>Governança Illegal.....</i>	44
2. DADOS E EMPIRIA: EXTRAÇÃO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS PELO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL.....	49
2.1. Dados: O Sistema de Justiça Criminal como Fonte de Evidências.....	52
Etapa 1	52
Etapa 2	53
Etapa 3	54
2.2. Metodologia	56
2.3. Limitações	57
3. O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC): ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O NEGÓCIO DA PROTEÇÃO.....	62
3.1. A Jornada do PCC	63
3.1.1. <i>Transnacionalização.....</i>	70
3.2. Estrutura Criminosa: Sistema Penitenciário, Rua e Competição.....	78
3.2.1. <i>Estrutura Unificada e Hierárquica</i>	79
3.2.2. <i>Como as Firms Ilícitas se organizam em São Paulo.....</i>	86
3.3. A Proteção na Prática	93
3.3.1. <i>Confiança nos Mercados Ilícitos: Informação, Comunicação, Reputação.....</i>	95
Informação	95
Confiança.....	100
3.3.2. <i>Corrupção e Violência</i>	104
Corrupção.....	104
Violência	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	115
REFERÊNCIAS	118
APÊNDICE	128
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

Como o comportamento geral das organizações criminosas é moldado pelos mercados ilícitos nos quais atuam? Para responder a esta questão, a presente dissertação investiga como os incentivos econômicos presentes nos mercados de bens e serviços ilícitos moldam o comportamento geral das organizações criminosas. Especificamente, trata-se de um estudo de caso sobre a organização criminosa autodenominada Primeiro Comando da Capital (PCC) e sua atuação nos mercados ilícitos de drogas no Estado de São Paulo, entre os anos 2011 e 2019.

Devido à variedade de interpretações que surgem quando o assunto é o crime organizado, e à necessidade de uma melhor definição sobre o objeto de estudo, esta dissertação adota algumas estratégias iniciais:

1) Como o interesse da investigação é sobre os incentivos econômicos presentes nos mercados ilícitos, a adoção das Teorias Econômicas do Crime Organizado como base teórica, sub-área das Teorias do Crime Organizado, indica a distinção inicial entre os crimes ideologicamente motivados, os crimes comuns e o crime organizado. Isso significa que, ainda que as organizações criminosas possam se dedicar a uma variedade de atividades ilegais, e até mesmo legais a depender do caso, o crime organizado geralmente segue as dinâmicas de oferta de bens e serviços que foram definidos ilegais por lei a uma demanda constante disposta na sociedade. A atenção da abordagem econômica, como seu próprio nome sugere, é sobre as relações econômicas que conduzem os negócios do crime organizado.

2) A definição da pergunta de pesquisa nada mais é que uma estratégia para pensar, sob um contexto mais genérico, os motivos de algumas atividades ilegais gerarem mais externalidades negativas à sociedade do que outras, mesmo quando os bens ou serviços ilícitos em demanda apresentam semelhanças e fins comuns. Em outras palavras, por que os mercados de drogas ilícitas, como a cocaína, por exemplo, tende a gerar mais confrontos entre seus agentes do que outros mercados? Ainda que essa pergunta seja instigante por si só, responder ao questionamento sobre como os mercados ilícitos moldam o comportamento geral das organizações criminosas sugere a necessidade de definir a própria organização criminosa como unidade de análise, afinal, só será possível entender como suas ações são moldadas se a atenção é voltada para seu interior.

3) Definir a organização criminosa como unidade de análise é também imediatamente eficaz pois elimina o estigma da literatura do Crime Organizado em não concordar sobre uma definição comum sobre o que é o “crime organizado”. A adoção da organização criminosa, ainda que também haja descontentamentos e discussões sobre o que deve ser considerado como uma “verdadeira organização criminosa”, apresenta uma definição mais clara do objeto de estudo.

4) Por fim, a mesma opção por tal unidade de análise oferece ganhos analíticos tanto sobre novas interpretações acerca do caso do PCC, a partir da combinação de uma abordagem teórica pouco utilizada na literatura nacional e um amplo material empírico coletado e produzido pelo Sistema de Justiça Criminal¹, como para a literatura internacional, já que o PCC tem se tornado, cada vez mais, uma ameaça aos países da América do Sul.

Dessa forma, os objetivos específicos desta dissertação tratam justamente sobre (1) os ganhos analíticos de se analisar o caso selecionado através da Teoria Econômica do Crime Organizado; (2) a instrumentalização do trabalho promovido pelo Sistema de Justiça Criminal como uma boa fonte de informação e empiria, uma vez que oferece a grande vantagem de conduzir testes constantes de validação de evidências, além de serem documentos públicos; e, (3) o mapeamento inicial das principais investigações promovidas em desfavor de integrantes e supostos integrantes da organização criminosa (ORCRIM) estudada e sua relação com policiais corruptos.

O recorte temporal escolhido para a investigação, de 2011 a 2019, é importante pois marca tanto um período de intensas transformações internas ao PCC como indicam mudanças no Sistema de Justiça Criminal com a introdução da Lei 12.850/2013, que além de definir e tipificar o que são as “organizações criminosas”, também prevê a investigação criminal, os meios de obtenção de provas, seus crimes relacionados e o próprio processo criminal (BECHARA, 2016). Especificamente com relação ao PCC, o ano de 2011 é importante pois além da circulação do seu atual “estatuto” houve a disseminação de uma série de “salves²” que impulsionaram diretrizes que influenciaram diversos aspectos-chave da evolução do PCC, como sua descentralização estrutural,

¹ O Sistema de Justiça Criminal é composto não somente pelo Ministério Público, mas pelas Polícias Civil e Militar, Administração Penitenciária e Tribunal de Justiça.

² Salves são comunicações geralmente distribuídas a partir dos principais escalões do PCC e repassados através de seus diversos quadros e membros, dentro e fora do sistema penitenciário, que visam comunicar decisões, esclarecimentos e difundir informações gerais sobre as diversas atividades conduzidas pelos membros da organização e seus simpatizantes. Os salves apreendidos e apresentados pelas autoridades no material empírico coletado estão tanto em formatos manuscritos como em eletrônicos, difundidos através de aplicativos de celular ou e-mail.

a relação hostil contra as forças policiais e rivais, as novas práticas no exercício do tráfico de drogas ilícitas e o planejamento e intensificação de seu processo de transnacionalização durante os anos que se seguiram.

Sobre a definição de “organização criminosa”, adota-se a própria definição proposta pela Lei 12.850/2013 pois foi através dessa tipificação penal, especialmente de seu art. 1 e 2, que se logrou coletar as evidências empíricas a partir de documentos oficiais de investigação nas plataformas de pesquisa dos órgãos públicos responsáveis pela persecução penal. Foi a partir da introdução dessa Lei que as chamadas “mega denúncias”³ em desfavor de integrantes e supostos⁴ integrantes do PCC foram conduzidas pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Considera-se uma “organização criminosa”:

[...] a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos, ou que sejam de caráter transnacional (Lei n.º. 12.850/2013).⁵

Para além desses motivos, escolheu-se o Estado de São Paulo como espaço de análise por conta de quatro outros importantes fatores: (1) o material empírico coletado trata, majoritariamente, da atuação do PCC e de suas “firmas ilícitas” neste estado; (2) o Estado de São Paulo é o espaço de origem do PCC, e é a partir de seu sistema penitenciário que as principais comunicações, via salves, são distribuídas para todo o Brasil e exterior; (3) é um grande centro consumidor e de

³ Em São Paulo, segundo as evidências coletadas, a partir de 2013, grandes denúncias em desfavor de membros e supostos membros do PCC foram conduzidas pelo Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do Ministério Público do Estado de São Paulo. São denúncias que geralmente denunciam um grande número de indivíduos e que descrevem, em centenas de páginas, os detalhes das investigações e seus principais achados. Mais do que indicar e justificar por quais crimes os indivíduos estão sendo denunciados, essas denúncias apresentam ainda um breve histórico da evolução da organização criminosa e seu *modus operandi* e estrutura interna. De 2013 a 2019, período de investigação selecionado, duas “mega denúncias” se destacam, uma de 2013 em que 175 indivíduos foram denunciados, e outra de 2018 (Operação Echelon), que denunciou 75 indivíduos.

⁴ Refere-se aos indivíduos denunciados como “supostos” infratores pois não se pode saber, antes do devido rito processual, se são realmente os perpetradores dos crimes pelos quais estão sendo acusados. A palavra “supostos” também é utilizada a fim de distinguir os integrantes que já tiverem sua membresia confirmada por documentos internos da organização criminosa, ou por decisões judiciais, dos membros que ainda estão sendo investigados pelas autoridades competentes.

⁵ BRASIL. Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013. “Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm> Acesso em: 10 set. 2020.

“trânsito” de drogas e outras mercadorias ilícitas que são distribuídas a outros centros consumidores domésticos e internacionais; e, (4) é um local onde as organizações criminosas atuam com maior sofisticação organizacional e tecnológica, apesar da robustez econômica e capacidade operativa do Sistema de Justiça Criminal paulista. Apesar da limitação do espaço de análise, o material empírico coletado também oferece boas intuições sobre as dinâmicas do crime nacional e transnacional.

A escolha da organização criminosa como unidade de análise é, ainda, consequência da falta de consenso dos estudiosos sobre o que é “crime organizado”. A literatura mostra que as tentativas de definições sobre esse fenômeno encontraram sucesso limitado e nenhuma foi aceita largamente (MACCARTHY, 2011; ABADINSKY, 2010). Muitas tentativas,⁶ inclusive, tampouco são consideradas como definições *stricto sensus*, mas meras descrições, que podem encontrar pouco valor no contexto da pesquisa, na legislação, ou mesmo para a elaboração de políticas públicas (LAMPE, 2016; VAN DUYNE, 2003; REUTER, 1994). Geralmente, as definições variam dependendo de fatores como o nível de análise, metodologias selecionadas de pesquisa, percepções e concepções do período de tempo específico e a abordagem teórica (ZABYELINA, 2010). Por essas razões, tornou-se uma sugestão acadêmica geral que o questionamento principal não deve ser sobre “o que é o crime organizado” propriamente dito, mas sobre quais intuições podem ser obtidas através de outras disciplinas “para entender por quais motivos os fenômenos que categorizamos como ‘crime organizado’ ocorrem e quais forças incentivam sua ocorrência” (SMITH, 1971, p. 63, tradução minha).⁷ Logo, a literatura sugere que a saída para evitar a “armadilha” da definição é se concentrar em temas que são considerados de “crime organizado”, mas que ofereçam uma definição mais clara do objeto.

Embora não haja consenso sobre uma definição, a literatura do crime organizado é relativamente densa e apresenta aspectos básicos que requer serem entendidos a fim de introduzir o porquê da escolha das Teorias Econômicas do Crime Organizado como abordagem norteadora.

Em suma, a literatura divide os estudos do crime organizado sobre duas dimensões

⁶ Ver: LAMPE. **Definitions of Organized Crime**. Disponível em: <www.organized-crime.de/organizedcrimedefinitions.htm>. Acesso em: 25 nov. 2019.

⁷ Na versão original: “(...) rather, the question is: “What insights may be obtained from history, economics, sociology, psychology-even philosophy and theology-that would facilitate efforts to understand why the phenomena we categorize as organized crime occur, and what forces trigger their occurrence?” (SMITH, 1971, p. 63).

principais: a dimensão sobre “quem” pratica as atividades ilícitas, ou seja, análises sobre a série de relações entre organizações criminosas ou indivíduos associados, e sobre as atividades ilegais - aquelas que são conduzidas por uma série de agentes (PAOLI & BEKEN, 2014; FIORENTINI & PELTZMAN, 1995).

Ao longo dessas duas dimensões, três modelos teóricos tradicionais formam as bases para o desenvolvimento da literatura em suas linhas gerais. Pelo lado das relações estabelecidas entre “quem” pratica as atividades criminosas, os modelos conhecidos como “hierárquico-burocrático” (*bureaucratic-hierarchical approach*) e “étnico-local” (*ethnic-local approach*) se sobressaem. O modelo hierárquico-burocrático está relacionado com a análise sobre como determinado grupo funciona em termos de posições devido à forma como as atividades ilegais são conduzidas através de hierarquias formais (CRESSEY, 1967), e o modelo étnico-local se relaciona à análise de grupos preferencialmente formados sobre laços de amizade definidos por traços culturais e étnicos (ADLER, 1993; IANNI & REUSS-IANNI, 1972; ALBINI, 1971).

Não necessariamente excluindo os demais, mas se opondo a fim de introduzir um “aspecto visível e não controverso do crime organizado” (PAOLI, 2002, p. 54), o terceiro modelo é conhecido como “modelo da firma ilícita” (*enterprise model approach*), e tem por objetivo analisar a formação e comportamento geral das “firmas ilícitas” da mesma forma como se analisa a atuação de uma firma legítima. A atenção volta-se às relações econômicas do crime organizado e os estudos geralmente se dedicam às questões mercadológicas (SMITH, 1975; ALBANESE, 2015). Embora exista essa distinção inicial, a literatura reconhece que a depender do caso analisado, a melhor estratégia é utilizar os modelos e seus paradigmas adjacentes de forma complementar.

A escolha da Teoria Econômica do Crime Organizado como base teórica é justamente uma aposta de interpretação inovadora sobre as relações econômicas estabelecidas entre o PCC, suas firmas e rivais e os próprios mercados ilícitos nos quais atua. A analogia da “firma ilícita”, por sua parte, é característica desta abordagem teórica e significa analisar as organizações criminosas como atores racionais posicionados em um ecossistema maior de mercados ilícitos. Adotar a “firma ilícita” não significa aceitar sem contestação a ideia generalizada de maximização de lucros a todo custo (NAYLOR, 2004) pois se sabe que existem estratégias racionais seguidas pelas organizações criminosas nas atividades ilegais que conduzem e que nem sempre vão garantir um lucro alto e imediato. De fato, para a Teoria Econômica do Crime Organizado essa analogia serve

para pensar a estrutura e relação interna da organização criminosa, suas decisões de investimento e o comportamento competitivo frente a rivais no mercado de produção de proteção (incluindo forças de segurança).

Resumidamente, esses pontos significam que determinada firma ilícita deve criar mecanismos a fim de mitigar os riscos inerentes da atividade ilegal, recaindo sobre seus líderes a competência de estabelecer incentivos para conseguir tanto vantagens frente à competição (incentivos exógenos),⁸ quanto para contornar os potenciais problemas de “agência” (incentivos endógenos),⁹ como a insubordinação e falta de confiança (FIORENTINI & PELTZMAN, 1995; GAMBETTA, 1993). O Capítulo 1 retrata a evolução dessa literatura.

A fim de facilitar o entendimento sobre essa complexa relação de expressões, é importante salientar que esta dissertação adota a terminologia “organização criminosa”¹⁰ para se referir especificamente ao PCC (sua estrutura unificada e hierárquica) e “firmas ilícitas” para se referir aos diversos grupos que compõe o PCC, e que podem ser formados pela associação entre membros diretos ou indiretos da organização criminosa. O que isso significa? Significa que os dados coletados sugerem que o PCC pode ser analisado tanto como organização criminosa seguindo os termos da Lei 12.850/2013, como uma firma ilícita produtora de proteção de acordo com a discussão teórica das Teorias Econômicas do Crime Organizado. No entanto, devido à amplitude da própria Lei 12.850/2013 sobre o que pode ser considerado como “organização criminosa”, percebe-se que, na prática, uma ampla gama de grupos é criminalizada como “organização criminosa”, bastando apresentarem qualquer associação “de mais de quatro pessoas para a prática de quaisquer infrações penais, desde que tenham pena máxima superior a quatro anos” (1º Vara Criminal da Comarca de Guarujá).¹¹

Por que, então, não se referir ao PCC como “firma ilícita” simplesmente? Pois da mesma

⁸ Por incentivos exógenos, entende-se, por exemplo, os riscos provenientes dos esforços estatais de contenção e repressão às atividades ilícitas, as tendências mercadológicas de produtos e serviços ilícitos e a competição entre organizações criminosas.

⁹ Por incentivos endógenos, entende-se os aspectos relacionados à dinâmica da estrutura organizacional interna das organizações criminosas e a capacidade de regular as atividades ilegais de membros, não membros e “firmas” ilícitas que atuam sob sua “governança ilegal”.

¹⁰ Outras organizações criminosas de aspectos similares ao PCC e que contam com grande notoriedade local são referidas como “organizações criminosas” da mesma forma. Alguns exemplos são o Comando Vermelho, a Família do Norte, o Terceiro Comando Puro, os Amigos dos Amigos e outros.

¹¹ Disponível nos autos: 1510435-13.2016.8.26.0223.

forma que a Lei 12.850/2013 serve para tipificar e criminalizar a conduta de associações criminosas formadas por mais de quatro pessoas que apresentam outras determinadas características genéricas, ela também permite, obviamente, criminalizar os diversos integrantes e supostos integrantes do PCC que se associam entre si para formar grupos menores a fim de cometer diversos outros crimes, como o tráfico de drogas (o mais observado na base de dados). Assim, para evitar maiores confusões com as terminologias, decidiu-se fazer referências a esses grupos menores como “firmas ilícitas”, enquanto o PCC em si, diga-se, sua estrutura interna hierárquica e unificada, é referenciado como “organização criminosa.”

Seguindo a linha proposta pela abordagem econômica do crime organizado, o argumento central desta dissertação propõe a interpretação de que o principal negócio do PCC é o serviço de proteção privada, e não o tráfico de drogas ilícitas, como a *cannabis* e a cocaína, a exemplo do que é amplamente difundido na mídia e entre os profissionais de segurança pública. O tráfico de drogas é geralmente entendido como o principal negócio das organizações criminosas pois além de gerar alta rentabilidade, seus lucros são reinvestidos em outras atividades ilegais, como a compra de armamento e a corrupção de autoridades públicas. Como sugere o material empírico coletado, sem dúvidas o tráfico de drogas é o principal negócio das “firmas ilícitas” que compõem o PCC. No entanto, como “organização criminosa”, seu principal negócio é o da proteção.

Essa sugestão parte da ideia de que o PCC criou estruturas sólidas que permitem a venda de “apólices de seguros” às firmas e indivíduos que fazem parte de sua rede. Em outras palavras, propõe-se que o PCC é melhor entendido como uma firma racional que oferece proteção através da regulação das atividades ilegais de outras firmas ilícitas em espaços onde não existe o amparo formal do Estado. Para a firma ilícita, ou o criminoso profissional individual, que entende os riscos que corre por operar na ilegalidade, que reconhece o aumento da capacidade de policiamento e a competição predatória contra outras firmas ilícitas rivais como um aumento no próprio risco de ser retirado de seus negócios, e que não tem a capacidade própria de se auto proteger e corromper autoridades públicas em diversos níveis para se manter ativa nos mercados ilícitos, demandar proteção de uma terceira parte é a principal saída. Mas não é qualquer terceira parte, uma vez que buscar a polícia para resolver seus conflitos, por exemplo, pode ser bastante arriscado. Assim, a firma ilícita que consegue se estabelecer e se sobressair dentre as demais irá encontrar a demanda por proteção e se tornará na própria fornecedora da proteção, transformando-a em seu próprio

negócio. Essa é a lógica que será observada ao caso do PCC: como os incentivos endógenos e exógenos ao PCC moldam seu comportamento geral frente aos mercados ilegais nos quais atua?

Especificamente, as discussões sobre a evolução do PCC recebem forte atenção de autoridades públicas – Ministério Público, como discutido aqui –, de jornalistas (ABREU, 2019; JOZINO, 2005) e de acadêmicos com distintas formações, especialmente antropologia, sociologia e ciência política (LESSING & WILLIS, 2019; HIRATA & GRILO, 2019; BIONDI, 2016; FELTRAN, 2018; MANSO & DIAS, 2018; DIAS & SALLA, 2013; ADORNO & SALLA, 2007).

Outras comunidades científicas como as Relações Internacionais (RODRIGUES, 2020; FERREIRA, 2019; SAMPÓ, 2019), apesar de ter testemunhado um crescente avanço sobre estudos do crime organizado transnacional desde a década de 1990, pouco trata sobre as organizações criminosas brasileiras e sua expansão internacional. A adoção da literatura econômica do crime organizado para estudar o PCC é uma forma de inovar e contribuir com o debate em Segurança Pública ao analisar, de forma sistemática, o que acontece “dentro” da organização criminosa. E, ainda que seja uma abordagem relativamente comum no exterior, ela não tem muitos adeptos no Brasil e tampouco é aplicada sobre o caso do PCC. Por essas razões, é necessário aprofundar suas contribuições.

Por sua vez, a proposta de avaliação empírica é enfatizar que o trabalho promovido pelo Sistema de Justiça Criminal pode ser utilizado como boa fonte de informação e empiria pois oferece a grande vantagem da oportunidade de se conduzir testes constantes de validação de evidências ao passo que novas investigações são conduzidas. A outra grande vantagem é que são documentos públicos. Os dados empíricos coletados são majoritariamente qualitativos derivados de documentos públicos oficiais atribuídos às investigações judiciais em desfavor de membros, supostos membros, e rivais da organização criminosa sob análise, além de policiais e agentes de segurança pública corruptos. Os documentos coletados incluem evidências sobre a comunicação interna da organização criminosa PCC, como conversas e documentos interceptados, registros sobre o tráfico de drogas ilícitas (maconha, crack e cocaína, especialmente), controle do uso de material bélico (aluguel de armas de fogo, coletes balísticos, explosivos), outras atividades ilícitas gerais, testemunhos e estrutura organizacional interna. Diversos outros documentos de natureza similar, também coletados, trazem oportunidades ímpares de se avaliar a relação, direta e indireta, estabelecida entre os grupos menores (“firmas ilícitas”) e o PCC no Estado de São Paulo.

Foram coletados os textos completos de duas “mega denúncias”, de 2013¹² e 2018,¹³ do Ministério Público do Estado de São Paulo,¹⁴ reconhecidas por fazerem um “Raio X” na estrutura do PCC; o texto completo da denúncia instituída a partir da Operação Ubirajara (2019),¹⁵ e parte da sentença sobre a Operação Ethos (2016)¹⁶ – ambas também conduzidas pelo MPSP – e, o texto de uma sentença parcial da investigação sobre a Operação Brabo (2016),¹⁷ da Polícia Federal (PF) e Ministério Público Federal (MPF). Com exceção das “mega denúncias”, as três últimas foram encontradas em fontes abertas (*open source*).¹⁸

Adicionalmente, foram coletadas e analisadas mais 313 denúncias endereçadas à diversas unidades de promotoria de justiça criminal de cidades do Estado de São Paulo, e de diferentes núcleos de atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO) do MPSP, que versam primariamente sobre as tipificações penais “crime de organização criminosa” e “promoção, constituição, financiamento ou integração de organização criminosa” – art. 1 e 2 da

¹² GODOY, Marcelo. Maior investigação da história do crime organizado denuncia 175 do PCC. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de outubro, 2013. Disponível em: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maior-investigacao-da-historia-do-crime-organizado-denuncia-175-do-pcc,1084346>. Acesso em: 31 out. 2020.

¹³ OPERAÇÃO QUE PRENDEU INTEGRANTES DE FACÇÃO É “GOLPE DURO NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA”, DIZ SECRETÁRIO NA SEGURANÇA. **G1**, São Paulo, 14/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/operacao-que-prendeu-integrantes-de-faccao-e-golpe-duro-na-organizacao-criminosa-diz-secretario-da-seguranca.ghtml>. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁴ Ambas são consideradas “mega denúncias” pois juntam evidências que compõem um calhamaço de mais 1.400 páginas de investigação, além de terem denunciado, em conjunto, 250 indivíduos. Essas foram solicitadas formalmente, via Ofício, junto ao MPSP. O Capítulo 2 descreve as fases da coleta de dados com detalhes.

¹⁵ MINISTÉRIO PÚBLICO DENUNCIA 53 POLICIAIS MILITARES SUSPEITOS DE INTEGRAR O PCC. **EL PAÍS**. São Paulo, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/politica/1549391739_431454.html. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Em coletiva, subprocurador-geral de Políticas Criminais esclarece Operação Ethos. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=16182355&id_grupo=118 >. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁷ MACEDO, Fausto; AFFONSO, Julia. PF abre Operação Brabo para prender 127 do tráfico. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, 04 de setembro de 2017. Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/pf-abre-operacao-brabo-para-prender-127-do-trafico/> >. Acesso em: 31 out. 2020.

¹⁸ *Open source* significa que foram encontradas na internet. A Operação Ubirajara do MPSP (autos n. 0006752-47.2018.9.26.0010) está disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/mp-sp-denuncia-53-policiais-militares.pdf> >. A Operação Brabo (2016), diferente das demais, não é uma denúncia do MPSP, mas um trecho da sentença sobre a operação da Polícia Federal e Ministério Público Federal que investigou e desbaratou célula do PCC que operava no Porto de Santos com estrangeiros membros de organizações criminosas da Europa. A Operação é interessante de ser observada pois contou com a cooperação de autoridades de investigação internacionais dos EUA, Rússia, Espanha e Itália. A operação foi coordenada entre a PF e a DEA (*Drug Enforcement Administration*) dos EUA. A Operação Brabo (autos n. 0015509-37.2017.403.6181) está disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/brabo-sentenca-final-red.pdf> >. Acesso em: 08 jun. 2020.

Lei 12.850/2013. São denúncias em desfavor de diversos indivíduos considerados como supostos integrantes diretos e indiretos do PCC, que se dedicam a uma variedade de atividades ilegais, não só assumindo posições na estrutura unificada do PCC, mas também se associando e formando as diversas firmas ilícitas. Em conjunto, esses documentos cobrem uma boa parte do Estado de São Paulo entre os anos 2011 e 2019 – recorte temporal de análise desta dissertação – além de introdurem aspectos importantes da dinâmica criminal em outros estados da Federação e países da América do Sul.

A atual dissertação, portanto, encaixa-se sob esse contexto. Trata-se de um estudo de caso do Primeiro Comando da Capital como organização criminosa que detém o monopólio de cerca de 90% das unidades prisionais do Estado de São Paulo (MPSP, 2013), atua em virtualmente todos os estados brasileiros e em vários outros países da América do Sul (especialmente o Paraguai e Bolívia) onde seus milhares de integrantes diretos (chamados de “irmãos”, ou seja, aquele que foi “batizado”) e indiretos (chamados de “companheiros” ou “primos”, podendo ser, inclusive, familiares) estão espalhados (MPSP, 2018). Em menor grau, existem também registros de diversos outros indivíduos ligados à ORCRIM que atuam em países da Europa e África. Além de ser notório no Brasil, o PCC é ainda um ator chave para organizações criminosas transnacionais de origem estrangeira que cooperam para organizar e enviar carregamentos de cocaína para além do Atlântico a partir de portos brasileiros, com destaque ao Porto de Santos (MPF, 2016).¹⁹

Estruturalmente, para além desta Introdução, este trabalho é dividido em três capítulos e uma consideração final. Com destaque à Teoria Econômica do Crime Organizado, o Capítulo 1 é dividido em duas seções e promove a revisão da literatura sobre o fenômeno do crime organizado e sua relação com os mercados ilícitos. A primeira seção apresenta as bases de evolução da literatura internacional e brasileira, com especial atenção às particularidades de cada corpo teórico, e a segunda seção aprofunda a perspectiva adotada pela economia do crime organizado a fim de estabelecer as bases analíticas sobre as quais o caso escolhido será submetido. Como dito, a unidade de análise estende-se “sobre a organização criminosa” com o objetivo de analisar como os incentivos exógenos e endógenos moldam seu comportamento geral nos mercados ilícitos em que atua, e a maneira como se organiza estruturalmente para competir, promover proteção e mitigar os

¹⁹ Ver: Autos 0015509-37.2017.403.6181. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/brabo-sentenca-final-red.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

problemas de agência.²⁰ Ademais, distingue o PCC das demais organizações criminosas nos termos da Lei 12.850/2013.

O Capítulo 2 apresenta a estratégia de pesquisa seguida para garantir o acesso aos documentos de investigação mencionados acima, revisa brevemente alguns trabalhos e metodologias de pesquisa similares na literatura, e descreve os dados coletados. Seu objetivo é compreender os prós e as limitações da combinação da metodologia de pesquisa e da coleta de evidências provenientes do Sistema de Justiça Criminal. Isso permite compreender tanto como o Sistema de Justiça Criminal (as polícias, repartições públicas estaduais e federais e os tribunais de justiça) produz evidências sobre a criminalidade organizada, e assim poder inserir a academia no debate de Segurança Pública mais direto e interdisciplinar, quanto permite analisar cientificamente o modelo de organização do crime organizado e sua participação em mercados ilícitos.

Por fim, o Capítulo 3 apresenta uma extensa análise descritiva sobre o caso e trata de responder empiricamente à pergunta norteadora. O capítulo tenta demonstrar, na prática, os ganhos analíticos de se aplicar novos instrumentos teóricos sobre um caso que ganha cada vez mais atenção mundial, e promove o argumento de que o principal negócio do PCC é a proteção privada.

Detalhes dos dados empíricos coletados são apresentados em formato de tabelas nas seções de Apêndice ao final.

²⁰ Os “problemas de agência” (LESSING, 2020) nada mais são que as preocupações que determinada organização deve ter a fim de controlar potenciais incidentes internos que causam externalidades negativas ao coletivo e, consequentemente, às atividades que conduz. No caso das organizações criminosas, exemplos de problemas de agência comuns são relacionados a aspectos críticos como a insubordinação (LEVITT & VENKATESH, 2000) e a possibilidade de integrantes promoverem (ou tornarem-se) evidências às autoridades contra seus próprios colegas em troca de benefícios próprios, como penas reduzidas (CURRY & MONGRAIN, 2012).

1. CRIME ORGANIZADO E MERCADOS ILÍCITOS

1.1 Evolução do Conceito de Crime Organizado

Inicialmente um conceito desenvolvido sob forte influência política²¹ nos Estados Unidos da América (EUA), as visões sobre o crime organizado historicamente variaram sobre duas dimensões principais: a dimensão sobre “quem” pratica as atividades ilegais e a dimensão sobre as atividades ilegais propriamente ditas (PAOLI & BEKEN, 2014; FIORENTINI & PELTZMAN, 1995).

Ao longo dessas dimensões, três modelos teóricos se sobressaem e fornecem as bases do debate: o modelo hierárquico ou burocrático (*bureaucratic-hierarchical*), o modelo étnico-local (*ethnic-local approach*) e o modelo empresarial (*illegal enterprise*) (ALBANESE, 2015). Seja focado nas organizações criminosas ou nas atividades ilegais, esses modelos são complementados por *clusters* de pesquisa específicos, como os estudos sobre os mercados ilegais (*illegal markets*), estruturas de governança ilegais (*illegal governance structures*), redes criminais (*criminal networks* ou *social network approach*), análise de atividades criminosas específicas (LAMPE, 2016, p. 54; VARESE, 2017), teoria da proteção (*protection theory*) e abordagem logística ou situacional (*logistic or situational approach*) (KLEEMANS, 2014).

Como sugere Lampe (2016), tais *clusters*, por sua vez, também podem compor tanto as preocupações consideradas de “maior escala” do crime organizado, como estudos sobre a atividade criminosa, a estrutura e a governança ilegal, como podem compor os estudos que acompanham as “preocupações de menor escala”, que pretendem responder questões sobre violência e corrupção, lucros e política, poder e influência política e agendas ideológicas como objetivos criminais, ainda que esse último seja mais debatido quando o assunto é o nexo entre terrorismo e crime organizado.

Desenvolvido com base na abordagem organizacional (*organization-based approach*), o primeiro modelo a receber forte atenção na literatura foi o modelo hierárquico-burocrático. Este ficou mais conhecido por seus críticos como “*alien conspiracy theory*” pois durante seu período

²¹ De treze definições que Hagan (1983) analisou sistematicamente, entre 1969 e 1981, com intuito de chegar a um denominador comum do que poderia ser entendido por “crime organizado”, apenas uma era efetivamente acadêmica. As demais eram definições políticas.

de evolução, seguiu-se um conceito de crime organizado que apresentava características fortemente estereotipadas em torno da carreira criminoso de imigrantes,²² especialmente de origem italiana, que supostamente constituíam organizações criminosas hierarquicamente bem estruturadas, grandes e poderosas, e que ameaçavam a integridade dos cidadãos e a política nacional dos EUA ao tomarem as instituições democráticas por meio de corrupção e violência (ALBANESE, 2015; KLEEMANS, 2014; PAOLI, 2009). Embora atualmente se reconheçam os vieses e erros dessa abordagem, não foi por acaso que a visão conspiratória do inimigo estrangeiro persistiu dominante no debate público e cultural estadunidense até por volta dos anos 1980. Uma série de acontecimentos históricos fortaleceram a visão oficial sobre o que se entendia sobre as expressões “Máfia”, “La Cosa Nostra”, “crime organizado”, e ajudaram a cunhar amplamente a noção sobre quem disseminava conspirações²³ criminosas (PAOLI & BEKEN, 2014).

Dentre os principais acontecimentos estão: (1) a comissão especial estabelecida no Senado estadunidense pelo Senador Estes Kefauver (1950 - 1951), conhecida popularmente como *The Kefauver Hearings*;²⁴ (2) o episódio de “mafiosos” na casa de Joseph Mario Barbara (*Joe The Barber*)²⁵ em Apalachin, Nova York, em novembro de 1957; e, (3) o famoso testemunho de Joe Valachi (1963)²⁶ sobre suas experiências como “*made member*” pertencente à família Genovese da Cosa Nostra frente ao Subcomitê Permanente de Investigação do Senado dos EUA – melhor conhecido como *McClellan Committee*. Foi durante seu testemunho que Joe Valachi apresentou

²² Ver: VARESE (2011).

²³ Por conspiração (*conspiracy*) entende-se o planejamento para a comissão de um crime. É uma das características mais comuns do crime organizado pois é um dos aspectos que o “distingue da maioria dos crimes de rua”, geralmente predatórios e que dependem da oportunidade, como roubo de uma bolsa. (ALBANESE, 2015, p. 25).

²⁴ A Comissão contou com uma série de audiências públicas a fim de apresentar os resultados de investigações que não ofereciam nenhuma evidência objetiva sobre a atuação do que se considerava como crime organizado. Porém, pelo fato de ter sido amplamente televisionada, caiu no imaginário popular sua conclusão de que existia uma organização criminoso conhecida como “Máfia”, ativa a nível nacional e que mantinha laços com outras nações. Assim, a Comissão representou, para literatura, a volta do termo “crime organizado” ao debate político dos EUA (ALBANESE, 2002). Até os anos 1940, “*racketeering*” era a expressão utilizada mais comum (VARESE, 2017).

²⁵ Este episódio ganhou grande atenção midiática na época dos fatos, em novembro de 1957, após o diretor distrital de Nova York para a *Federal Narcotics Bureau* (FNB) ter testemunhado, frente um comitê da legislatura do estado, supostas evidências que ligavam a mencionada reunião à Máfia (ALBANESE, 2002).

²⁶ O testemunho de Valachi foi televisionado e rapidamente se popularizou na sociedade estadunidense. O fascínio popular sobre o crime organizado - ilustrada por organizações criminosas centralizadas e de grande escala – atestado pelo sucesso de Os Intocáveis (*The Untouchables*), O Poderoso Chefão (*The Godfather*) e diversas audiências televisionadas do Congresso, refletiu-se também na arena política. Além do Senador Estes Kefauver, outras figuras como Thomas Dewey, por exemplo, que foi duas vezes nomeado pelo partido Republicano à presidência, tornou-se famoso devido às acusações contra “Lucky Luciano” e seus associados (REUTER, 1983). Ver: ALBANESE (2015) e PAOLI (2002).

pela primeira vez a expressão “La Cosa Nostra” para se referir à associação de criminosos de origem ou descendência italiana nos EUA, conhecida até então como “Máfia” pelas autoridades. Para Albanese (2015), o aspecto comum que une os três eventos é tanto a ampla cobertura midiática quanto a influência política sobre o que se conhecia como crime organizado (ALBANESE, 2015).

Com Donald Cressey (1967),²⁷ um dos primeiros acadêmicos a oferecer uma sistematização científica para o crime organizado, o modelo hierárquico ganhou reforço com sua proposta de que o crime organizado era racionalmente orientado para a maximização de lucros através de atividades comerciais ilegais, e que a Máfia (ou La Cosa Nostra), meio a diversas organizações criminosas, posicionava-se na extremidade de um *continuum* como a forma mais burocrática de desenvolvimento racional em direção a uma hierarquia complexa, “muito próxima do tipo ideal de burocracia legal-racional de Max Weber” (PAOLI, 2002, p. 54), com atividades e funções bem definidas para os membros responsáveis pela proteção através da prática de corrupção e para os responsáveis por manter a disciplina interna. Do outro extremo deste *continuum*, consequentemente, posicionavam-se grupos sem muita diferenciação interna de responsabilidades. Seu modelo foi reconhecido como “modelo burocrático” e parte das críticas apontam que sua proposta ajudou a aprofundar a noção étnica da máfia.

Assim, somada aos acontecimentos históricos supracitados, a famosa associação entre os conceitos de “crime organizado”, “centralização” e a característica hierárquica “piramidal” das organizações criminosas, ocorre sob esse contexto. O “modelo burocrático” do crime organizado, assim como o “modelo hierárquico”, que frequentemente se sobrepõem, ainda hoje são amplamente reproduzidos por autoridades públicas, pela grande mídia, e não raro, também se encontram em interpretações similares no Sistema de Justiça Criminal. Não obstante, a literatura reconhece que os modelos têm seus pontos positivos e servem para descrever como um determinado grupo “funciona” em termos de posições e em parceria e deferência a outros indivíduos associados para a comissão de crimes. São modelos classificados como de “tipo-governamental” (*government-like*) devido à forma como a estrutura organizacional de organizações criminosas influencia a condução

²⁷ Cressey também atuou como consultor da *Organized Crime Task Force of the President's Commission on Law Enforcement and Administration of Justice* durante a administração de Lyndon B. Johnson. Ver: NY TIMES. Prof. Donald R. Cressey, 68, Expert on Sociology of Crime. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1987/07/28/obituaries/prof-donald-r-cressey-68-expert-on-sociology-of-crime.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

das atividades ilegais e a “política” dos grupos (ALBANESE, 2015, p. 109).

Apesar do modelo inicial ter resistido como a interpretação oficial do governo federal aproximadamente até a década de 1980, as críticas científicas não tardaram a chegar. Ainda por volta da década de 1970, diversos trabalhos independentes passaram a refutar a existência da Máfia ítalo-americana como uma organização criminosa estruturada, de larga escala e duradoura, que dominava os mercados ilegais de apostas (*gambling*), agiotagem (*loan-sharking*) e drogas ilícitas, acusando a visão oficial de ideológica, com pouca ou nenhuma precisão empírica, além de servir interesses políticos próprios (BOUCHARD & WILKINS, 2012; NAYLOR, 2004; REUTER, 1983). Sob esse novo contexto, o segundo modelo,²⁸ “étnico-local”, emerge como opositor. Francis Ianni e Elizabeth Reuss-Ianni (1972) são os exemplos expoentes deste modelo e se sobressaem ao estudar uma “família” mafiosa de Nova York (do Brooklyn, especificamente). Os autores observaram que não existia conexão entre os indivíduos analisados e uma organização hierárquica, grande e centralizadora, mas um sistema de organização vagamente estruturado. Seus resultados demonstraram que as bases para a condução de atividades consideradas como de “crime organizado” eram preferencialmente construídas sobre laços de amizade definidos por traços culturais e étnicos.

Em seguida, até a década de 1980, a atenção científica foi efetivamente redirecionada para a provisão²⁹ de produtos e serviços ilícitos na tentativa de justamente erradicar estereótipos étnicos do crime e dar ênfase aos incentivos mercadológicos (PAOLI, 2002, p. 54). Smith (1975 e 1990, p. 335) foi pioneiro e sugeriu um novo modelo desenvolvido a partir da teoria geral da organização. Conhecido como *enterprise model of organized crime*, seu modelo foi um dos primeiros a propor uma explicação dos fatores que contribuem para a formação de “firmas ilícitas”. Sua proposta sugere que o crime organizado deriva “das mesmas premissas fundamentais que governam o empreendedorismo nos mercados legítimos: uma necessidade de manter e ampliar sua participação no mercado.” A organização criminosa, assim como empresas legítimas, deveria, portanto,

²⁸ Ver também: ADLER, 1993 e ALBINI, 1971.

²⁹ Segundo a interpretação de Albanese (2015, p. 34 - 39), o termo “provisão” sugere a necessidade de organização e, em consequência, de conspiração, pois não exclui a necessidade de planejamento e tampouco o envolvimento de um grupo de pessoas de forma sistemática para cometer crimes. A demanda, por sua vez, destaca-se dentre os principais incentivos mercadológicos. Quando qualquer produto (propriedade) é roubado, por exemplo, qualquer preço vendido torna-se lucro pois nada foi pago para fabricá-lo ou distribuí-lo. Ao entender “a complacência pública” de comprar mercadorias “sem fazer perguntas”, entende-se a emergência de “empresários ilícitos para atender a esse mercado.” Em outras palavras, é a “demanda pública que torna este mercado ilícito possível.”

responder às necessidades e demandas dos provedores, clientes, reguladores e competidores em seus mercados ilegais de atuação. Nesse sentido, enquanto os dois primeiros modelos, local-étnico e hierárquico-burocrático, geralmente estão mais relacionados à necessidade de se entender como o crime é organizado com base nas relações interpessoais, o modelo da firma ilícita se concentra nas relações econômicas que incentivam os negócios do crime organizado. Justamente por essa razão, os modelos não são significativamente conflitantes e tampouco excludentes (ALBANESE, 2015).

Nos anos seguintes, a constatação de que o crime organizado opera como “negócio” impulsionou uma série de estudos no esforço de isolar e analisar os fatores que mais contribuem para a formação de empresas criminosas. Foi sob esse novo contexto que a “economia do crime organizado” passou a ganhar força (GAMBETTA, 1993; DUYNE, 1993; HALLER, 1990; REUTER, 1983; SCHELLING, 1971).

Publicamente reconhecendo que a interpretação focada na Máfia já não era suficiente, a Comissão Presidencial sobre Crime Organizado (*President's Commission on Organized Crime*, 1986) ilustrou a mudança de estratégia³⁰ do governo dos EUA ao propor uma definição do crime organizado mais ampla a fim de incluir outras organizações criminosas³¹ envolvidas no suprimento de commodities ilegais. Para críticos, essa foi apenas uma revisão “pluralista” da interpretação conspiratória já existente (PAOLI & BEKER, 2014; POTTER, 1994).

Segundo Letizia Paoli (2002), uma vez estabelecida a visão da “firma ilícita” um novo paradoxo surgiu na literatura pois as duas noções que eram primariamente opostas sobre conceito de crime organizado passaram a ser intermitentemente usadas para se referir tanto à série de organizações criminosas quanto à série de atividades conduzidas. Ambos apoiadores e críticos da visão máfia-centrista concordaram que o envolvimento em atividades criminosas mercadológicas

³⁰ Essa mudança de estratégia efetivamente vinha tomando caminhos já na década de setenta, quando o conceito de crime organizado passou a ganhar uma conotação ainda mais ampla com o decreto do Congresso dos EUA que criou o programa conhecido como RICO (*Racketeer Influenced and Corrupted Organizations Act*). Uma vez comprovada que as definições centralizadas na imagem mafiosa do crime organizado provaram-se inadequadas para planejar a aplicação da lei a nível federal (PAOLI & BEKER, 2014), o RICO permitiu a inclusão de gangues menos estruturadas e também de outras firmas ilícitas (LAMPE, 2016), além de ter aumentado a participação e poder de agências de *enforcement* e inteligência federais. Ver também: CURRY & MONGRAIN, in: BOUCHARD & WILKINS (2012).

³¹ A Comissão apontou onze grupos como crime organizado: Cosa Nostra (Itália), Gangues de Motociclistas, Gangues prisionais, Tríades e *Tongs* (China), Gangues vietnamitas, Yakuza (Japão), Marielitos (Cuba), Cartéis de drogas colombianos, além do crime organizado irlandês, russo e canadense. Ver: ALBANESE (2007).

havia se tornado requisito básico do crime organizado nos EUA, e apesar da abordagem da “firma ilícita” ter sido desenvolvida para criticar o modelo étnico da “*alien conspiracy*”, parte da literatura passou a acreditar que eram as grandes firmas mafiosas as responsáveis por garantir a provisão de commodities ilícitas em demanda popular (SCHELLING, 1971).

Para Paoli (2002), por um lado, os fatores que promovem o crescimento de grandes empresas na economia legal não encontram as firmas ilícitas justamente devido à própria natureza ilegal dos produtos comercializados. As restrições criadas pela ilegalidade dos produtos e mercados impedem o desenvolvimento de grandes firmas similares àquelas que atuam na economia legal. Por outro lado, as organizações criminosas que são tradicionalmente reconhecidas como de “crime organizado”, como a Cosa Nostra siciliana e “americana”, a ‘Ndrangheta calabresa, a Camorra napolitana, a Yakuza japonesa etc. não poderiam ser enquadradas totalmente na lógica racional comparada às firmas legítimas pois a evolução dessas tradicionais organizações preexistem o crescimento dos mercados ilegais modernos e carregam muitas funções não econômicas através de sua existência. Não obstante, uma segunda crítica aponta para o fato de que essa visão não enfatizou propriamente a distinção entre os produtores de bens e serviços e os provedores de serviços de resolução de disputas e proteção de mercados criminosos (PAOLI, 2002, p. 63 - 68; VARESE, 2017; SCHELLING, 1971).

Na Europa, diferente dos EUA – com exceção da Itália e Espanha, que assumiram a interpretação de crime organizado focada nas organizações criminosas (PAOLI, 2002) –, desde os anos setenta, a abordagem focada na “firma ilícita” emergiu como posição dominante no debate científico e político, com atenção voltada às atividades criminosas motivadas pelo lucro (DUYNE, 1997, HOBBS, 1998).

Ao analisar 115 definições de “crime organizado” em aproximadamente 100 anos (1915-2009),³² Varese (2017, p. 30 - 35) ilustra bem essa evolução. Até o final da década de 1950, o autor identificou que a expressão “hierarquia” era explicitamente mencionada em apenas 25% das definições sobre crime organizado, aumentando para cinco em cada onze definições (45,5%) na década seguinte. Nos anos sessenta, 27,3% das definições apontaram o crime organizado como

³² Para trabalhos que definem o crime organizado com base nos aspectos comuns e mais mencionados na literatura, ver também: ABADINSKY, 2010; ALBANESE, 2008; NAYLOR, 2004; HAGAN, 1983.

equivalente à Máfia ou à Cosa Nostra. Por conseguinte, enquanto as referências às “firmas” apareceram com maior frequência nas definições a partir dos anos 1970 (alcançando 15% das definições totais até os anos 2000), menções à “Cosa Nostra” diminuíram para 20%, até desaparecerem em 1980. Da mesma forma, menções à “hierarquia” diminuíram durante as décadas de 1970 e 1980 (apareciam em 6,7% e 7,7% das definições, respectivamente). No entanto, sob um contexto paradoxal (PAOLI, 2002), também motivadas pelo aumento na quantidade de definições de origem europeia, “hierarquia” retomou espaço na literatura e alcançou 25% das definições nos anos 1990, caindo levemente para 20% na década de 2000.

Acerca das atividades do crime organizado, Varese (2017, p. 37 - 40)³³ encontrou que “monopólio” foi a expressão mais mencionada no período entre os anos 1950 e 1960 (duas em cada quatro menções na década de 1950, e três a cada oito menções na década de 1960, equivalente a 27,3%). Especificamente dentre as palavras-chave como “provisão de bens e serviços ilícitos”, “atividades ilegais” e “predação”, Varese observou que o *link* entre o discutido oficial de que a Máfia dominava o crime organizado e estava envolvida diretamente com a provisão de bens e serviços ilícitos “é confirmado empiricamente por uma correlação entre sete itens que mostram que ‘Cosa Nostra’ e ‘provisão de atividades ilegais’ são fortemente relacionadas, com um coeficiente de 0.910 (significância à 0.004)”. Assim, o crescimento de “firma” (*enterprise*) foi acompanhado, a partir dos anos 1970, pelo crescimento de referências sobre atividades ilegais (*illegal activities*) como tarefas principais do crime organizado ao passo que a noção de monopólio caía. Segundo Varese (2017, p. 40), o resultado dessa análise espelha os resultados que se referem à estrutura e significa que os autores têm se distanciado da ideia de mencionar comportamentos específicos como “monopolização de mercados” e “provisão de bens e serviços ilícitos”, e têm passado a adotar o termo geral de “atividades ilegais”, o que sugere a tendência de alargamento dos conceitos.

Finalmente, para além do fato de que o crime organizado não pode mais ser entendido separadamente do fenômeno da “globalização” e “interdependência econômica”, entre as razões já mencionadas, uma resposta internacional mais robusta veio com a Convenção das Nações Unidas

³³ Sua análise engloba definições de autores de vinte e três países, ainda que a maioria seja dos EUA, sendo que 41% delas são originárias de documentos oficiais, 4,3% de dicionários legais ou de ciências sociais, excluindo fontes populares. Segundo o autor, a base é enviesada a fontes de criminologia e de justiça criminal, raramente apresentando definições provenientes de outras áreas do conhecimento como história e economia. Seus resultados são analisados em dois grupos: estrutura e atividades do crime organizado (VARESE, 2010; 2017).

contra o Crime Organizado Transnacional – mais conhecida como Convenção de Palermo (2000)³⁴ – e a criação de seu Comitê *ad hoc*.³⁵ Os Estados Membros participantes concordaram em “focar nas características dos atores e não nos atos” do crime organizado como alternativa para alcançar o entendimento sobre o que constitui “‘grupo criminoso organizado’ e o que se implica por ‘crime transnacional’”. Os Estados-Membros seguiram a evolução do debate teórico e propuseram um acordo sobre uma definição mais ampla destes dois termos devido à diversidade do fenômeno. A partir desta Convenção, diversos países inspiraram suas próprias definições legais de organizações criminosas. O governo brasileiro, por exemplo, introduziu em 2012, a Lei Federal nº 12.694, que logo foi substituída pela Lei Federal 12.850, de 2013, que define a “organização criminosa”.

1.1.1 O Crime Organizado no Brasil

No Brasil, explicar a violência que acompanha a “nova criminalidade” a partir da década de 1980 é uma das maiores preocupações da literatura sobre o crime organizado. Embora haja uma “explicação multidimensional da violência” que pode ser resgatado de décadas anteriores (ZALUAR, 2007), existe um entendimento comum na literatura de que esse período provocou profundas mudanças no cenário criminal brasileiro, e alguns fatores específicos têm sido destacados a fim de promover interpretações sobre a nova dinâmica do crime.

Primeiramente, o sistema penitenciário recebe grande relevância na literatura nacional pois é o contexto comum de criação das principais organizações criminosas brasileiras. As prisões não só testemunharam o início da criação de “coletivos” de presos que se organizavam em redes de proteção mútua contra o comportamento predatório de agentes estatais e facções rivais, como

³⁴ No original: “‘Organized criminal group’ shall mean a structured group of three or more persons, existing for a period of time and acting in concert with the aim of committing one or more serious crimes or offences established in accordance with this Convention, in order to obtain, directly or indirectly, a financial or other material benefit.” UNODC (2000). United Nations Conventions Against Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro.html>>. Acesso em: 29 ago. 2020.

³⁵ O Comitê não propôs uma definição para o termo “crime organizado” ou uma lista de crimes que constituem esse fenômeno. Em vez disso, em 1998, os Estados Membros das Nações Unidas que estabeleceram o Comitê *ad hoc* elaboraram quatro instrumentos legais (a Convenção e outros protocolos sobre tráfico de pessoas, contrabando de migrantes e fabricação e tráfico ilícitos de armas de fogo) a fim de facilitar a prevenção e o combate ao crime organizado transnacional. O objetivo era estabelecer “uma medida geral para avaliar as tendências do crime organizado”, desenvolvendo “um sistema mais abrangente de classificação” e coleta de dados sobre grupos criminosos.” (UNODC, 2000).

testemunharam a consolidação e expansão de diversos atores criminosos que disputam a hegemonia desses territórios.

O primeiro caso é o do Comando Vermelho (CV). A visão dominante na literatura sugere que na década de 1970 grupos de presos considerados “comuns” e militantes de esquerda formaram, no presídio de Cândido Mendes, em Ilha Grande, no Rio de Janeiro, um “coletivo” de autoproteção denominado inicialmente de Falange Vermelha. Era período de ditadura militar no Brasil quando o governo federal instaurou o artigo 27 da Lei de Segurança Nacional (1969)³⁶ em resposta ao aumento no número de roubo à mão armada de instituições bancárias, financeiras e de crédito praticados por supostos grupos antigoverno como método de financiamento de ações revolucionárias. O resultado dessa medida foi o julgamento, por tribunal militar, de suspeitos de cometer tais atos, e, caso fossem condenados, “eram enviados ao presídio de Ilha Grande” (DOWDNEY, 2003, p. 29). Em consequência da associação entre os presos, houve troca de conhecimentos básicos de organização e tática de guerrilha, inclusive ação conjunta de resistência à violência policial, que influenciaram a posterior organização territorial do Comando Vermelho nas favelas e comunidades pobres do Rio de Janeiro (SAMPAIO, 2019).³⁷

Os demais casos começaram a surgir nas décadas seguinte. Durante os anos 1990, o sistema penitenciário testemunhou a criação de outras três importantes organizações criminosas: o Terceiro Comando (TC)³⁸ e os Amigos dos Amigos (ADA) no Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo. Anos depois, em meados da década de 2000, essa dinâmica influenciou também a criação de outra importante sigla: a FDN (Família do Norte).³⁹

³⁶ BRASIL. **Decreto-Lei nº 898**, de 29 de setembro de 1969. “Art. 27. Assaltar, roubar ou depredar estabelecimento de crédito ou financiamento, qualquer que seja a sua motivação. Pena: reclusão, de 10 a 24 anos.” Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10898.htm> Acesso em: 08 out. 2020.

³⁷ Para duas versões sobre essa associação, ver: AMORIM, 1995; MISSE, 1999.

³⁸ O Terceiro Comando não mais existe. Hoje é conhecido como Terceiro Comando Puro (TCP), também atuante no Estado do Rio de Janeiro.

³⁹ Segundo o relatório da Polícia Federal (2016, p. 20) sobre a “Operação La Muralla”, a FDN foi criada por dois “conhecidos criminosos do Estado do Amazonas, que após passarem uma temporada cumprindo pena em presídios federais, retornaram para Manaus determinados (ou orientados) a se estruturarem como uma facção criminosa, nos moldes do Primeiro Comando da Capital - PCC e do Comando Vermelho - CV.” A similaridade entre as três organizações criminosas é tanta que a introdução do “Estatuto” da FDN mostra que a “família do Norte (...) tem como objetivo buscar a paz, a justiça e a liberdade para todos os que sonham com a igualdade entre os homens”. Os estatutos do CV e do PCC (apesar da mudança em 2011) também incluem os dizeres “paz, justiça e liberdade”, o que demonstra a influência do CV inicialmente. Ver: POLÍCIA FEDERAL (2016). Superintendência Regional no Amazonas. Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). Operação La Muralla. Disponível em: 2º Vara Federal do Amazonas, autos nº: 5276-25.2015.4.01.3200.

Ademais, os confrontos entre diversas organizações criminosas entre 2016 e 2018, especialmente nos presídios do Norte, Nordeste, mas também em estados do Sul, como Santa Catarina, atestaram a importância do sistema penitenciário e seu papel central em um processo de disputa pelo mercado atacadista e varejista de drogas e armas ilícitas nas rotas e cidades em que atuam as organizações criminosas, especialmente o PCC e CV (MISSE, 2019).

Em perspectiva comparada, a forma de organização da dinâmica e convivência penitenciária tem diferenças marcantes com as gangues prisionais da Califórnia, nos EUA, por exemplo. Lá, segundo Skarbek (2014, p. 77 - 78), além dos detentos que fazem parte dos grupos de segurança de nível 1 e 2, para onde são designados os membros de gangues considerados como mais ativos (*hard-core gang members*)⁴⁰ e que fazem um papel de subordinação ou de suporte a esses grupos, os detentos do grupo 3, que não estão envolvidos diretamente com as demais gangues, costumam se alinhar a grupos raciais e étnicos mais amplos, “primariamente como negros, brancos, hispânicos do sul da Califórnia, hispânicos do norte da Califórnia, *paisas*, índios-americanos e asiáticos.” No Brasil,⁴¹ por sua vez, como comentam Adorno e Salla (2007, p. 14), as relações de identidade “[estão] antes no próprio conteúdo da ação criminosa”, tanto na própria “condição de criminoso encarcerado” e “na filiação social” como estão “aos estratos socioeconômicos onde são preferencialmente recrutados”, especialmente jovens adultos, “que vivem nas fronteiras entre legalidade e ilegalismos”.

Para além das dinâmicas no sistema penitenciário, Misse (2019, p. 2 -5) propõe o modelo da “acumulação social da violência” na tentativa de sistematizar a complexidade de fatores que são utilizados para explicar a violência criminosa no Brasil. Seu modelo envolve um processo “histórico-social” que agrega três grupos de fatores que se “retroalimentam no tempo e no espaço”: (1) a “acumulação social de desvantagens”; (2) a “sujeição criminal” (e “sujeição criminal coletiva”); e, (3) a “expansão de estratégias aquisitivas em redes baseadas na informalidade e em

⁴⁰ De acordo com Skarbek (2014, p. 77 - 78), o sistema penitenciário da Califórnia é dividido em três níveis de afiliação de gangues. O primeiro nível, que acolhe os membros mais ativos das diversas gangues (Aryan Brotherhood, Black Guerilla Family, Mexican Mafia, Nazi Low Riders, Northern Structure, Nuestra Familia e Texas Syndicate), é conhecido, em inglês, como “*Security Threat Group 1*” (Grupo 1 de Ameaça à Segurança). O segundo grupo é designado para presos associados com grupos e gangues de rua que estão em posições menores na hierarquia, que muitas vezes têm um papel de suporte ou de subordinação para a gangue presa no grupo 1. Esse grupo é conhecido como “*Security Threat Group 2*” (Grupo 2 de Ameaça à Segurança).

⁴¹ Para uma revisão e contraponto da interpretação de governança proposta por Skarbek à casos fora do sistema penitenciário dos EUA, incluindo o Brasil, ver: BUTLER et al., 2018.

mercados ilegais”.

O primeiro fator está associado com a rápida e descontrolada urbanização das metrópoles brasileiras e sugere que, por vezes, a urbanização não é acompanhada pelos serviços básicos de bem-estar social como saúde, educação, moradia e segurança, aumentando, assim, desigualdades sociais. Está também associado à desigualdade de renda, relacionada aos “apelos da sociedade de consumo” e à “transição cultural de identidades hierárquicas para demandas de identidades sociais igualitárias”, que produz uma série de outros impactos, particularmente a emergência de conflitos de raça, gênero e crises de legitimidade local e institucional. Nesse último aspecto, a relação com a polícia ganha notoriedade, segundo Misse (2019).

O segundo fator tem relação com a sustentação de políticas repressivas sobre os mercados informais e ilegais urbanos, seja nos presídios ou nas demais regiões sob influência de atores criminosos. Esse fator é acompanhado pelo processo de territorialização do tráfico de varejo, e consequente confronto armado entre as diversas facções e forças policiais. A proposta de Misse (2019) para “sujeição criminal”, parece ser melhor percebida através de um processo de “subjetivação e pertencimento” individual a grupos sociais de baixa renda e de minorias étnicas ou raciais. Isto é, a territorialidade aprofunda um processo de identificação à grupos específicos, à própria criminalidade presente na maneira de “portar o crime” e na construção de “redes estáveis” contra os inimigos - particularmente as instituições policiais. Misse (2019) também adiciona à “sujeição criminal coletiva” a formação de grupos de extermínio, milícias e, portanto, de grupos policiais (no geral agentes de segurança pública pois também são grupos compostos por bombeiros, agentes penitenciários etc.) que historicamente se organizam para promover “proteção” nos locais onde atuam (MISSE, 2019).

O segundo fator é de particular relevo na literatura devido aos resultados que, o confronto entre atores criminais e instituições policiais têm causado nos níveis de encarceramento e morte entre jovens. Ainda que nem todas as cidades apresentem aspectos de territorialidade tão definitivos, a presença de organizações criminosas em locais considerados “estratégicos” para o tráfico de drogas ilícitas, por exemplo, costuma elevar os índices mais visíveis de violência. Os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Fórum Brasileiro de Segurança

Pública (FBSP, 2020),⁴² apontam que a principal causa de mortalidade entre os jovens de 15 a 29 anos é o homicídio. A cada 100 mil jovens, a taxa de homicídios cresceu de 19,57 em 1980 para 41,27 em 1990, em seguida para 51,33 em 2000, e para 60,4 em 2018. Foram 30.873 jovens vítimas de homicídio, o que corresponde a 53,3% do total de homicídios do país em 2018. Não bastasse, parte do aspecto da sujeição criminal e da acumulação social de desvantagens também é ilustrada no perfil das vítimas jovens. Em todos os anos, desde 1980, jovens do sexo masculino foram as principais vítimas.

O fator de expansão de “estratégias aquisitivas em redes informais e mercados ilegais” (MISSE, 2019), no que lhe diz respeito, aproxima-se ao que Alba Zaluar (2007) chamou de “crime-negócio” ou “indústria do crime” (ZALUAR, 2007). Sob esse contexto, o crime organizado transnacional exerce um papel decisivo pois também incentiva uma espécie de “profissionalização” dos grupos criminosos atuantes no Brasil. Na década de 1980, enquanto o CV se espalhava pela cidade do Rio de Janeiro, houve uma significativa promoção no mercado internacional de cocaína promovida pelos países andinos, principalmente a Colômbia (anteriormente, Peru e Bolívia eram grandes exportadores).⁴³

Aparentemente, a rápida urbanização por si só não poderia explicar a causa da violência criminal (ZALUAR, 2007), mas foi um fator “facilitador” que coincidiu tanto com a recém atuação nas ruas do CV quanto ao aumento da oferta do mercado de cocaína no Brasil (SAMPAIO, 2019). Os pontos de venda de maconha, mais consumida nas décadas anteriores à chegada da cocaína, bem serviram para a venda do novo produto. As favelas, além de proteger e esconder membros do CV, também serviram como espaço social e político onde as relações com os moradores se tornaram fundamentais (HIRATA & GRILLO, 2019; GRILLO, 2013; DOWDNEY, 2003; MISSE, 1999). Sampaio (2019, p. 1 - 5)⁴⁴ denomina essa relação de “ordem ilícita”.

Beato e Zilli (2012) propõem um modelo de estruturação de atividades criminosas

⁴² IPEA, Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Atlas da Violência: Juventude Perdida**. 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/filtros-series/2/juventude-perdida>>. Acesso em: 24 out. 2020.

⁴³ O UNODC (2010) reporta que o mercado de cocaína internacional cresceu significativamente durante a década de 1980, quando o volume de apreensão pelas autoridades cresceu mais de 40% ao ano, e o número de países reportando as apreensões cresceu de 44 em 1980 para 123 em 2008.

⁴⁴ Ordem ilícita se refere à “situação em que um ator criminoso armado tem uma presença permanente em um determinado território urbano e estabelece regras e punições aplicadas pela ameaça ou exercício de violência” (SAMPAIO, 2019).

condizente com essa evolução, e replicado também a outros estados do Brasil. A proposta distingue as diferentes etapas da atividade criminosa a fim de mostrar como cada uma delas exige “formas distintas de controle e enfrentamento.” Enquanto no primeiro estágio da estruturação a lógica de relações que se sobressai entre os grupos criminosos é mais societária do que efetivamente econômica, o segundo estágio, a partir dos anos 80, testemunha um processo de competição intensa entre os grupos criminosos, e em consequência um aumento no número de mortos. É um estágio condizente com a introdução do mercado de cocaína, e também com “a utilização massiva de armas de fogo”. Em outras palavras, há um *upgrade* na utilização de armas com poder de fogo mais baixo, como pistolas e revólveres, para a utilização de armas de grosso calibre (DOWDNEY, 2003). Essa lógica é interessante pois a maior oferta e facilidade de acesso à novos armamentos produz um aumento na disposição para o conflito entre grupos mais fracos, gerando um efeito “equalizador” e de imprevisibilidade nas relações entre os grupos criminosos e a polícia (CARNEIRO, 2009).

No terceiro estágio, Beato e Zilli (2012) apontam para dois resultados: 1) uma tentativa de se minimizar os conflitos através de formas radicais de controle de mercado; e, 2) a expansão das atividades comerciais além do tráfico de drogas ilícitas, como a provisão de diversos serviços ilegais. Em suma, tenta-se buscar um certo equilíbrio de forças a fim de diminuir as propensões ao confronto através da cooperação entre os atores e cooptação de policiais. Logo, em um ecossistema onde a lógica econômica passa a prevalecer sobre a relação dos grupos criminosos, o quarto e último estágio do modelo indica o “crime organizado globalizado” e inserido internacionalmente. Segundo os autores, é nessa fase quando os grupos criminosos diversificam suas atividades econômicas.

Parte do problema enfrentado pela América Latina no que diz respeito aos níveis de violência está justamente relacionado com os mercados ilícitos de drogas e armas. Para além de abrigar os países com as maiores taxas de homicídio⁴⁵ do mundo, é também a região que abriga os

⁴⁵ O UNODC (2019), mostra que a taxa de homicídios intencionais por 100 mil habitantes nas Américas tem se mantido estável por 30 anos. Entre 1990 e 2016, a média da taxa de homicídios intencionais na região ficou entre 14,5 e 16,7 por 100 mil habitantes, aumentando para 17,2 em 2017, o que equivale a 37% do total de 464 mil homicídios intencionais registrados no mundo. É a maior do mundo. Na América Central, El Salvador tem a maior taxa de homicídios entre os países (62,1), que é sete vezes maior que a taxa de Nicarágua (8,3) - menor entre os países da sub-região. Na América do Sul, a maior taxa nacional de homicídios é da Venezuela, com 56,8. É uma taxa dezesseis vezes maior que a taxa do Chile, de 3,5 - a menor da região. O Brasil, especificamente, vem em segundo com taxa de 30,5, acima da média da América do Sul (24,2). UNODC (2019). *Booklet 3. Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice response*. Disponível em: < <https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html> >. Acesso em: 10 out. 2020.

três únicos países produtores de cocaína - a segunda droga ilícita mais consumida mundialmente. Diferente da *cannabis*,⁴⁶ apenas Bolívia, Colômbia e Peru produzem cocaína destinada a uma demanda mundial de aproximadamente 19 milhões de pessoas (entre 15 e 64 anos) que consumiram cocaína pelo menos uma vez no período de um ano, segundo o *World Drug Report*⁴⁷ (WDR) (UNODC, 2020). Isso significa que a cocaína precisa ser escoada de apenas três países rumo a diversos outros centros de trânsito e de consumo. Somente nas Américas, por exemplo, tem-se, ao Norte, os Estados Unidos da América (EUA)⁴⁸ como o principal consumidor mundial de cocaína. Ao Sul, um mercado doméstico⁴⁹ consumidor também expressivo, liderado pelo Brasil.⁵⁰ E cruzando os oceanos, Europa e África são frequentemente mencionados como entrepostos e centros consumidores.

O WDR (UNODC, 2018, p. 32-33) constatou que a segunda maior rota de tráfico de cocaína do mundo é a que parte dos países andinos aos países europeus. Entre 2012 e 2016, 16% das respostas dos países europeus ao questionário anual sobre apreensão de drogas ilícitas em países de origem, saída e trânsito fora da Europa, apontaram o Brasil como o segundo país de origem da quantidade de cocaína apreendida em seus mercados. A Colômbia foi mencionada em

⁴⁶ A indústria de *cannabis* (popularmente conhecida como maconha), apesar de estar experimentando mudanças recentes em sua dinâmica, oferece também um papel importante para a região. O Paraguai, por exemplo, é o principal país produtor de *cannabis* da América do Sul, e além de abastecer grande parte do mercado consumidor interno, suas rotas servem para o tráfico de armas e cocaína. No entanto, não é o que realmente impulsiona a região, uma vez que sua plantação não depende de fatores tão exclusivos como é exigido para a produção de coca. Com relação às mudanças recentes em sua indústria, faz-se referências às mudanças nas legislações de países que decidiram, com relação ao seu uso e produção, despenalizar, descriminalizar e legalizar. Ainda que seja um evento relativamente recente, promovem-se impactos nas dinâmicas de mercado pois se introduz novos atores, agora legítimos, na competição que ficava à cargo, majoritariamente, de atores ilegais.

⁴⁷ UNODC (2020). **World Drug Report**. Booklet 1. Drug Use and Health Consequences. Disponível em: <<https://wdr.unodc.org/wdr2020/index.html>>. Acesso em: 10 out. 2020.

⁴⁸ Nos EUA, a prevalência de uso de cocaína em 2018, segundo o WDR (2020, p. 25), entre pessoas acima de 12 anos de idade foi de aproximadamente 2% da população, ou 5,5 milhões de usuários que consumiram a droga pelo menos uma vez em 2018. Entre a população jovem adulta (18 - 25) estima-se que 5.8% da população tenha consumido cocaína. Estima-se, ainda, que aproximadamente 0.3% da população, ou 757 mil pessoas, acima de 12 anos, tenha consumido crack no mesmo período.

⁴⁹ Na América do Sul, a prevalência de uso de cocaína em 2018, segundo o WDR (2020, p. 27), entre pessoas entre 15 e 64 anos, foi de aproximadamente 1% da população, ou 2,8 milhões de usuários que consumiram a droga pelo menos uma vez em 2018. “Com quase 1.5 milhões de usuários de cocaína e crack em 2018, o Brasil é o maior mercado na América do Sul.”

⁵⁰ A 3ª Pesquisa Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira (Fiocruz, 2019) sobre o uso de drogas no território nacional mostrou que 9,9% dos brasileiros relataram já ter usado drogas ilícitas uma vez. A maconha é a droga mais consumida: 7,7% da população. Em segundo lugar, a cocaína em pó era consumida por 3,1% da população. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>>. Acesso em: 10 out. 2020.

20% das respostas. Espanha e Holanda foram reportados dentre os países com mais frequência de trânsito, seguidos pela Alemanha e Bélgica. Para a África, o Brasil foi o único país mais frequentemente mencionado como país de saída para a cocaína interceptada em todas as suas sub-regiões no período entre 2012 e 2017. Para a Ásia, da cocaína apreendida entre 2012 e 2016, o Brasil aparece como o principal país de origem ou trânsito. O Brasil também aparece entre “os principais países de partidas” dos carregamentos para a Oceania, predominantemente para a Austrália.

Da quantidade de cocaína enviada da América Latina para a Europa, as apreensões feitas em 2017 no porto de Antuérpia (ou a caminho de) sugerem que as principais e maiores embarcações que entram na Europa partiram da Colômbia, “seguidos por embarques menores, embora mais numerosos, do Brasil e Equador.” (EUROPOL, 2019, p. 139).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2016)⁵¹ estima que as receitas para o comércio ilícito de drogas são maiores que qualquer outra indústria e giram em torno dos US\$ 320 bilhões. Parte do grande valor está associado ao risco que seus agentes correm, principalmente dos riscos provenientes da competição contra outras organizações criminosas e repressão das agências de aplicação da lei. A demanda por armas de fogo, por sua vez, acompanha esses riscos, e assim como mostra o *Global Report on Firearms* (UNODC, 2020),⁵² a América do Sul recebe tanto um grande fluxo de armas provenientes dos EUA, quanto mantém um mercado intrarregional aquecido. A maior parte dos fluxos ilícitos transnacionais que afetam os países da América do Sul não só ocorre entre os próprios países da América do Sul como também são os países da região os responsáveis pela maior parte das manifestações de armas apreendidas regionalmente.

Por fim, embora seja difícil afirmar se o crime organizado transnacional aumentou ou diminuiu com relação ao passado, as cifras supracitadas ilustram os efeitos dos mercados ilícitos transnacionais como uma das principais ameaças à segurança dos países da América Latina. A preocupação dos acadêmicos, especialistas e decisores públicos no Brasil não mais devem ser localizadas, mas ampliadas à um contexto macro, regional, onde os agentes atuantes nos mercados

⁵¹ Segundo a OCDE, essas são estimativas que devem ser lidas apenas como cifras informativas. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/governance/charting-illicit-trade_9789264251847-en#page25>. Acesso em: 05 out. 2020.

⁵² UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. **Global Report on Firearms**. 2020 Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/firearms-protocol/firearms-study.html>>. Acesso em: 10 out. 2020.

ilícitos transnacionais, com graus diferentes de sofisticação, conectam-se para preencher as oportunidades que aparecem meio à cadeia de suprimento de produtos ilícitos. Sob esse contexto, outros fatores entram com mais intensidade nas pesquisas, como a infraestrutura de transporte (portos, aeroportos, rodovias, ferrovias, rios) e telecomunicações, a proximidade a grandes centros consumidores, as próprias tendências domésticas de consumo, fluxo migratório, e principalmente a fragilidade institucional, que agora deve ser levada em conta para um número maior de países (CARNEIRO, 2009, p. 4 -7; RODRIGUES, 2020; NEVES et al, 2016).

1.2. Teoria Econômica do Crime Organizado

Como mencionado anteriormente, o interesse de estudiosos pela abordagem econômica está na possibilidade de importar instrumentos analíticos, conceitos, e resultados teóricos e empíricos (FIORENTINI & PELTZMAN, 1995) para diferenciar (1) o crime organizado de crimes ideologicamente motivados, ou crimes comuns, dando ênfase às motivações econômicas dispostas nos mercados ilícitos (BOUCHARD & WILKINS, 2012; ABADINSKY, 2010; NAYLOR, 2004; FIORENTINI, 1999; HALLER, 1990; REUTER, 1993; SCHELLING 1971), e (2) os aspectos da “governança ilegal” geradas sobre os mercados ilícitos (LAMPE, 2016).

Schelling (1971) é um dos primeiros economistas a endereçar sistematicamente o debate sobre crime organizado e estabelecer instigantes bases para o desenvolvimento da disciplina. Sua interpretação sugere que o principal negócio do crime organizado é alcançar o papel de autoridade central de uma determinada área com intuito de arrecadar “impostos” e impor regulamentos sobre negócios legítimos e ilícitos. Sob seu controle, o crime organizado seria capaz de obter a maior parte dos lucros das transações ilegais sem assumir todos os custos e riscos associados à gestão direta do negócio (FIORENTINI & PELTZMAN, 1995). Segundo o autor, a organização mafiosa não é, como assume Cressey (1967), a responsável pela provisão de bens e serviços ilícitos diretamente, mas é a reguladora do mercado. As firmas ilícitas, por sua vez, são as reais responsáveis por atender a demanda popular por serviços e bens ilícitos.

Para Schelling (1971, p. 645), então, esse é o aspecto definidor que distingue o crime comum do crime organizado. Em outras palavras, não é somente o fato de que crime comum (ordinário) “rouba o que temos” enquanto o crime organizado “vende o que queremos”, mas é

também pelo fato de que os “criminosos ordinários” são raramente flagrados confrontando-se uns aos outros pela exclusividade do controle sobre os territórios que operam. Como argumenta o autor, é quando uma gangue de ladrões, por exemplo, resolve policiar territórios contra a invasão de outras gangues, e faz com que novos agentes se juntem à ela, compartilhando seus lucros, ou exigindo que deixem o local, além de se organizar para coletivamente negociar com a polícia sua própria segurança, “alistando” ou pelo menos impedindo policiais de se aliarem aos rivais, “é quando devemos passar a identificar a gangue de ladrões como ‘crime organizado.’” O crime organizado, segundo essa interpretação, portanto, apresenta uma característica chave de “exclusividade”, que significa exercer governança sobre o mercado ou território através do monopólio.

Da mesma forma, a interpretação da governança promovida pelo crime organizado, de acordo com Schelling (1971, p. 645), apresenta outros aspectos que dão base à abordagem econômica: 1) supostamente por não existir, na sociedade, a capacidade de se sustentar diversos governos - tal como pagamento de taxas à diversas autoridades - podemos esperar que o crime organizado buscará, em última instância, atingir o status de autoridade exclusiva, ou ao menos a “estabilidade jurisdicional compartilhada com outras autoridades a fim de constituir, em conjunto, uma hierarquia sem competição”; 2) devido à natureza ilegal das atividades conduzidas pela firma ilícita, essa possivelmente não será capaz de promover a autoproteção – não existe, sob essas condições, o acesso imediato à lei –, e a propensão da firma ilícita em solicitar intervenção do sistema de justiça para assegurar suas transações comerciais ou promover proteção caso vitimada, diminui. Logo, a firma ilícita necessitará de uma terceira parte sobre a qual poderá confiar sua segurança; 3) será no resultado da demanda por proteção que o crime organizado encontrará sua principal vítima, aquela que realmente “paga para se manter no negócio”.⁵³

Seguindo essa linha, apesar da possibilidade de a firma ilícita encontrar utilidade no crime organizado – “assim como firmas legítimas pequenas e médias encontram associações de comércio úteis” – não necessariamente é a firma que precisa do crime organizado para sobreviver. Pelo contrário, é o crime organizado que necessita da firma pois sobrevive às custas de qualquer um que “compre proteção”. Para tanto, a organização criminosa está muito mais próxima da noção de

⁵³ De acordo com Manso e Dias (2018, p. 136), com a ascensão de Marcola como um dos principais líderes do PCC após a saída dos líderes fundadores, uma das primeiras mudanças foi optar pelo tráfico de drogas. “A mudança seria na maneira de financiar a burocracia que trabalhava para a organização.” O financiamento das atividades ilegais passaria a vir do tráfico de drogas, e não mais de mensalidades “que alguns chegaram a apontar como extorsivas e opressoras”.

governo, que estabelece suas próprias regras sobre as áreas em que estende seu poder (FIORENTINI & PELTZMAN, 1995), e possibilita que a supressão/eliminação de rivais através da corrupção e suborno (“em conluio com a polícia”) seja uma de suas habilidades básicas. “O objetivo do monopólio sempre foi suprimir, não aumentar a oferta” (SCHELLING, 1971, p. 647).

Depois de Schelling, Reuter (1983) foi o primeiro a sugerir que o crime organizado tem envolvimento em múltiplas atividades ilegais e a rechaçar a proposta de monopólio central sobre os mercados ilegais. Reuter argumenta que devido às barreiras à entrada serem frequentemente baixas, existe uma dificuldade intrínseca para a autoridade central na tentativa de regular as próprias firmas ilícitas e ainda evitar a entrada de novas nos mercados ilícitos. Em consequência, (1) tanto os custos de controle sobre os agentes descentralizados quanto (2) a ameaça das diversas firmas em solicitar a intervenção policial contra a autoridade central (detentora do monopólio) aumentam. Afinal, seguindo a proposta de Schelling (1971), uma vez que o crime organizado necessita das firmas ilícitas para sobreviver, mas a promoção de proteção deixa de ser eficaz, os incentivos para a própria firma ilícita em continuar pagando por um serviço ineficaz diminuem. Esse processo, segundo Reuter, fica ainda mais complicado em países onde os mercados ilegais não podem contar tanto com oportunidades de corrupção, aumentando, assim, os riscos e incertezas às organizações criminosas.

Reuter (1983) também sugere que o crime organizado pode ser visto como uma firma ativa em mercados legítimos uma vez que sua proteção se estende às firmas legítimas. Seu argumento tem bases em evidências da operação de organizações criminosas em atividades legítimas onde ocupavam posições variadas, tanto na produção de insumos em determinadas indústrias quanto na coordenação de fraudes em grande escala, esquemas de subsídios governamentais e alocação de contratos públicos. As críticas na literatura consideram essa sugestão como “precisa”, por um lado, pois exclui do crime organizado as firmas ilícitas que negociam apenas em uma atividade ilegal ou que não têm uma organização estável e hierárquica, e “genérica”, por outro lado, pois não menciona em nenhum aspecto da atividade lícita ou ilícita específica a existência de uma “correlação próxima entre crime organizado e atividades ilegais”, e tampouco uma tendência à monopolização (FIORENTINI & PELTZMAN, 1995, p. 23).

Uma terceira e essencial interpretação presente na abordagem econômica é proveniente do trabalho seminal de Diego Gambetta (1993). O autor debate as operações do crime organizado

(a Máfia siciliana é seu caso) como estrutura de governança endereçada ao “submundo”, para que suas atividades não possam ser reduzidas ao fornecimento de bens ilegais. Comparado à Schelling (1971), Gambetta vai mais longe ao negar o caráter coercitivo das relações entre crime organizado e firmas ilícitas, e argumenta que seu principal negócio é o fornecimento de confiança - oferta de um ambiente “institucional” mais estável para as firmas ilícitas (FIORENTINI, 1999). Essa oferta de confiança, no entanto, não envolve apenas a proteção dos direitos de propriedade e a execução de contratos, mas também envolve o fornecimento de barreiras à entrada contra novas firmas e a organização de acordos com as autoridades públicas. Por consequência, a demanda voluntária por esses serviços e os elementos coercitivos nas relações entre crime organizado e firmas ilícitas exigem o uso da violência ocasional para preservar a reputação da organização criminosa como autoridade para resolver disputas ou assegurar o compromisso de contratos. Em suas próprias palavras: “o principal mercado para os serviços da máfia encontra-se em transações instáveis nas quais a confiança é escassa e frágil. É o caso, por exemplo, de transações ilegais nas quais nenhuma agência de execução legítima – em outras palavras, o estado – está disponível” (GAMBETTA, 1993, p. 17, tradução minha).⁵⁴ Para além disso, o que distingue os “criminosos simples, empreendedores ou empreendedores criminais” dos mafiosos é o fato dos mesmos serem “empreendedores”, antes de tudo, “em uma mercadoria específica” chamada “proteção” (GAMBETTA, 1993, p. 19).

1.2.1. Crimes Predatório e Crimes Mercadológicos

Recentemente, diversos autores promoveram novas interpretações e revisaram a proposta inicial de Cressey (1967) e Schelling (1971) sobre a distinção do “crime ordinário” e o “crime organizado”, propondo, por vezes, características genéricas sobre o fenômeno baseado nas diversas definições propostas na literatura. Para Naylor (2004), enquanto o crime ordinário está associado aos “crimes predatórios” (*predatory crimes*), o crime organizado está mais associado aos “crimes mercadológicos” (*market-based crimes*). Os “crimes predatórios” são aqueles nos quais os atos envolvem distribuição forçada ou fraudulenta de bens, são episódicos por natureza e requerem

⁵⁴ Na versão original: “My claim is that the main market for mafia services is to be found in unstable transactions in which trust is scarce and fragile. Such is the case, for instance, with illegal transactions in which no legitimate enforcement agency – the state – is available.” (GAMBETTA, 1993, p. 17)

pouca infraestrutura a longo prazo e são melhores definidos por uma relação de confronto entre o criminoso e a vítima (roubo, assalto à mão armada, sequestro, etc.), e os “crimes mercadológicos”, por sua vez, são aqueles que envolvem a produção e distribuição de bens e serviços ilegais em demanda pública e apresentam tendências de continuidade (drogas ilícitas, apostas ilegais, prostituição, etc.).

Segundo Lampe (2016, p. 3),⁵⁵ contudo, assim como já havia sugerido Schelling (1971),⁵⁶ o crime organizado também pode estar associado aos crimes predatórios. O autor sugere que todas as atividades ilegais apresentam o aspecto comum de que são, em maior ou menor grau, “organizadas”, e por esse motivo “(...) ‘organizado’, nesse contexto, significa que os crimes são comprometidos continuamente, envolvendo planejamento e preparação, em oposição a atos criminosos impulsivos.” Assim, pode-se dizer que enquanto os crimes mercadológicos conectam vendedores e compradores em mercados ilegais, e tendem a seguir uma certa continuidade, como a distribuição de drogas ilícitas, os crimes predatórios são melhores definidos por uma relação de confronto entre o criminoso e a vítima, e tendem a ser mais dependentes da disponibilidade de oportunidades (LAMPE, 2016, p. 87 – 88; ABADINSKY, 2010; FIORENTINI, 1999).⁵⁷

Não obstante, para organizações criminosas como o PCC, de acordo com a Lei 12.850/2013, essa simples distinção entre o que pode ou não ser associado ao crime organizado não é suficiente para diferenciá-lo de qualquer outra organização criminosa que pratica atividades predominantemente predatórias ou mercadológicas. Nesse ponto, é necessário deixar claro três fatores, de acordo com as evidências coletadas:

1) o PCC tem em sua formação membros batizados que são permitidos conduzir qualquer atividade, ilícita ou legítima, predatória ou mercadológica (ou ambas), desde que respeitem a “disciplina” da organização;

2) isso permite a formação de grupos menores, as “firmas ilícitas”, que podem ser constituídos pela associação de apenas membros batizados, por membros batizados e não-membros

⁵⁵ Ver: ANDERSON (1995).

⁵⁶ Schelling (1971, p. 644) afirma no início de seu texto que tem a certeza de que Cressey (1967) não queria dizer que ladrões (*burglars*) não eram nunca organizados.

⁵⁷ Fiorentini (1999) dedica toda uma seção para explorar os efeitos dos investimentos relativamente fracos em tecnologia militar na origem de organizações criminosas especializadas em atividades predatórias.

(muitas vezes mencionados como “simpatizantes” ou “companheiros”), e também por criminosos não-batizados, mas que seguem e se valem da “disciplina” do PCC;

3) a definição de “organização criminosa” pela Lei 12.850/2013 é bastante ampla, e pode incluir todos os tipos de “organizações criminosas” descritas acima, sejam elas pertencentes ao PCC, ou não. Os crimes mercadológicos e predatórios, portanto, não são excludentes, mas frequentemente complementares e podem se sobrepor.

Juridicamente, sobre as externalidades positivas em impor penas, a Lei 12.850/2013 permite o enfrentamento de atividades ilícitas relacionadas com a organização criminosa, como o tráfico de armas, o tráfico de drogas, e a lavagem de dinheiro, além de dispor diversos meios de obtenção de prova (BECHARA, 2016).⁵⁸ Por outro lado, entretanto, as críticas existem justamente devido à sua característica “guarda-chuva”, na qual uma ampla gama de grupos é criminalizada como “organização criminosa”. Deste modo, esse aspecto genérico da Lei não é suficiente para distinguir organizações criminosas como o PCC de outras menores, pouco relevantes nacionalmente, consideradas legalmente como organização criminosa por apresentarem qualquer associação “de mais de 4 pessoas para a prática de quaisquer infrações penais, desde que tenham pena máxima superior a quatro anos” (1º Vara Criminal da Comarca de Guarujá).⁵⁹

Apenas para o Estado de São Paulo, que se tem um grande corpo de evidências, os três fatores elencados acima são facilmente visíveis. A maioria das denúncias coletadas sobre “organização criminosa” poderia ser sub classificada como de “crimes predatórios”, segundo a literatura. Em linhas gerais, os dados indicam que dentre as denúncias, inquéritos policiais ou procedimento investigatório criminal que não são em desfavor de supostos integrantes do PCC, os supostos infratores formaram ORCRIM a fim de cometer crimes primariamente predatórios, como o roubo de fios telefônicos,⁶⁰ roubo de veículos⁶¹ e carga nas rodovias estaduais e interestaduais,

⁵⁸ Bechara (2016, p. 5) comenta a Lei e aponta, com destaque, os meios de obtenção de provas: a “colaboração premiada, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, a ação controlada, o acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais, a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas, o afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal, nos termos da legislação específica e a infiltração, por policiais, em atividade de investigação”.

⁵⁹ Disponível nos autos: 1510435-13.2016.8.26.0223.

⁶⁰ Promotoria de Justiça de Hortolândia (2016), autos nº 0006182-72.2015.8.26.0229.

⁶¹ Promotoria de Justiça de Altinópolis (2019), autos nº:1500149-63.2018.8.26.0042; Promotoria de Justiça de Bragança Paulista (2015), autos nº 0008375-62.2015.8.26.0099; Promotoria de Justiça de Embu das Artes (2015),

roubo armado a banco,⁶² roubo de casas e cárcere privado⁶³ etc. Em todos esses episódios, segundo os promotores, em maior ou menor grau, os infratores se organizaram entre si, planejaram, dividiram tarefas, e cometeram o crime por mais de uma vez – o que teoricamente prova a durabilidade da organização.

Em casos como o roubo de veículos, por exemplo, os crimes são primariamente predatórios por apresentarem uma relação de confronto entre o criminoso e a vítima, além de tenderem a depender da disponibilidade de oportunidades (LAMPE, 2016). Porém, o produto subtraído pode tanto ser novamente inserido no mercado após “adulteração de numeração, características do veículo, troca de placas e venda de peças avulsas após desmanche”, quanto pode ser reempregado na prática de diversos outros crimes, desde transporte de drogas e armas até na prática de sequestros. Como demonstra o Anuário de Mercados Ilícitos Transnacionais em São Paulo (MIT, 2017, p. 22),⁶⁴ roubos de veículos são crimes que causam “externalidades negativas”⁶⁵ relevantes. Apenas para o estado de São Paulo “o uso para outros crimes seguido de abandono do veículo absorve cerca de 44,53% dos roubos e furtos, fomentando um elevado nível de violência.” Ademais, este crime “possui ainda consistente relação com o mercado ilícito de armas, uma vez que o roubo depende significativamente do acesso a armas de fogo e, conseqüentemente, está correlacionado ao número de confrontos entre a polícia e criminosos, sendo a mais frequente das suas causas”.

Os dados coletados também refletem essa dinâmica. Para os crimes considerados como “predatórios”, segundo a literatura, 83 casos foram identificados na base de dados. Com exceção de poucos episódios de fraude bancária e de crédito, corrupção de funcionalismo público (outros além dos que atuam na área de segurança pública), invasão de propriedade e episódios de sequestro

autos nº 0003980-87.2015.8.26.0176.

⁶² Promotoria de Justiça de Buritama (2015), autos nº 0000416-80.2015.8.26.0603.

⁶³ Promotoria de Justiça de Guararema (2016), autos nº 0000485-66.2016.8.26.0219.

⁶⁴ O setor automotivo, particularmente, é estruturado, dinâmico e diversificado, fortemente baseado em meios violentos de manutenção do setor. A manutenção de ofertas se dá por meio de roubos, furtos e tráfico de veículos, inclusive na fronteira, onde redes criminais operam especialmente com Paraguai e Bolívia (ANUÁRIO MERCADOS ILÍCITOS, 2017, p. 22).

⁶⁵ Utilizando-se da definição proposta por Pindyck e Rubinfeld (2006), o Anuário MIT (2017, p. 14), entende que “uma externalidade ocorre quando alguma atividade de produção ou de consumo possui um efeito sobre outras atividades de consumo ou de produção, que não se reflete diretamente nos preços de mercado. O termo externalidade é empregado porque os efeitos são externos ao mercado. Dizemos que ela é negativa quando a ação de uma das partes impõe custos à outra.”

e tortura, todos os demais foram relacionados à prática de roubos diversos, como citado acima.

Para os crimes “mercadológicos”, 78 casos foram identificados na base de dados. A maioria foi crime relacionado à prática de tráfico de drogas ilícitas. Já para os crimes que foram considerados como “predatórios e mercadológicos”, como o exemplo do roubo e furto de veículos, identificou-se o total de 14. Como não obtivemos acesso aos documentos anexos que são enviados às varas criminais, não foi possível saber o conteúdo dos Boletins de Ocorrência, Inquéritos Policiais e outros da mesma natureza. Por essas razões, só foram considerados como “crimes predatórios e mercadológicos” os casos em que a denúncia afirma que os crimes realmente se efetivaram ou estavam prestes a se efetivar, como em episódios de prisões em flagrante. Quer dizer, se uma organização criminosa cometeu um roubo de carro, mas não restou confirmado que suas peças, ou mesmo completo, tenha sido reinserido no mercado, este não foi considerado um caso de crime mercadológico, ainda que se saiba que é uma prática muito comum “cortar” os veículos em desmanche para posterior revenda de suas peças, por exemplo.

Especificamente sobre as denúncias em desfavor de integrantes e supostos integrantes do PCC, os crimes de aspectos predatórios foram minimamente identificados. Apenas três casos foram contabilizados. Os crimes de aspecto mercadológico, por sua vez, foram os mais vezes identificados, e estão mais relacionados com o tráfico de drogas ilícitas. Nos casos de crimes combinados, onde se restou indicado a consumação da prática do crime predatório, inicialmente, e a posterior revenda do produto subtraído, as denúncias que mencionam firmas do PCC também são poucas, como pode se ver na tabela abaixo.

Os baixos números sobre crimes predatórios devem também ser analisados com cautela. Como será apresentado na seção de descrição dos dados no Capítulo 2, as denúncias só foram consideradas como sendo em desfavor de membros do PCC quando há menção, no texto da denúncia, do envolvimento dos denunciados com o PCC. Ao contrário, foram contabilizadas como no grupo oposto.

Tabela 1.1 - Relação de Denúncias: Crimes de Organizações Criminosas*

Tipo de crime	Totais	PCC**	Outros***
Predatórios	83	3	80
Mercadológico	78	39	39
Predatório e Mercadológico	14	3	11
Total	175	45	130

*Essa tabela contabiliza os dados de denúncias em desfavor de organizações criminosas, segundo a Lei 12.850/2013. Excluem-se dados de documentos que foram arquivados ou que estão em andamento.

**Refere-se às denúncias em desfavor de membros ou supostos membros do PCC.

***Refere-se às denúncias em desfavor de indivíduos em que a promotoria não apontou a presença do PCC.

Fonte: Elaboração própria.

1.2.2. Governança Ilegal

A governança ilegal (*illegal governance*) é um outro aspecto que distingue a organização criminosa promotora de proteção para além da tendência em operar crimes de aspectos mercadológicos. A literatura econômica entende que as organizações criminosas também desenvolvem culturas organizacionais e ideologias que contribuem para sua coesão e expansão (SKAPERDAS & SYROPOULOS, 1995; FIORENTINI & PELTZMAN, 1995). A governança ilegal está associada à capacidade da organização criminosa em exercer o papel de reguladora das atividades e mercados que são definidos como ilegais por lei. Isto é, existirá a emergência do crime organizado em locais onde justamente não existe o amparo legal de instituições do Estado para assegurar o direito à propriedade privada e a confiança nas transações ilícitas, seja em espaços geograficamente⁶⁶ ou mercadologicamente delimitados. Como sugere a literatura, os indivíduos e firmas que estão dispostos a conduzir suas atividades ilegais, mas que não têm a capacidade de promover a autoproteção, possivelmente irão demandar proteção de uma autoridade extralegal para se manter nos negócios (KUMAR & SKARPEDAS, 2008; GAMBETTA, 1993; SCHELLING, 1971).

Annelise Anderson (1995, p. 35 - 38), a título de exemplo, destaca-se nos estudos econômicos por resgatar os principais aspectos históricos que indicam oportunidades para a emergência do crime organizado, caracterizado, especialmente, pelas máfias. A autora aponta três

⁶⁶ Para análise econômica da proteção nos presídios, ver: SKARBEEK, 2020 e 2014.

condições sob as quais o crime organizado pode se desenvolver:

1) abdicação ou rejeição do poder legítimo estatal: avançando na proposta de Catanzaro (1992), a autora aponta para a ocorrência do crime organizado no “vácuo de poder”, “na inabilidade”,⁶⁷ ou na “falta de vontade do estado em assegurar a ordem pública em uma sociedade”;

2) excessivo poder burocrático:⁶⁸ ocorre quando agências do governo e indivíduos se utilizam do acesso ao poder local sobre a distribuição de recursos e a entrada em negócios legais. Esse excesso é potencializado quando a transparência é nula ou baixa, tornando os processos difíceis de serem monitorados, aumentando, em consequência, a possibilidade de práticas de corrupção;

3) potencialidade de mercado ilícito: essa condição é melhor representada pela proibição, quando o Estado determina o que é criminoso,⁶⁹ ou mesmo pela alta taxaço da comercialização de bens e serviços.

Por essas razões, Fiorentini e Peltzman (1995, p. 5 - 7) argumentam que o comportamento geral da organização criminosa depende, profundamente, do papel do governo tanto como cumpridor das leis quanto como legislador. A definição do que é ilegal, e também a decisão de “regulação nos mercados legais e de legislação fiscal”, é proveniente da autoridade central por meio de suas instituições, e esses aspectos podem ser considerados como os “principais fatores que determinam as áreas nas quais a organização criminosa escolhe alocar seus recursos”. Em outras palavras, é mais provável que o crime organizado surja em condições sob as quais o Estado é fraco (vácuos⁷⁰ de poder criados pela geografia, distância política, social e étnica) ou quando o Estado

⁶⁷ Especialmente quanto à inabilidade do Estado, é importante salientar que a literatura econômica também percebe como essa mesma lógica se aplica ao sistema penitenciário. Segundo Skarbek (2014, 2020), oportunidades para a emergência da governança ilegal ocorrem quando prisioneiros não podem depender das mesmas instituições que cidadãos não-criminosos têm à sua disposição para protegê-los devido à incompletude da garantia de governança oficial que não alcança sua total potencialidade, mas continuam a demandá-las, os prisioneiros desenvolvem suas próprias instituições de governança extralegal para facilitar as transações ilícitas e garantir proteção dos direitos de propriedade (SKARBEEK, 2020, 2014). Para casos do sistema penitenciário brasileiro, ver: DIAS & SALA, 2013; SALLA & LOURENÇO, 2014.

⁶⁸ Na literatura, geralmente o excesso de poder burocrático é melhor representado pela ex-URSS, onde as agências do governo e as pessoas com poder no governo local exerciam poder sobre a distribuição de recursos e sobre a entrada em negócios legais. O poder e discricão burocráticos excessivos, especialmente quando os critérios para decisões burocráticas não são claros e difíceis de monitorar ou avaliar, fornecem o potencial de corrupção, suborno e extorsão.

⁶⁹ Ver: KOIVU (2018).

⁷⁰ Para uma revisão da “teoria da proteção” econômica e da máfia como “governos alternativos”, ver: KLEEMANS, 2015 e GAMBETTA, 1993.

cede efetivamente o controle (vácuos legais) – não necessariamente fraco (KLEINFELD & BARHAM, 2018) –, proibindo determinadas atividades e bens que são então “governados” pelo crime organizado (KUMAR & SKARPEDAS, 2008).⁷¹ Esse é um aspecto presente no histórico de formação do PCC como uma organização que foi criada nos presídios.

Paralelamente, existe uma outra linha da teoria que dá um nome mais específico para a prática da governança ilegal promovida por organizações criminosas. Benjamin Lessing (2020, p. 3)⁷² aplica sua interpretação de “governança criminosa” sobre o caso do PCC a fim de diferenciar as diversas formas de governança produzidas também por grupos rebeldes, empresas legítimas e pelo próprio Estado. Para o autor, a “governança criminosa” é diferente da “governança corporativa” pois as organizações criminosas geralmente estendem sua governança além de seus funcionários, atingindo “redes criminosas mais amplas” e “grandes populações civis”, não se limitando a questões administrativas. Seu tipo de governança, por não ter a pretensão de assumir o controle do estado, de substituí-lo, e tampouco de estabelecer controle exclusivo sobre o território, também a diferencia de grupos rebeldes. E, é também diferente da “governança estatal” pois “raramente estabelece forte controle territorial”, entra em “confronto com as forças do estado”, ou tenta “suplantar a governança estatal completamente.” Na prática, o que pode acontecer é o oposto, uma vez que a governança promovida por grupos criminosos (não rebeldes), segundo Lessing (2020), está incorporada em domínios maiores do poder estatal.

A organização criminosa, pode, portanto, trazer ordem tanto aos espaços em que os estados têm dificuldade de governar – “especialmente periferias urbanas e sistema prisional”, além dos mercados ilegais – quanto pode contar e se fazer valer de aspectos da governança estatal “em domínios como a saúde e educação.” Uma outra característica da governança criminosa é o fato de que os cidadãos que convivem com a presença dessas organizações, tampouco deixam de exercer direitos e deveres, como o voto (ALESINA et al., 2019) e pagamento de taxas (SCHELLING, 1971), e podem, inclusive, denunciar membros de organizações criminosas por comportamento

⁷¹ Os períodos de transição também parecem ser um bom incentivo que permite que o crime organizado floresça nas lacunas deixadas pelo Estado. “Uma interpretação específica”, de acordo com Kleemans (2015), é que “os grupos da máfia realmente prestam um serviço (proteção privada) que não é fornecido pelo Estado”. Na sua ausência, a Máfia interviria para proteger os direitos de propriedade e as transações econômicas, reforçando a confiança entre os participantes.

⁷² Por “governança criminosa”, segundo o autor, entende-se “a imposição de regras ou restrições sobre comportamento por uma organização criminosa”.

abusivo. É “tal complementaridade,” segundo Lessing (2020, p. 4), que “permite relações ‘simbióticas’⁷³⁻⁷⁴ entre a governança estatal e criminal.”

No entanto, não fosse também a amplitude da definição de organização criminosa utilizada por Lessing (2020, p. 3) – “qualquer grupo engajado na atividade criminal” – a proposta de governança criminosa poderia ser aplicada nesta dissertação. Porém, como atual objetivo é entender como os mercados ilícitos moldam o comportamento geral das organizações criminosas, e já restou demonstrado que considerar “qualquer” organização criminosa como promotora de governança não funciona para distingui-las do PCC, e boa parte das evidências coletadas são sobre o tráfico de drogas ilícitas por seus integrantes e supostos integrantes, limitando-se às evidências que indicam processos de proteção, segue-se com a utilização da terminologia de “governança ilegal” presente nos estudos da Teoria Econômica do Crime Organizado mais diretamente.

Com base nesse debate, porfim, pode-se perceber que a governança estabelecida por organizações criminosas significa exercer mais do que um papel administrativo, mas determinar também as regras que seus membros, não membros criminosos e uma parcela de civis não criminosos, são esperados a respeitar, adotar procedimentos para assegurar o cumprimento dessas regras e assumir tarefas legislativas e judiciais para resolver disputas, especialmente na ausência ou fraca regulamentação governamental efetiva, seja em espaço geograficamente ou mercadologicamente delimitados. (LESSING, 2020; SKAPERDAS & SYROPOULOS, 1995; BAUMOL, 1995).

O Capítulo 3 mostra como essas dinâmicas do crime organizado são exploradas, e a proposta que avança é a de que o PCC criou estruturas que permitem a venda de “apólices de seguros” às firmas e indivíduos que fazem parte de sua rede. Em outros termos, como um seguro qualquer, quando presos, os integrantes poderão acionar os mecanismos de proteção que garantem direitos à propriedade, especialmente do próprio corpo, segurança nas transações ilícitas, saúde, e

⁷³ No Brasil, Cepik e Borba (2011) comparam a relação entre organizações criminosas e a economia lícita, e argumentam que essa relação é de “tipo parasitária”. Isso significa que o crime organizado não deseja dominar, substituir ou destruir a estrutura social, mas de aproveitar-se dela. “A existência do parasita está condicionada à sobrevivência do hospedeiro”. Ver também: NAYLOR (2004).

⁷⁴ Para um exemplo prático sobre a “simbiose”, ver: LINDNER, Juliana; BORGES, Andre; Vargas, Matheus. Ministério da Saúde dialoga com o tráfico e com a milícia, diz Mandetta. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, 08 de abril, 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-dialoga-com-o-trafico-e-com-a-milicia-diz-mandetta,70003265463>>. Acesso em: 05 set. 2020.

em outros casos, inclusive o acesso a advogados. Quando livres, os indivíduos valem-se dos mecanismos de proteção contra as quebras de “disciplina” que atrapalham as atividades ilegais, recebem consignação regular e acesso à drogas ilícitas via sua cadeia de distribuição, praticam corrupção conjunta de agentes públicos, e para os mais necessitados, uma ajuda é garantida às famílias.

2. DADOS E EMPÍRIA: EXTRAÇÃO E ANÁLISE DAS EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS PELO SISTEMA DE JUSTIÇA CRIMINAL

Encontrar dados úteis e confiáveis é um dos maiores obstáculos para qualquer estudioso do crime organizado. Dos códigos de silêncio à ameaça e uso da violência e territorialização, a coleta de dados sobre atividades criminosas pode ser muito desafiadora (SKARBEEK, 2014; GAMBETTA, 1993). Embora isso seja verdade, não é um impedimento. Existem outras maneiras de reduzir o risco de viés e confiabilidade ao reunir evidências empíricas.

No geral, três métodos de mensuração de crimes são observáveis na literatura especializada. O primeiro, de observação direta, é relativamente raro nos estudos de crime organizado. Os principais exemplos são os trabalhos etnográficos⁷⁵ de Francis Ianni e Elizabeth Reuss-Ianni (1972) que estudaram uma “família” mafiosa localizada no Brooklyn, e de Patricia Adler (1993) sobre traficantes de “alto escalão” (*upper-level*) atuantes no Sul da Califórnia. São trabalhos pertencentes ao modelo étnico-local (Capítulo 1), conhecidos por trabalharem as relações sociais estabelecidas entre os criminosos e construídas sobre aspectos culturais e etnia.

Um segundo método mais comum é a aplicação de entrevistas. As características e posições sociais dos entrevistados variam bastante e geralmente englobam pessoas que estão mais próximas do contexto da comissão de crimes, como especialistas, policiais, investigadores, promotores, vítimas, presos, familiares de presos e moradores locais onde determinada organização criminosa exerce certo nível de influência. Para Lampe (2016, p. 50 - 55), possivelmente devido à falta de cooperação de entrevistados, a dificuldade da adoção de entrevistas nos estudos do crime organizado está na condução de “pesquisas com grandes amostras aleatórias de respondentes” – exceto para pesquisas ocasionais de vitimização ou acerca de “clientes de bens e serviços ilegais.” Isto é, apesar de ser difícil apontar com certeza em que grau pessoas “envolvidas” com o crime organizado estão dispostas a falar, é possível existir, a depender do contexto, a opção pelo silêncio.

Um interessante exemplo do uso de entrevistas é o estudo conduzido pelo *Matrix Knowledge Group* (2007),⁷⁶ junto a *London School of Economics*, no Reino Unido. O trabalho

⁷⁵ Para trabalhos etnográficos sobre o PCC, ver FELTRAN, 2018; BIONDI, 2016; DIAS, 2013.

⁷⁶ No original: “*The aim of the research was to understand how high-level drug dealers operate and how markets for illicit drugs work.*” MATRIX KNOWLEDGE GROUP. **The illicit drug trade in the United Kingdom**. London: Home Office. Research, Development and Statistics Directorate. 2007. Disponível em: <

envolveu 222 entrevistados, todos condenados e presos por crimes graves relacionados com drogas ilícitas, a fim de compreender, segundo os objetivos do grupo: “como operam os traficantes de drogas de alto nível e como funcionam os mercados de drogas ilícitas.” Na literatura econômica do crime organizado, destaca-se o trabalho de Bouchard e Wilkins (2012), *Illegal Markets and the Economics of Organized Crime*, que reúne artigos desenvolvidos a partir do resultado dessas entrevistas (CAULKINS, et al., 2012a; CAULKINS et al., 2012b).

O terceiro método mais comum é a análise de registros escritos e eletrônicos. Esse método pode ser desmembrado em dois tipos de fontes, segundo Reichel e Albanese (2014, p. 48):

1) fontes abertas (*open sources*),⁷⁷ a exemplo de relatórios jornalísticos e oficiais publicados por autoridades, como arquivos investigativos, de inteligência e judiciais, além de bancos de dados eletrônicos. Os dados de vitimização também entram nessa categoria e geralmente são coletados através de pesquisas com amostras da população em geral, indagando sobre sua vitimização, assim como dados de autorrelato, coletados através de pesquisas com amostras da população em geral, indagando sobre seu envolvimento em crime ou comportamento antissocial;

2) documentos apreendidos como evidência pelas polícias, tribunais, sistema penitenciário e autoridades de saúde pública. Podem também ser documentos compartilhados voluntariamente por criminosos sobre os registros de gangue envolvida no tráfico de drogas ilícitas (LEVITT & VENKATESH, 2000), ou mesmo por profissionais que exercem ofício em agências competentes por investigação e persecução penal (LESSING & WILLIS, 2019). O uso de documentos oficiais, sejam eles de fontes abertas ou não, são mais comuns na literatura internacional e muito tem contribuído com o desenvolvimento da comunidade científica (SKARBEEK, 2014; PAOLI, 2003; DUYNE, 2003; GAMBETTA, 1993; REUTER, 1983; CRESSEY, 1969).⁷⁸

Por vezes, devido à influência política nas definições do fenômeno, e à dependência da

<https://www.drugsandalcohol.ie/6375/1/3923-4186.pdf> > Acesso em: 05 set. 2020.

⁷⁷ Em alguns países, a relação entre pesquisadores e autoridades públicas pode facilitar o acesso aos dados. A Holanda é um comum exemplo em que a polícia é considerada mais aberta a pesquisadores acadêmicos do que a polícia em outros países (HOBBS & ANTONOPOULOS, 2014). Da mesma forma, a manutenção de amplas bases de dados que envolvem variáveis relacionadas à criminalidade organizada também incentiva a produção científica. Um exemplo é o Centro de Documentação e Pesquisa da Holanda (*Research and Documentation Centre - WODC*). Disponível em: <<https://english.wodc.nl/>>. Acesso em: 05 set. 2020.

⁷⁸ Para uma ampla revisão nos métodos de investigação, ver: ALBANESE, 2002.

disponibilização, pelo Sistema de Justiça Criminal, de resultados do processamento e categorização de informações a partir de investigações, as próprias redes do pesquisador também são reconhecidas (HOBBS & ANTONOPOULOS, 2014). Um exemplo na literatura internacional é o caso de Patricia Adler (1993), que ganhou acesso à comunidade de infratores na Califórnia através de seu vizinho (LAMPE, 2016, p. 53). No Brasil, diversos exemplos são semelhantes, como o da antropóloga Karina Biondi (2010), quem iniciou seus estudos sobre o PCC depois que seu marido foi preso, em 2003, e inocentado posteriormente. “Durante as visitas, fez pesquisas de campo cujo material deu origem à dissertação *Junto e Misturado: uma etnografia do PCC*” (ESTADÃO, 2010),⁷⁹ que se tornou um livro referência nos estudos especializados sobre o PCC. Outros profissionais, como jornalistas (ABREU, 2018; JOZINO, 2007) e procuradores de justiça (CHRISTINO & TOGNOLLI, 2017) também fizeram uso de sua ampla rede de contatos e desenvolveram trabalhos sobre o PCC.

Por fim, sabe-se que apesar das implicações metodológicas particulares de cada fonte, juntas elas são complementares e promovem um desenho interessante para o estudo do crime organizado. Nesse sentido, adotando a estratégia de estudiosos da máfia, a presente dissertação faz o uso de fontes históricas e judiciais (GAMBETTA, 1993) a fim de buscar “validação externa” com outros diversos tipos de evidências disponíveis (LESSING & WILLIS, 2019, p. 589). Combina-se dados de casos judiciais conduzidos no Brasil em desfavor de policiais corruptos e criminosos organizados, índices de percepção sobre corrupção, pesquisas de vitimização e outras estatísticas oficiais de crime, bem como de atividades ilícitas diversas, que oferecem as bases para discutir o comportamento geral do Primeiro Comando da Capital (PCC) frente à incentivos endógenos à própria organização e exógenos presentes nos mercados ilícitos em que atua. É a partir dessa combinação de dados que também se analisa a relação entre o PCC e as diversas firmas ilícitas “filiadas” à ORCRIM em São Paulo e outros estados. Adicionalmente, completa-se a validação externa com a revisão da literatura e de fontes jornalísticas sobre crime organizado (Capítulo 1).

⁷⁹ MANSO, Bruno Paes. Universidade vai a periferias e prisões para tentar entender o PCC. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, 24 de janeiro de 2010. Disponível em: < <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,universidade-vai-a-periferias-e-prisoas-para-tentar-entender-o-pcc,500645>>. Acesso em: 05 set. 2020.

2.1. Dados: O Sistema de Justiça Criminal como Fonte de Evidências

A análise descritiva do comportamento geral do PCC em termos de organização e mercados ilícitos é primariamente baseada em dados empíricos majoritariamente qualitativos derivados de documentos oficiais diretamente atribuídos às investigações judiciais em desfavor de membros (integrantes “batizados”), supostos membros, e rivais da organização criminosa sob análise, além de policiais e agentes de segurança pública corruptos. Os documentos coletados incluem evidências sobre a comunicação interna da organização criminosa, como conversas e documentos interceptados (manuscritos, “salves”, e-mails, cartas, planilhas financeiras), registros sobre o tráfico de drogas ilícitas (maconha, crack e cocaína, especialmente), controle do uso de material bélico (aluguel de armas de fogo, coletes balísticos, explosivos), outras atividades ilícitas gerais, testemunhos e estrutura organizacional interna da organização criminosa.

Diversos outros documentos de natureza similar, também coletados, trazem oportunidades ímpares de se avaliar a relação, direta e indireta, estabelecida entre grupos menores (denominadas de “firmas ilícitas”) e a organização criminosa PCC. Enquanto a maioria atua espalhadas pelo Estado de São Paulo, outras transcendem as fronteiras interestaduais. O PCC, por sua vez, como organização criminosa, é transnacional.

O processo de identificação, sistematização e tratamento dos dados qualitativos primários, coletados a partir de documentos oficiais de investigação criminal, foi dividido em três etapas.

Etapas 1

A revisão da literatura sobre o caso estudado permitiu mapear a cronologia dos fatos e histórico de evolução da organização criminosa ao longo dos anos. Identificou-se operações policiais deflagradas em desfavor de membros, supostos membros, “simpatizantes” e rivais do PCC a nível local – cidade e Estado de São Paulo; à nível regional – em outros estados do Brasil; e a nível internacional – em países vizinhos, especialmente quando em operações conjuntas de agências de *enforcement* brasileiras e estrangeiras. Logo na fase inicial, foi possível identificar e obter acesso a uma denúncia do MPSP, batizada de Operação Ubirajara (2019), em desfavor de policiais corruptos na cidade de São Paulo e a uma sentença parcial de investigação promovida pela Polícia

Federal e o Ministério Público Federal (MPF), batizada de Operação Brabo (2016), em desfavor de uma célula do PCC atuante no Porto de Santos que cooperava com organizações criminosas estrangeiras. Ambas de fontes abertas. Paralelamente, recebeu-se de um Professor associado da Rede Interamericana de Desenvolvimento e Profissionalização Policial (REDPPOL) – do Instituto de Relações Internacionais (IRI) da Universidade de São Paulo (USP), criada em parceria com a Organização dos Estados Americanos (OEA) –, o texto completo das duas principais – e maiores – denúncias já feitas pelo MPSP em desfavor de supostos membros do PCC. Ambas são consideradas “mega denúncias”⁸⁰ pois juntam evidências que compõem, ao todo, um calhamaço de mais 1.400 páginas de investigação, além de terem denunciado, em conjunto, 250 indivíduos.

A partir de ambas as denúncias, bases de dados foram criadas a fim de sistematizar o conteúdo referente às posições e responsabilidade dos denunciados.

Etapa 2

Durante a segunda etapa, tratou-se de pesquisar, na plataforma de consulta pública do MPSP,⁸¹ os números de registros de procedimentos (Autos) das operações identificadas durante a revisão e análise dos documentos mencionados na Etapa 1. Para obter evidências empíricas na tentativa de responder às questões que surgiram ao longo da revisão de literatura, solicitou-se, via Ofício, através do Professor associado da REDPPOL, junto ao MPSP, um levantamento da Relação de Procedimentos Denunciados (os tipos de denúncia incluem: denúncia, denúncia com previsão de suspensão e denúncia oral) de diversos outros procedimentos que versam sobre as seguintes tipificações penais:

- Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores Oriundos de Corrupção;⁸²

⁸⁰ A primeira foi conduzida durante três anos, de 16 de setembro de 2009 a 9 de setembro de 2013, e a segunda, denominada de “Operação Echelon”, durou um pouco mais de um ano, de 8 de março de 2017 a 5 de julho de 2018.

⁸¹ Disponível em: <<https://sismpconsultapublica.mpsp.mp.br/>>

⁸² Item Penal da Denúncia, segundo o MP (2011 - 2019): DIREITO PENAL > Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral e Crimes Praticados por Particular Contra a Administração em Geral ou Crimes Praticados por Particular Contra a Administração Estrangeira ou Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores Oriundos de Corrupção. Origem dos Dados, segundo o MP: SISMPIntegrado posição em 20 out. 2019.

- Crimes do Sistema Nacional de Armas;⁸³
- Crimes de Organização Criminosa;⁸⁴
- Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa.⁸⁵

Devido à quantidade de registros dispostos e à incerteza de que o pedido seria atendido, optou-se por escolher as últimas duas tipificações penais elencadas pois se sabe que geralmente são acompanhadas de tipificações penais correlatas, segundo a Lei 12.850/2013, como as próprias citadas “lavagem de dinheiro”, “tráfico de drogas”, “crimes contra o sistema nacional de armas”. Ou seja, as chances de se conseguir documentos que efetivamente fossem em desfavor de indivíduos ligados ao PCC e que pudessem englobar uma variedade maior de atividades ilegais, poderiam ser maiores caso as duas últimas fossem escolhidas.

Etapa 3

A partir do levantamento quantitativo fornecido pelo MPSP sobre as tipificações mencionadas, decidiu-se buscar, na plataforma de consulta da instituição, os Autos das denúncias sobre as tipificações penais “Crimes de Organização Criminosa” e “Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa”. Foi criada uma terceira base de dados para abrigar os registros da plataforma, que posteriormente foi encaminhada como pedido formal, também via Ofício ao MPSP, de acesso aos textos integrais das denúncias. Paralelamente, à medida que se avançou na identificação desses Autos, notou-se que os processos que foram arquivados por falta de elementos probatórios estavam disponíveis para acesso ao público (*open source*). Por fim, uma vez recebidos esses documentos, foram criadas outras bases de dados para contabilizar e

⁸³ Item Penal da Denúncia, segundo o MP (2011 - 2019): DIREITO PENAL > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes do Sistema Nacional de Armas. Origem dos Dados, segundo o MP: SISMPIntegrado posição em 20 out. 2019.

⁸⁴ Item Penal da Denúncia, segundo o MP (2011 - 2019): DIREITO PENAL > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Crimes de Organização Criminosa ou Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa. Origem dos Dados, segundo o MP: SISMPIntegrado posição em 20 out. 2019.

⁸⁵ Item Penal da Denúncia, segundo o MP (2011 - 2019): DIREITO PENAL > Crimes Previstos na Legislação Extravagante > Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa. Origem dos Dados, segundo o MP: SISMPIntegrado posição em 20 out. 2019.

analisar qualitativamente o conteúdo das informações presentes nas denúncias. Adicionalmente, logrou-se também identificar e obter acesso à parte da denúncia sobre a Operação Ethos (2016) do MPSP.

Assim, para além dos textos completos das “mega denúncias” de 2013 e 2018, foram recebidas mais 313 denúncias endereçadas à diversas unidades de promotoria de justiça criminal do Estado de São Paulo, e de diferentes núcleos de atuação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), que versam sobre as tipificações penais “crime de organização criminosa” e “promoção, constituição, financiamento ou integração de organização criminosa”, art. 1 e 2 da Lei 12.850/2013. Desse total, 283 são sobre “crime de organização criminosa”, 26 sobre “promoção, constituição, financiamento ou integração de organização criminosa” e 16 sobre “lideranças”.⁸⁶ Do total de documentos selecionados e solicitados (455) ao MPSP, 68,79% foram recebidos.

Tabela 2.1 – SISMPIntegrado: Relação de Procedimentos Disponíveis e Coletados

Tipificação Penal e Classificação	SISMPIntegrado*	Pedidos	Recebidos	PCC**
Organização Criminosa	748	408	283	137
Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa	28	26	17	13
Liderança	-	16	13	13
1 Função do GAECO***	5	5	0	0

*O SISMPIntegrado é a base de consulta pública do MPSP. Os valores que compõem a segunda coluna são referentes à quantidade total de registros disponíveis na plataforma de consulta pública da instituição para as duas tipificações penais indicadas. O período de consulta foi dezembro de 2019.

**Refere-se à quantidade de documentos recebidos que mencionam a participação de integrantes ou supostos integrantes do PCC.

***Refere-se à documentos assinados pela promotoria que compõe o Núcleo de Presidente Prudente⁸⁷ do GAECO.

Fonte: Elaboração própria.

⁸⁶ Código criado pelo autor a fim de separar as denúncias que envolviam diretamente membros dos principais escalões do PCC identificados ao longo das mega denúncias de 2013 e 2018.

⁸⁷ Especificamente sobre esse Núcleo, pensou-se em solicitar os Autos disponíveis na plataforma de consulta pois estavam assinados pelo Promotor de Justiça do GAECO, Lincoln Gakyia. Figura importante no combate a organizações criminosas, Lincoln tem se destacado como um dos principais promotores que conduzem investigações em desfavor de integrantes do PCC.

Apenas para “organização criminosa”, o total de documentos (incluindo os arquivados) que contém menções ao PCC, que investigaram e denunciaram supostos membros diretos e indiretos, foi de 137. O total de documentos que não são em desfavor de supostos membros do PCC totalizaram 176. Acontece que não é possível identificar, antes do pedido formal de acesso à informação, quais números de procedimentos dizem respeito às pessoas envolvidas com determinada organização criminosa. Portanto, depende-se de ter a solicitação atendida para posteriormente filtrar e separar as denúncias que fazem menção ao PCC das denúncias que não fazem menção ao PCC. Os apêndices 2 a 5 mostram com mais detalhes a relação de documentos solicitados, recebidos e analisados que envolvem o PCC para cada uma das classificações criadas.

2.2. Metodologia

Além de questões de confiabilidade e viés, sabe-se que a natureza desses dados levanta, também, preocupações éticas e metodológicas (LESSING & WILLIS, 2019). Quer dizer, sabe-se que o Sistema de Justiça Criminal geralmente atua como um funil, filtrando e, por vezes, distorcendo a entrada de resultados em seus diversos níveis (REICHEL & ALBANESE, 2014). É reconhecido que os dados oficiais são o resultado da atividade de aplicação da lei, que por sua vez é o resultado de restrições de recursos, à competência dos agentes, prioridades organizacionais e prioridades políticas gerais. Quando terceiros, como acadêmicos, examinam os arquivos do caso, detalhes irrelevantes para a perspectiva de um processo jurídico “‘bem-sucedido’, como quaisquer manifestações desagradáveis de incompetência individual, falhas organizacionais ou imperícia em nome dos agentes, foram removidos” (HOBBS & ANTONOPOULOS, 2014, p. 99).

Selecionaram-se documentos do MPSP pois as investigações são frequentemente conduzidas em conjunto com outras agências de segurança pública, como as polícias Militar e Civil, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ministério Público Federal etc. Para além disso, tais documentos são criados por agentes e promotores que costumam passar anos trabalhando em casos de investigação, e “por serem principalmente correspondências internas, tendem a ser informativas e provavelmente bastante precisas” (SKARBEEK, 2014, p. 10-12).

Outra motivação para coletar evidências do MPSP, especialmente às produzidos pelo GAECO, é o trabalho constante de investigação da entidade pública sobre o PCC, além do aumento

no número total de operações deflagradas e denúncias oferecidas junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. No período entre 2016 e 2019, o GAECO⁸⁸ realizou 497 operações e 692 denúncias no total. Dentre as denúncias oferecidas, 317 (45,8%) foram relacionadas às atividades do PCC, 120 (17,34%) foram por lavagem de dinheiro, e 187 (27,02%) de crimes contra a administração pública. Do total de denúncias durante o último quadriênio, 1.802 pessoas foram denunciadas por ligação com o PCC, 526 por lavagem de dinheiro, 1.102 por crimes de administração pública, além de 707 agentes públicos. Ademais, as 3.803 buscas totais efetuadas permitiram a prisão de 5.311 pessoas a partir das operações. Acerca de integrantes do PCC, 2.890 prisões foram realizadas. Apesar do número de denunciados e prisões de pessoas ligadas ao PCC ser expressivo, até o ano de 2019, apenas 792 pessoas foram condenadas, que equivale à 40,6% do total de pessoas denunciadas pelo mesmo motivo. Outras 93 foram condenadas por lavagem de dinheiro, 335 por crimes contra a administração pública, além de 345 agentes públicos.

Pode-se interpretar, a partir da relação entre pessoas com ligação com o PCC denunciadas e presas, que o trabalho do MPSP não está sendo eficiente. No entanto, é importante não esquecer que, apesar de não termos os dados sobre a quantidade de denúncias oferecidas por ano, ou por mês, nem todos os processos foram finalizados. Isto é, são processos que ainda podem estar em andamento, seguindo o rito processual em alguma instância das cortes da justiça paulista. E essa pode ser uma interpretação alternativa para os 40,6% de pessoas condenadas ligadas ao PCC frente ao total de 1.802 denunciadas. Uma outra dificuldade de se obter textos de sentenças, por exemplo, é o fato de que o rito processual pode levar um período considerável de tempo desde o momento que um inquérito é instaurado até o processo transitar em julgado, além da possibilidade da sentença não ter sido prolatada ou estar sob sigilo de justiça.

2.3. Limitações

Para as limitações, entretanto, existe um método comum adotado na literatura que ajuda os pesquisadores a superar as preocupações de viés e confiabilidade. Quando disponíveis, observar

⁸⁸ Segundo o MPSP, esses dados concretizam a tríplice vertente do combate ao crime organizado no Estado de São Paulo: combate às organizações criminosas, à lavagem de dinheiro e à corrupção de agentes públicos. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2020_Noticias/2020_Fevereiro/Bra%C3%A7o%20do%20MPSP%20de%20combate%20ao%20crime%20organizado%20divulgou%20resultados%20de%202016%20a%202019>. Acesso em: 21 jun. 2020.

as sentenças sobre as acusações é um mecanismo que permite entender a qualidade das evidências apresentadas durante as investigações. De acordo com Skarbek (2014), juízes revisam e descrevem as evidências apresentadas no caso original, avaliando sua confiabilidade e validade. Isso fornece uma avaliação relativamente imparcial e criteriosa das evidências. Para este trabalho, no entanto, exceção de duas (uma do MPSP e uma do MPF), não foi possível ter acesso às sentenças de todos os casos devido ao sigilo judicial ou devido ao tempo do rito processual. Outras maneiras de contornar esses obstáculos são procurar fontes secundárias, como trabalhos acadêmicos e jornalísticos que confirmam dados sobre o número de indivíduos presos, condenados e quantidade de dinheiro, armas e drogas apreendidas. Isso permite a verificação do conteúdo interno dos relatórios das autoridades, ajudando-nos a corresponder às informações contidas nos arquivos e, assim, aumentar a confiabilidade.

Assim como no trabalho de Lessing e Willis (2019), este também contém “informações de identificação pessoal” (*personally identifiable information - PII*) sobre os supostos criminosos investigados. Segundo os autores, isso levanta sérias preocupações éticas porque “nenhum dos indivíduos deu consentimentos informados”. Eticamente, não se pretende usar seus nomes ou expô-los de alguma forma, com exceção daqueles que são amplamente divulgados nas mídias, de líderes e não líderes, ou mesmo já falecidos, que, se citados, em nada irá interferir nos processos de investigação. O interesse é maior em conhecer como os integrantes do PCC se organizam em termos de estrutura, relacionamento com forças de segurança e outros grupos criminosos. Ademais, o anonimato é uma medida de segurança seguida pela grande maioria dos estudiosos do crime organizado, principalmente quando pesquisadores contam com a ajuda de informantes (LEVITT & VENKATESH, 2000), o que não é o caso deste trabalho.

Embora a dissertação apresente análises sobre um grande número de documentos, sabe-se que ainda não se está cobrindo todos os territórios onde o PCC atua, o que nos leva a enfrentar a “incompletude dos dados” em termos de geografia, estrutura e tempo (LESSING & WILLIS, 2019).

Geografia:⁸⁹ os documentos coletados podem ser considerados geograficamente limitados devido à quantidade de documentos recebidos para cada região do Estado de São Paulo. Para a

⁸⁹ O Apêndice 1 mostra os dados coletados por cada região.

capital (Região 011), por exemplo, logrou-se receber 126 documentos ao todo, incluindo as efetivas denúncias e as promoções de arquivamento. No entanto, para a região 017, apenas sete foram recebidos. Considerando os documentos que denunciam supostos membros do PCC diretamente, algumas regiões apresentam um número muito reduzido de evidências, como é o caso das regiões 012 e 015, das quais foram recebidas apenas um documento de cada. Em contrapartida, a região 018 fica a frente com 41 documentos recebidos, seguida da região de 011, com 38. Não obstante, existe ainda uma limitação mais sutil, que depende tanto do nível de penetração das investigações quanto da própria disponibilidade de evidências nos textos das denúncias, como explica o trecho a seguir.

Estrutura: esse tipo de limitação geralmente está ligado ao foco das operações policiais e demais agências de segurança pública, que podem ter diferentes níveis de investigações. As investigações podem estar focadas no tráfico de drogas ilícitas localizado, como em bairros e cidades, em células específicas dentro de uma organização criminosa maior, ou mesmo em atividades ilegais específicas. Os dados coletados mostram que além de estarem espalhadas pelo território do Estado de São Paulo, as diversas “firmas ilícitas” que compõem o PCC se dedicam a diversas atividades ilegais, desde o tráfico de drogas ilícitas até o roubo de seguradoras, e ainda podem atuar em mais de um local, estabelecendo conexões com outras firmas. Porém, só depende do nível de penetração das investigações e do nível de detalhamento das denúncias para saber se determinada denúncia é suficiente.

Caracterizar o “tamanho” da firma, por exemplo, é um fator exclusivamente dependente do nível de penetração da investigação e do que é efetivamente relatado nas denúncias. Infelizmente, as denúncias contra organizações criminosas que não citam o PCC, não citam outras organizações criminosas e tampouco fazem referências à “disciplina” do PCC. Em consequência, é empiricamente mais difícil distinguir os membros de organizações criminosas independentes na base de dados. Acontece, por um lado devido o instrumental jurídico promovido pela Lei 12.850/2013, que todo criminoso integrante, ou mesmo suposto, do PCC, ocupantes ou não de funções na estrutura unificada e hierárquica do PCC, “contribui, direta ou indiretamente, para o esquema de tráfico de drogas e de armas que é operacionalizado pela organização [...]”. Ou seja, a “simples existência, outrossim, da organização PCC também pressupõe uma série de outros

crimes” (PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ITANHAÉM, 2017).⁹⁰ Mas, caso não citada a participação do denunciado no PCC, não é possível saber se este faz parte de outra organização criminosa “conhecida”. Quer dizer, atuantes e originárias da capital paulista, existem outras organizações criminosas de menor expressão⁹¹ como o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), Seita Satânica, Cerol Fino e Terceiro Comando da Capital, além de organizações criminosas originárias de outros estados como o próprio CV, FDN e ADA, que também atuam em São Paulo com expressão reduzida. Entretanto, essas não têm seus nomes citados nas denúncias que versam sobre a tipificação penal “organização criminosa”, salvo exceções notadas nos documentos de práticas de “tribunal do crime” em que membros do PCC “julgam” supostos integrantes de organizações criminosas rivais em São Paulo.

Tempo: a limitação temporal sofre com o desequilíbrio na quantidade de denúncias prestadas em desfavor de integrantes e supostos integrantes do PCC. Os documentos recebidos do MPSP, com exceção das mega denúncias e os demais conseguidos em fonte aberta, cobrem o período entre 2015 e 2019. Enquanto para o ano de 2015 só foram recebidas três denúncias que mencionam o PCC diretamente, os demais anos seguem uma tendência crescente, pulando para 16 durante o ano de 2016 e 33 para o ano de 2019. Como dito anteriormente, o recorte temporal escolhido é entre 2011 e 2019. Isso porque as denúncias coletadas nas fontes abertas e recebidas na primeira etapa da pesquisa, somadas, cobrem investigações que iniciam ainda em 2009, em verdade. No entanto, como os processos mais decisivos nas diretrizes do PCC ganham maior relevo entre os anos de 2010 e 2011, decidiu-se adotar tal recorte de investigação.

Finalmente, sabe-se que os dados oficiais podem deixar de contabilizar todos os crimes. Existem aqueles não relatados ou detectados, que dependem da gravidade, do nível de confiança e acessibilidade da polícia, do medo de represálias do infrator, da comunicação, e da estrutura de incentivos para denunciar o crime (REICHEL & ALBANESE, 2014, p. 49). A Pesquisa Nacional de Vitimização (2013), por exemplo, mostrou que apenas 25% a 30% das questões de segurança pública chegam à atenção das autoridades. Como alternativa, portanto, faz-se uso de dados gerais

⁹⁰ Promotoria de Justiça de Itanhaém, 2017. Autos: 0006506-77.2017.8.26.0266.

⁹¹ ADORNO, Luis. Guerra de facções dispara homicídios na grande São Paulo. **FOLHA DE SÃO PAULO**, 08 de julho de 2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/05/1882087-guerra-de-faccoes-dispara-homicidios-na-grande-sao-paulo.shtml>>. Acesso em: 10 out. 2020.

sobre a criminalidade no Estado de São Paulo, e da criminalidade a nível nacional, onde existem células do PCC atuantes. Da mesma forma, analisa-se as dinâmicas dos mercados ilegais na região através de relatórios globais de prevalência e consumo de drogas ilícitas.

3. O PRIMEIRO COMANDO DA CAPITAL (PCC): ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E O NEGÓCIO DA PROTEÇÃO

Em 2020, duas grandes operações deflagradas no segundo semestre miram quadros de liderança específicos do PCC. Em São Paulo, no dia 14 de setembro, o GAECO do MPSP,⁹² com apoio do 1º Batalhão de Polícia Militar de Choque (Rota), deflagrou a Operação Sharks⁹³ para cumprir 12 mandados de prisão e 40 buscas no Estado de São Paulo. A operação é fruto de investigações iniciadas em 2019 e “é considerada [...] como a mais importante desde a remoção do Marcola e demais líderes para o sistema penitenciário federal”. A segunda é a “megaoperação” Caixa Forte Fase 2⁹⁴ – a maior já conduzida pela Polícia Federal (PF) – que cumpre 623 ordens judiciais, sendo 422 mandados de prisão preventiva e 201 mandados de busca e apreensão, em 19 estados e no DF, e também no Chile. Dentre os 210 integrantes alvos “do alto escalão”, 172 já estavam presos em 31 estabelecimentos prisionais em 14 estados.

Ambas as operações têm grande importância e merecem atenção de pesquisas futuras pois acontecem em um período crítico na jornada do PCC. Para as autoridades, esse momento se trata da primeira oportunidade efetiva de observar a diferença entre as dinâmicas de comportamento sob diferentes contextos de “vácuo de poder” enfrentado pelo PCC. Em suma, é uma chance de perceber como o comportamento geral da ORCRIM deve mudar entre o “vácuo de poder” enfrentando em 2016, quando isolaram as lideranças, incluindo o Marcola, em Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) após a Operação Ethos do MPSP, que desmembrou a Sintonia dos Gravatas, e o atual “vácuo de poder” estabelecido com a transferência de um grupo de lideranças para penitenciárias federais. Com exceção de alguns líderes,⁹⁵ nunca antes um grupo grande composto

⁹²Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=23343755&id_grupo=118> Acesso em: 17 set. 2020.

⁹³ “Na ocasião”, segundo o jornal, “os agentes apreenderam diversos documentos com a contabilidade do grupo criminoso, sendo que as planilhas detalhavam inclusive o envio de milhares de reais para o Paraguai e para a Bolívia” (ESTADÃO, 2020). Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/promotoria-de-sao-paulo-e-choque-da-pm-miram-cupula-do-pcc-no-brasil-e-no-exterior/>> Ver também: UOL (2020), disponível em: <<https://www.bol.uol.com.br/noticias/2020/09/14/mp-identifica-nova-cupula-do-pcc-com-21-integrantes-9-estao-foragidos.htm>> Acesso em: 17 set. 2020.

⁹⁴ De acordo com a PF, a Operação Caixa Forte - Fase 1 identificou os responsáveis pelo “setor do progresso” e revelou que “os valores obtidos no tráfico de drogas eram, em parte, canalizados para outras contas bancárias da facção, inclusive para as contas do ‘setor da ajuda’, responsável por recompensar membros da facção recolhidos em presídios”.

⁹⁵ Roberto Soriano, mais conhecido como Tiriça, segundo a denúncia da Operação Echelon (MPSP, 20128, p. 131),

por lideranças tinha sido transferido do sistema penitenciário paulista para o federal. Por outro lado, para o PCC, ainda que a descentralização iniciada a partir de meados dos anos 2000 tenha tido como objetivo se adaptar a esses riscos, a transferência é também uma novidade e um desafio. Presente na “mega denúncia” que compõe a Operação Echelon (MPSP, 2018),⁹⁶ são notáveis os relatos de integrantes do PCC que a transferência para presídios federais não seria um bom desdobramento para a ORCRIM.

Dentre os demais documentos e pesquisas analisadas também é possível constatar um fato amplamente difundido na literatura especializada: a descentralização promovida pelo PCC segue uma série de transformações ocorridas ao longo de sua existência, e tem sido fundamental, em termos de organização, para sua expansão. Ao contrário do que se pode imaginar, as interpretações da promotoria e da academia já não variam tanto. A diferença, talvez, está na atenção promovida sobre as diversas facetas que as organizações criminosas, não apenas o PCC, promovem. Nesse sentido, a promotoria sugere que enquanto o “‘estatuto’ original” do PCC “pregava a luta por ‘liberdade, justiça e paz’, conclamando os presos a se unirem ‘na luta contra as injustiças e a opressão dentro da prisão’”, as transformações ocorridas internamente deixaram a luta inicial em “segundo plano” ao ser “substituída por uma verdadeira organização criminosa voltada à prática de diversos crimes de roubo, extorsão mediante sequestro, homicídios [...], [e] principalmente do tráfico de drogas” (VARA JUDICIAL DA COMARCA DE IBITINGA, 2019, p. 9).⁹⁷ A visão científica, por sua vez, observa os aspectos mais sutis e oferece interpretações sobre a relação estabelecida entre a ORCRIM, seus membros e sociedade civil (LESSING, 2020; WILLIS, 2013), a promoção da “luta” contra “o sistema” e o apoio da massa carcerária e das “quebradas” (FELTRAN, 2018; BIONDI, 2016), e também como as atividades ilegais, principalmente o tráfico de drogas, faz emergir as características mais empreendedoras – “marcadamente econômicas” – do PCC (MANSO & DIAS, 2018).

3.1. A Jornada do PCC

A história da organização se inicia em 1993 no Centro de Reabilitação Penitenciária, anexo

cumprir pena em presídios federais desde novembro de 2012.

⁹⁶ Autos nº 0003297-31.2017.8.26.0483.

⁹⁷ Autos nº 0000580-45.2016.8.26.0236.

à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, em São Paulo, quando um grupo de oito presos, durante uma rebelião, criou a sigla PCC (MPSP, 2013, p. 46). Sua criação procedeu um cenário de crise no sistema penitenciário paulista, marcado tanto pela violência praticada entre os detentos quanto a praticada contra eles por agentes policiais e administração penitenciária. O estopim dessa dinâmica foi o evento conhecido com o “Massacre do Carandiru”, em outubro de 1992, que se tornou um grande episódio de violação de direitos humanos promovida pelas forças policiais. O resultado da tentativa de repressão a uma rebelião iniciada por uma briga entre distintos grupos de presos, foi a soma de 111 detentos mortos, segundo números oficiais, além de uma série de relatos de barbaridades cometidas pela PMSP.

O primeiro estatuto de fundação do grupo circulado em 1997, quatro anos depois de sua criação, relembra esse episódio⁹⁸ e demonstra com clareza que o discurso sindical, da “necessidade de união dos detentos contra ‘o sistema’” (MANSO & DIAS, 2017, p. 12) e da “defesa dos presos mais fracos contra a exploração das inúmeras quadrilhas” (MINGARDI, 2007, p. 59 - 60), fortaleceu o apoio da massa carcerária às lideranças. Era um modelo parecido e fortemente influenciado pela parceria estabelecida com o Comando Vermelho (CV). O artigo 16⁹⁹ do primeiro estatuto da facção enaltece essa cooperação.

Dias e Salla (2013) dividem a evolução do PCC em três estágios:¹⁰⁰ (1) conquista territorial; (2) expansão territorial e consolidação de poder; e, (3) manutenção e administração da população carcerária.

⁹⁸ O 13º artigo do estatuto original, de 1997, diz o seguinte: “*Temos que permanecer unidos e organizados para evitar que ocorra novamente um massacre, semelhante ou pior ao ocorrido na Casa de Detenção (...), massacre este que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira. Porque nós do Comando vamos sacudir o sistema e fazer essas autoridades mudar a prática carcerária desumana, cheia de injustiças, opressão, tortura e massacres nas prisões.*” (MANSO & DIAS, 2017, p. 12, grifo do autor)

⁹⁹ “*O importante é que ninguém nos deterá nessa luta porque a semente do Comando se espalhou por todos os Sistemas Penitenciários do estado e conseguimos nos estruturar também do lado de fora, com muitos sacrifícios e muitas perdas irreparáveis, mas nos consolidamos à nível estadual e à médio e longo prazo nos consolidaremos à nível nacional. Em coligação com o Comando Vermelho - CV e PCC iremos revolucionar o país dentro das prisões e o nosso braço armado será o Terror “dos Poderosos” opressores e tiranos que usam o Anexo de Taubaté e Bangu I do Rio de Janeiro como instrumento de vingança da sociedade na fabricação de monstros.*” O Estatuto é concluído com os dizeres: “*LIBERDADE! JUSTIÇA E PAZ!*”. O Quartel General do PCC, Primeiro Comando da Capital, em coligação com Comando Vermelho CV. UNIDOS VENCEREMOS”. Para visibilidade do Estatuto original do PCC, ver: WILLIS (2013, p. 279, grifo do autor).

¹⁰⁰ Ver também: COUTINHO, 2019.

1) O primeiro estágio (1993 a 2001) trata da “conquista territorial” e da percepção inicial da crescente influência dos fundadores do PCC a partir de transferências para outras unidades prisionais, em 1994, até os episódios da “megarrebelião” de 2001. Segundo os autores, o que caracteriza a expansão dessa influência é o incremento vertiginoso no número¹⁰¹ de rebeliões¹⁰² e operações de resgate de prisioneiros. A “megarrebelião” que ocorreu no dia 18 de fevereiro de 2001, nesse sentido, não foi apenas marcante pela violência gerada, mas principalmente pelo reconhecimento do “alto poder de mobilização e a demonstração de força da facção na tentativa de intimidar as autoridades constituídas” (MPSP, 2018, p. 30). O governo estadual, que por sua vez ainda negava a existência da facção no sistema penitenciário – ou os enxergava apenas como mais uma associação de presos (MINGARDI, 2007, p. 60) –, foi obrigado a reconhecê-la oficialmente. Afinal, além dos muitos símbolos da facção, como o lema “paz, justiça e liberdade”, a própria sigla PCC e o numeral 15.3.3, que emergiram e se fizeram amplamente evidentes para a cobertura da mídia, o episódio da “megarrebelião” também envolveu 25 presídios e quatro cadeias públicas que se rebelaram quase que simultaneamente no Estado. Há muitos relatos na mídia e literatura sobre o uso de celulares nos presídios e centrais de telefonia para facilitar essa coordenação.

2) O segundo estágio (2001 a 2006) é marcante tanto pela expansão territorial e a consolidação de dominação pelo PCC, quanto pelo incentivo direto de dois efeitos imediatos a partir da megarrebelião: (1) a criação do Regime Disciplinar Diferenciado (RDD) junto a construção do Centro de Readaptação Penitenciária (CRP), na cidade de Presidente Bernardes; e, (2) a conquista de prestígio e respeito pelos membros do PCC, “rapidamente reforçando e estimulando sua disseminação nas prisões de São Paulo” – inclusive com relatos de “batismos” que ocorriam

¹⁰¹ Dias e Salla (2013) afirmam que os números de rebeliões e resgates de presidiários são com base em pesquisa de material jornalístico conduzido em cooperação com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). Entre 1990 e 2000, o número de rebeliões aumentou de onze em 1990 para 73 em 2000, alcançando seu pico de eventos em 1997, com 95 casos. Entre 1996 e 1999, o número de homicídios entre prisioneiros aumentou de 42 entre aproximadamente 33 mil presos para 117 em uma população de 53 mil prisioneiros. Dentre os casos de operações de resgate, as mídias apontam que entre 1991 e 1994, apenas 2 casos foram reportados, mas entre 1995 e 2000, o número casos subiu de 11 para 25.

¹⁰² Parte dessa expansão do PCC foi favorecida, em certa medida, pelo número de transferências de presos. As rebeliões não eram só causadas pois se reivindicavam os direitos básicos de melhoria de condições, mas também como chantagem. Manso e Dias (2017) argumentam que a “era das pequenas rebeliões”, que ocorreram até por volta dos anos 1999, acabou com a mudança do então Secretário Lourival Gomes pelo Juiz Nagashi Furukawa como Secretário da Pasta de Administração Pública. A dinâmica é simples de entender, segundo os autores: quanto mais as autoridades cediam às pressões causadas pelas rebeliões de presos a fim de conseguir transferências, mais rebeliões aconteceriam. O número de rebeliões diminuiu sob a nova administração, mas como bem lembram Manso e Dias (2018, p. 90 – 91), as rebeliões que mais marcaram a evolução do PCC ocorrerem em sua segunda fase de expansão.

em grupos nos pátios dos presídios (DIAS & SALLAS, 2013, p. 401).

O ano de 2002 é importante e recebe particular atenção na literatura pois é reconhecido como o ano em que “já se iniciava uma disputa interna pelo poder” (MPSP, 2013, p.30), e que deu início a uma mudança maior na forma de organização do PCC. A história mostra que ainda em 2001,¹⁰³ dois dos oitos indivíduos que fundaram o grupo, conhecidos como Sombra e Jonas Matheus, participantes ativos da rebelião de 2001, foram mortos, em 2002, Misael Aparecido da Silva, idealizador do estatuto da facção, também foi morto. O “racha” que dividiu a facção extrapolou os presídios e também atingiu familiares de presos. Um episódio marcante dessa tensão foi o assassinato da ex-esposa de Marcola, a advogada Ana Olivatto, também em 2002. O mando do crime, pelo que se relata na literatura, partiu de outro finado fundador da facção, o Cesinha, através de sua esposa. No final do mesmo ano, Geleião¹⁰⁴ e Cesinha foram expulsos da facção e abriram espaço para a ascensão de Marcola. Antes de ser morto na penitenciária de Avaré, em 2006, Cesinha, junto a Geleião, fundou o Terceiro Comando da Capital (TCC), rival do PCC, que não chegou a ter muita expressão na cena criminal.

Embora Marcola afirmasse não fazer parte do PCC, inclusive pedindo transferência, durante testemunho sobre o caso da Operação Ethos,¹⁰⁵ para prisão dominada por facção inimiga, sua ascensão é fortemente reconhecida pela promoção da descentralização de poder e a criação de processos de decisões coletivas no PCC. Diferente da gestão anterior, os “líderes”, sob esse novo contexto, começaram a ser reconhecidos apenas como pessoas que têm “maiores

¹⁰³ No RJ também houve importantes rebeliões em um curto espaço de tempo. Uma “em Bangu 3, em novembro de 2001, e de estabelecimentos penitenciários, em setembro de 2002. Nesta, aliás, parte da cidade foi paralisada com a intimidação do Comando Vermelho.” Em 2003 houve atentados a prédios públicos. (ADORNO & SALLA, 2007, p. 11).

¹⁰⁴ Geleião virou testemunha e contou às autoridades, em depoimento ao Ministério Público, como o PCC funcionava, como se financiava e quais eram as principais lideranças (MANSO & DIAS, 2018, p. 96). Desde sua expulsão, está jurado de morte pelo PCC. Trechos de denúncia sobre a Operação Echelon (MPSP, 2018, p. 77) mostram documentos apreendidos em que lideranças do PCC conversam sobre “contratar” um outro preso, conhecido pelo vulgo de “Lúcifer”, integrante da organização criminosa Cerol Fininho, para matar desafetos do PCC, considerado “troféus”, na Penitenciária Federal de Campo Grande, MS. Dentre os nomes mencionados na carta apreendida estão os do José Márcio Felício (Geleião), e do José Roberto Fernandes Barbosa (Zé Roberto da Compensa), até então um dos principais líderes da organização criminosa FDN. Apurou-se que esse manuscrito partiu dos punhos subscritores de um dos integrantes da Sintonia dos Estados e Outros Países e que também exercia funções parciais de Sintonia Final.

¹⁰⁵ Parte do testemunho está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1_Kf-AFBrGE>. Acesso em: 02 nov. 2020. Marcola também conta como era sua relação com os líderes do PCC durante os primeiros anos do ano 2000.

responsabilidades” (DIAS & SALLA, 2013, p. 405). Por mais instigante que seja pensar nesse sistema de deliberações, os “debates” (ou “tribunais do crime”) são fontes de divisão na literatura. Enquanto por um lado, há a sugestão de que esse sistema influenciou a queda dos homicídios no estado de São Paulo, por outro, há a sugestão para que mais pesquisas sejam feitas pois ao passo que o PCC evoluiu nas prisões, houve também o aumento da capacidade operacional do Sistema de Justiça Criminal e outros índices criminais também diminuíram. As forças policiais, por exemplo, receberam mais investimentos, treinamentos, melhores equipamentos e se profissionalizaram (LESSING & WILLIS, 2019; JUSTUS et al., 2018; BIDERMAN et al., 2018; FELTRAN, 2018; BIONDI, 2016; CARNEIRO, 2012).

Apesar dos episódios de violência e rebeliões terem diminuído, a violência contra o Estado não deixou de acontecer. Em março de 2003, o juiz corregedor de Presidente Prudente, Antonio José Machado Dias, foi morto a tiros dentro de seu carro. Em seguida, a principal versão sobre a crise na segurança pública em 2006, admitida também pelo Ministério Público (2018, p. 31), sugere que seu início foi em retaliação à transferência de mais de 700 presos, dentre eles os principais líderes da facção, para o presídio de segurança máxima de Presidente Venceslau e Presidente Bernardes. Era uma operação inédita e veio como resposta do governo do estado como medida a fim de neutralizar uma até então suposta megarrebelião que estava sendo planejada e que foi captada pela administração penitenciária.

Enquanto em 2001 o PCC fazia sua primeira grande aparição pública, o ano de 2006 é considerado um grande divisor de águas na história da segurança pública do estado de São Paulo. No dia 12 de maio de 2006, dezenas de ataques simultâneos contra as forças de segurança do estado foram praticados por criminosos a mando do PCC. Aproximadamente uma centena de unidades de presídios e de internação adolescentes foram tomadas por rebeliões e uma série de ataques contra policiais, em serviço e à paisana, foram feitos. A polícia, evidentemente, revidou. Posteriormente, como contam Adorno e Salla (2007) e Feltran (2018), uma lista oficial com o número de mortos indicou 168 homicídios totais (128 suspeitos mortos pela polícia e 40 agentes de segurança pública) e 28 prisões efetuadas. Entretanto, como bem lembram os autores, o jornal O Estado de S. Paulo¹⁰⁶

¹⁰⁶ Domínios do Crime. 10 Anos dos Ataques do PCC. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <<https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/>>. Acesso em: 04 nov. 2020.

divulgou uma investigação conforme laudos necroscópicos elaborados por 23 Institutos Médico-legais (IML) examinados pelo Conselho Regional de Medicina, que indicaram ao menos 493 homicídios em São Paulo entre os dias 12 e 20 de maio de 2006.¹⁰⁷

3) O Terceiro estágio (final de 2006 a 2011),¹⁰⁸ é reconhecido como uma fase de manutenção e administração da população carcerária (DIAS & SALLA, 2013). Após a transferência de diversos criminosos considerados integrantes do PCC para Presidente Venceslau e os ataques coordenados de 2006, reconheceu-se na literatura que esse foi o ano quando “a facção se estruturou como uma verdadeira organização”, estabelecendo “escalões de hierarquia e funções bem definidas, disciplina rígida, criação de um setor jurídico, corrupção de autoridades, tentativa de se infiltrar no meio político, compartimentação de funções e informações, utilização de empresas de fachada, etc.” (MPSP, 2013, p.31). Para além disso, Dias e Salla (2013) argumentam que a expressão simbólica¹⁰⁹ de poder do PCC perdeu muito de sua característica nessa fase e os homicídios praticados foram substituídos por um “aspecto mais objetivo”, como a instauração de graus de punições.¹¹⁰ Outras ações relevantes são exemplos dessa mudança.¹¹¹

Uma outra característica que acompanha a evolução do PCC em todas as suas fases é o fato

¹⁰⁷ Em agosto de 2006, houve o sequestro de Guilherme Portanova e Alexandre Calado, a época funcionários da Rede Globo. Esse episódio marca a história de ascensão do PCC não somente por ter ocorrido no mesmo ano dos ataques de maio, mas pelas reivindicações de direitos da cidadania e melhorias no sistema penitenciário, inclusive pedindo o fim do RDD, exibidas durante um plantão da Globo, durante a madrugada do dia 13 de agosto. A descrição do vídeo está disponível em: FELTRAN (2018, p. 266 - 267). O vídeo está disponível em: <<https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/reporter-guilherme-portanova-da-globo-e-libertado-a5ug800x0quxfgmilb5xdg95a/>>. Acesso em: 09 out. 2020.

¹⁰⁸ Nesse período também houve as marcantes mortes de “Wellington Rodrigo Segura, diretor do CDP (Centro de Detenção Provisória) de Mauá, em 27 de janeiro de 2007 e a morte de Denilson Dantas Gerônimo, agente penitenciário do CRP de Presidente Bernardes, em maio de 2009, na cidade de Álvares Machado/SP” (MPSP, 2018, p. 32).

¹⁰⁹ Para Dias e Salla (2007), a forma como uma pessoa morria, ou era torturada antes de morrer, dentro dos presídios, ilustravam o “crime” que a pessoa havia cometido no contexto da organização. As formas de violência tornaram-se símbolos. Segundo os autores, cabeças decepadas, por exemplo, viraram a marca do PCC naquele momento. Não é dizer, no entanto, que formas brutais de assassinatos deixaram de existir. Na última onda de rebeliões por território nos estados do Norte e Nordeste brasileiro, parecia haver competição de qual facção matava de forma mais violenta possível. Para conhecer a simbologia como forma de comunicação, Diego Gambetta (2009) se destaca na literatura econômica do crime organizado.

¹¹⁰ Ver: LESSING & WILLIS, 2019.

¹¹¹ Objetos cortantes foram proibidos de serem carregados nas prisões, além do uso de crack, que foi banido sob a justificativa de que o usuário prejudicava a ordem imposta pelo PCC e as relações comerciais. O “processo de diferenciação funcional”, segundo os autores, que transformou o PCC em uma verdadeira “organização”, é diretamente ligada ao seu crescimento dentro e fora das unidades prisionais, e devido à diversificação em suas áreas de operação (DIAS & SALLA, 2013).

de que houve no Brasil uma grande expansão no número de pessoas encarceradas. São Paulo, a título de exemplo, é o estado com maior número de pessoas presas. São 230.065 acomodadas em 176 unidades prisionais, segundo dados do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN)¹¹² e da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP),¹¹³ disponibilizados em 2020. Na época em que o MPSP (2013) publicou os resultados da operação que denunciou 175 indivíduos, e estimou que o PCC controla 90% dos do sistema penitenciário paulista, o Estado de São Paulo contava com 152 unidades prisionais. Dentre essas, 137 possuíam perfil de “convívio normal” e abrigavam presos integrantes do PCC, além de “companheiros” e “simpatizantes”, somando um total de 201.669 presos. Apenas 15 unidades prisionais possuíam o perfil de “seguro” e abrigavam cerca de 20.994 presos que não mantinham associação com o PCC. Em sua maioria, eram compostas por membros de facções inimigas, como o Terceiro Comando da Capital (TCC), Seita Satânica (SS), Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), Comissão Democrática da Liberdade (CDL), para citar alguns exemplos, entre outros de menor expressão em São Paulo.

O Monitor da Violência¹¹⁴ mostra outro dado que ilustra mais um incentivo à expansão do negócio da proteção nos presídios. A falta de mão-de-obra, diga-se: de agentes de segurança penitenciária (ASP), que supostamente deveriam servir para garantir a segurança do preso, e funcionar como representantes de instituições do Estado, são os primeiros a testemunharem, junto aos presos, a incompletude estatal no sistema penitenciário. Tomando o Estado de São Paulo que tem um dos sistemas penitenciários mais preparados em comparação a outras Unidades Federativas (UF), logo se percebe a relação de desvantagem do funcionalismo público. Em 1994, a proporção de funcionários para o número total de presos era de um para 2,17, equivalente a 14.702 funcionários públicos para 31.842 presos. Dois anos depois, em 2006, a relação era de um funcionário para 4,99 presos, uma média de 25.172 funcionários para 125.523 presos no sistema penitenciário paulista. Como mostra o relatório, apesar da resolução de 2009 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária indicar que a proporção mínima desejável é de um agente para cinco presos, dados de 2018 demonstraram que as prisões brasileiras, ao todo, tiveram uma média

¹¹² Período de julho a dezembro de 2019. Disponível em: <<http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias>>

¹¹³ Disponível em: <<http://www.sap.sp.gov.br/>>

¹¹⁴ O Monitor da Violência é um projeto em parceria entre o jornal G1, o NEV-USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Os dados estão disponíveis em: <http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/raio-x-do-sistema-prisional/?_ga=2.116513094.1999918012.1600816402-1813227683.1597710345>. Acesso em: 10 out. 2020.

de sete presos por agente penitenciário (com base nos dados dos 26 estados e do Distrito Federal).

Portanto, a soma das conhecidas condições deterioradas dos presídios, o crescimento carcerário populacional desenfreado (política de “encarceramento em massa”, como grande parte da literatura se refere), a falta de mão-de-obra pública, o controle do crime organizado, e o trabalho policial, é um forte incentivo à contratação de um “seguro-prisão” (MANSO & DIAS, 2017, p. 19; LESSING, 2020) ao criminoso profissional que entende que a prática constante de suas atividades ilegais aumentam seus riscos de ser preso. A relação simbiótica, como sugere Lessing (2020), entre a organização criminosa e o Estado, parece acontecer sob esse contexto também.

3.1.1. Transnacionalização

Avançando na divisão dos ciclos de evolução do PCC, é possível sugerir que pelo menos a partir de 2011 se inicia um estágio caracterizado pelo seu processo de internacionalização, com estopim no episódio de morte de Jorge Rafaat,¹¹⁵ o “rei da fronteira”, em Pedro Juan Caballero, em junho de 2016.

O importante nesta seção é contextualizar a mudança estrutural da organização a fim de introduzir os aspectos mais marcantes da produção de proteção a serem discutidos na seção seguinte. Dentre esses principais aspectos, os seguintes se destacam: (1) há a transferência de autoridade e descentralização de parte do poder de decisão para a “rua” (fora do sistema penitenciário); (2) há a expansão em duas frentes de atuação, uma de expansão nacional, como ficou evidente com as rebeliões entre 2017 e 2018, e outra de expansão transnacional, como demonstram as evidências das investigações do MPSP (2013 e 2018); (3) há a definição da presença do PCC sobre o mercado de drogas ilícitas no Brasil, especialmente a rota a partir de Bolívia e Paraguai, Mato Grosso do Sul e São Paulo, e do litoral paulista rumo à outros continentes; (4) há o estabelecimento do PCC como uma firma reguladora das relações comerciais entre suas firmas e seu papel como facilitador de mercado; e, (5) é um estágio marcado por grandes investigações em

¹¹⁵ BENITES, Afonso. Assassinato do “rei do tráfico” deixa autoridades brasileiras em alerta. **EL PAÍS**. Brasília, 22 de junho de 2016. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/17/politica/1466198112_870703.html> Acesso em: 01 nov. 2020.

desfavor das lideranças e seus contatos imediatos por órgãos públicos de persecução penal do país.

Segundo o MPSP (2013, p. 382), logo após a reedição e difusão do “novo estatuto”,¹¹⁶ em julho de 2011, em substituição do original, de 1997, o “Novo Projeto Disciplinar” também foi circulado. Especificamente para São Paulo, o objetivo era reestruturar e substituir a estrutura organizacional até então existente por uma “maior divisão do conhecimento e poder destinado aos sintonias Finais de Rua”, aumentando o número de pessoas do conhecido “Quadro dos Quatorze”, pois contava com 14 integrantes, para 36 integrantes que formariam o “Quadro dos 36”.¹¹⁷

Essa transição da centralização do poder de decisão sobre questões rotineiras do PCC foi feita para o quadro que funcionaria como uma espécie de “Instância Superior” aos demais níveis hierárquicos existentes (Sintonia Final, Geral e Disciplina), seria povoado por criminosos selecionados em liberdade, e diretamente ligados à Cúpula da ORCRIM. Pragmaticamente implementado, a iniciativa partiu da liderança encarcerada “em decorrência de ações policiais repressivas incessantes sobre as principais lideranças na rua” que neutralizavam o “poder de reação dos demais membros, com prisões e apreensões de armas.” Segundo a denúncia (2013, p. 381), a Cúpula tinha o “intuito de ‘retomar’ o controle dos ‘irmãos’ na rua, pois muitas ordens e determinações para ‘missões’ (diversos tipos de ações) estavam sendo transmitidas aos integrantes em liberdade, mas não estavam sendo cumpridas.”

Junto a esse novo projeto e à implementação do novo estatuto, duas outras mudanças se seguiram na tentativa de mitigar os efeitos da ação policial. A estratégia era simples: utilizar-se das debilidades de integrantes (vide débitos da consignação de drogas) para cobrá-los e conscientizá-los sobre os potenciais cenários das ações desviantes (MANSO & DIAS, 2018). Em 2012, um trecho de importante salve do PCC mostra a cobrança do artigo 18 do atual estatuto nas ruas:

Para todos os ‘i’[irmão] da rua, em cima das execuções covardes realizadas pela polícia

¹¹⁶ Esse novo estatuto adicionava dois novos princípios ao lema de “paz, justiça e liberdade”, os itens “igualdade e união”, e segundo a literatura, fortaleceram “a ideia de horizontalidade e coletividade” (MANSO & DIAS, 2018, p. 73).

¹¹⁷ A composição deste “quadro”, segundo o MPSP (2013, p. 382), contava com cinco membros do PCC escolhidos em cada divisão territorial (são sete regiões na cidade de São Paulo) e um membro hierarquicamente acima, “responsável pelo controle e coordenação de todos”, somando os 36 membros, “que seriam “selecionados sob critérios criminológicos e com perfis de liderança.”

militar, partindo diretamente da Rota de uma forma covarde forão executados os nossos 'is': Tigrão, Bexiga, Teia e muitos outros. Deixamos todos os 'is' de todas as regiões cientes de que não iremos admitir mais deste tipo de covardia, essas ações covardes deve ser dado um basta, sendo assim a partir desta data 08.08.2012, fica determinado como missão que a quebrada que ocorrer a morte de um 'i' de uma forma covarde, sendo o mesmo executado, caberá a Sintonia Geral juntamente com os demais 'is' daquela região cobrar a morte do irmão à altura executando 2 policial. (MANSO & DIAS, 2018, p. 78, grifo do autor)

Como demonstram as investigações, a partir desse “salve” o PCC escalou integrantes que estavam em liberdade, “e alguns com dívidas com a ‘família’”, para a missão de assassinato de policiais militares – entre agosto e dezembro de 2012, foram mais de 100 policiais militares assassinados no Estado de São Paulo (MPSP, 2013, p. 401).

A segunda característica é a reformulação do tráfico de drogas, não só em São Paulo, mas também nas fronteiras e nos outros países. A presença de alguns membros do PCC nas fronteiras e contatos diretos com indivíduos específicos, que se tornaram peças-chave na sua transnacionalidade, ajudaram a dar relevo ao “Projeto Paraguai” (MANSO & DIAS, 2018) e a consolidar sua posição na região em junho de 2016 com a morte de Jorge Rafaat.

Por exemplo, um interessante conjunto de evidências (Tabela 3.1), descoberto após apreensão de documentos pertencentes a integrantes da “Sintonia dos Outros Estados” na Penitenciária de Guarulhos II, indica “com precisão” que pelo menos desde 2012 existe “a presença de integrantes do PCC no Paraguai e Bolívia” (MPSP, 2013, p. 68).

Tabela 3.1 - Presença Internacional de Integrantes do PCC (2013)

Quadros	Paraguai*		Bolívia**	
	Presos	Rua	Presos	Rua
Membros Sintonia	11	19	0	13
Fora de Sintonia	0	3	0	1
Membros Punidos	0	0	0	0
Membros sem responsabilidade	0	6	0	4
Batismo no Estado	4	0	0	0
Excluídos	2	3	0	2
Membros de SP no Estado	2	3	0	6

* Dados disponíveis até 07/11/2012

** Dados disponíveis até 05/11/2012

Fonte: Elaboração própria, com dados do Ministério Público do Estado de São Paulo (2013).

Os resultados da investigação de 2013 mostram com clareza a face empreendedora do PCC e como os lucros obtidos pelas atividades ilícitas já eram transmitidos para quadros destinados à ajuda de membros em necessidade, aspecto importante para a manutenção da hegemonia e referência da ORCRIM frente à massa carcerária. Adicionalmente, um outro “salve” circulado em outubro de 2011 parece ter sido o início do estabelecimento do PCC como regulador do mercado ilícito de drogas interestadual, pelo menos no trecho entre Bolívia, Paraguai, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Manso e Dias (2018, p. 200) sugerem que essa característica garante ao PCC o status de protagonista no atacado e no varejo da mercadoria, “tanto como ‘pessoa jurídica’, negociado em nome do partido, como pela ação dos diversos filiados, que empreenderiam como ‘pessoas físicas’”:

O progresso sofrerá uma mudança enorme, hoje nada mais somos do que fornecedores dos irmãos que em grande parte só participa por obrigação, mas se queremos crescer, não podemos nos limitar a isto, teremos que mudar algumas coisas, as quais vou expor agora e por partes;

FM's [refere-se às bocas de fumo, onde são vendidas as drogas no varejo]: estamos carecas de saber que é um dos melhores investimentos, é um lucro enorme e duradouro, queremos na medida do possível comprar mais lojas de porte médio e grande e só [em] favelas, mas se hoje estamos em todo o território nacional, devemos expandir nossas lojas a estas regiões também, como uma teia de aranha iremos crescendo com o início óbvio onde já estamos firmes, mas iremos começar com o interior paulista, pelas grandes cidades como Campinas, Ribeirão, São José dos Campos, Bauru, Marília, etc... e depois vamos aos estados vizinhos Paraná, Minas, etc... e paulatinamente vamos seguindo em frente e dominando as lojas que forem interessantes. Nem preciso falar que isto será feito em muito tempo e tudo dentro da nossa ética, em vários estados tem favelas que são cidades, e as que não comprarmos podemos fornecer mercadoria. [...]

Progresso [refere-se à atividade de tráfico de drogas] variável:

A - Temos vários irmãos e companheiros em sampa que todos nós conhecemos, pegando óleo [pasta-base de cocaína] a faixa de 7 mil á 7.500, sabemos que são pessoas que pagam corretamente, e teremos condições de negociar com eles, por exemplo, o irmão que costuma comprar 100 peças e tá pagando 7 mil, podemos negociar com ele a 6.800, já o companheiro ciclano, ele compra 10 peças a 7.800, podemos negociar com ele a 7.500 e assim por diante, o preço vai variar de acordo com a quantidade, prazo, etc... Só que ai sim, teremos pessoas procurando a família para comprar, temos alguns irmãos na rua pagando 7 mil e revendendo a 7.500, mas em muita quantidade, será que ele não pegaria em quantidade maior da família a 6.800? Com isso vamos comprar em quantidade maior e obviamente vamos brigar no preço, isto só será feito de 10 kilos pra cima e o mesmo poderá ser feito com o ML [crack] e com o bob [maconha].

*B - Iremos usar o mesmo princípio de preço variável, na busca de outros clientes, em outros estados, vamos ter que providenciar pessoas articuladas que em alguns casos poderemos utilizar a sintonia dos outros estados [setor do PCC que faz a gestão da atuação da organização fora de São Paulo], mas o mesmo pode meter a cara como o finado *** fez no Rio e ir em vários estados, tem mil formas de se chegar até uma boca [...] Infelizmente a Sintonia dos Estados só abre espaço pessoal, é absurdo mas é fato que*

já aconteceu muito, no Nordeste um PT chega a 17 mil, e podemos vender a 14 mil, será que vamos vender algo?! O ML chega a 13 mil e bem pior que o nosso... é só termos dedicação que vamos progredir e fincar raízes definitivas. É do conhecimento de todos que o dinheiro manda, ajudamos todos os estados, somos únicos no território nacional, porque não evoluímos neste sentido também!?

C - Neste caso dos outros estados, poderemos ser roubados, a pessoa que tiver puxando o bonde pode vender a 15 e falar que vendeu a 13 mil, é um risco e se pegarmos é xeque [morte], e penso que uma forma de evitar isto é dando um bom ganho a pessoa, pensei em 15% do lucro de tudo que ela gerar para a família, mas as despesas pessoais é por conta dela mesmo, obviamente os negócios vão começar com pouca coisa e vai crescendo na medida que a confiança vai ficando mais firme [...]

Basicamente o projeto é este, com algumas adaptações que serão feitas de acordo com as necessidades e também com as sugestões de vocês (MANSO & DIAS, 2018, p. 200, grifo do autor).¹¹⁸

Para Manso e Dias (2018, p. 200), a mensagem demonstra alguns aspectos importantes desse novo estágio: (1) a ambição do PCC em expandir sua participação no comércio varejista brasileiro é perceptível na proposta de reduzir o preço das drogas ilícitas em função da escala e dos prazos para pagamento. O “Progresso Variável”, segundo os autores, é o que permite condições “competitivas no mercado da droga nacional”; (2) sugere um projeto de tendências monopolistas pois como agência reguladora o PCC se “tornaria ainda o avalista dos contratos”, que somado ao aumento da venda e da oferta de mercadorias a preços baixos no varejo, e em consequência da maior demanda, maior seria seu poder de barganha com os produtores nos países vizinhos; (3) é um trecho que tanto sugere as tensões entre o papel¹¹⁹ individual e coletivo do PCC, ilustrado pela citação da Sintonia dos Outros Estados e Países, quanto a percepção dos problemas de agência.

Nesse sentido, o PCC parece funcionar como um *marketplace*, um ecossistema, em que permite, como sugere o grau de autonomia individual, firmas distintas se dedicarem a qualquer fase do tráfico de drogas ilícitas. O papel de regulador do PCC significa que a firma individual (seja formada por apenas membros do PCC, membros e não membros, e não membros batizados), para participar dessas negociações, deve aceitar os “termos do contrato” da firma reguladora.

¹¹⁸ O trecho é apresentado de acordo com sua fonte original, mantendo os possíveis erros de grafia, gírias e expressões utilizadas pelos membros da organização criminosa.

¹¹⁹ A relação entre “pessoa física” e “pessoa jurídica” significa que a autonomia permitida aos integrantes “batizados” e “companheiros” é também um instrumento utilizado para reforçar a coletividade em questões intramuros, de “luta” no sistema prisional, assim como questões simbólicas, como a “moral do crime”, os debates que definem o que é o certo e errado, e por vezes o modo de viver das comunidades onde membros, e por vezes não membros (FELTRAN, 2018), estão inseridos. Quer dizer, ao mesmo tempo que a coletividade é cobrada, a atividade ilícita não deve ser “atrasada”. O que sugere e reforça uma das propostas deste trabalho.

Por fim, desde o início da década de 2010, as megaoperações contra o PCC intensificaram o papel das promotorias no combate às organizações criminosas. Não à toa o MPSP ganhou importante relevância no debate sobre a expansão interestadual e internacional do PCC. Apenas no último quadriênio, entre 2016 e 2019, segundo relatório da instituição, o GAECO¹²⁰ do MPSP realizou 497 operações e 692 denúncias no total. Dentre as denúncias oferecidas, 317 (45,8%) foram relacionadas às atividades do PCC, representando um universo de 1.802 pessoas denunciadas por ligação com a organização, e 2.890 prisões em desfavor de integrantes do PCC. Praticamente toda a principal liderança da ORCRIM está presa, seja em São Paulo, como permaneceu até a recém transferência para presídios federais, seja em outros estados. Ver o Capítulo 2.

Atualmente, sabe-se que, em maior ou menor grau, o PCC conta com células presentes em todos os estados da Federação, e em diversos outros países da América do Sul, onde seus integrantes se encarregam de negociar carregamentos de narcóticos, como a cocaína e maconha, além de outros ilícitos, para serem distribuídos nacionalmente e internacionalmente para países da Europa, África, e em menor medida, Ásia e Oceania, que em grande parcela são transportados a partir do Porto de Santos, o maior do Brasil (UNODC, 2018; EUROPOL, 2019; MPF, 2016).¹²¹ Ademais, não é raro encontrar tentativas de estimação do nível de penetração do PCC no território brasileiro. Por vezes, pesquisadores, autoridades públicas e jornalistas, fazem suas considerações. Para Lessing e Willis (2019), que reproduzem um mapa com base nos dados do Ministério Público Estadual (2017), a geografia de expansão do PCC na América do Sul pela presença de batizados

¹²⁰GAECO, MPSP. Disponível em: <http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/publicacao_noticias/2020_Noticias/2020_Fevereiro/Bra%C3%A7o%20do%20MPSP%20de%20combate%20ao%20crime%20organizado%20divulgou%20resultados%20de%202016%20a%202019>. Acesso em: 21 jun. 2020.

¹²¹ O relatório da EUROPOL (2019, p. 141) aponta que organizações criminosas originárias de países que compunham a antiga Iugoslávia, “por vezes denominadas de “Cartel dos Balcãs”, continuam a aumentar sua presença no tráfico internacional de cocaína. São grupos formados, principalmente, por sérvios, montenegrinos e croatas que cooperam entre si e com organizações criminosas de outras nacionalidades como italianas, marroquinas e também da Albânia. Cooperam independente da nacionalidade. Para além disso, países como a Espanha, a Holanda, Alemanha, Áustria e Croácia têm emergido como países-chave para as atividades ilegais das organizações mencionadas. “Eles também aumentaram sua presença em locais onde podem ter acesso à cocaína a preços mais baratos, como Colômbia, República Dominicana e Equador. No entanto, eles parecem estar presentes principalmente no Peru e ainda mais no Brasil, onde ORCRIM sérvios são particularmente proeminentes no porto de Santos.” Para lograr atravessar as fronteiras e o Atlântico, o relatório argumenta que as organizações criminosas se envolvem frequentemente em casos de corrupção em portos europeus internacionais, e usam principalmente contêineres e navios de recreio para traficar a cocaína para a UE. “Eles aplicam cada vez mais um modelo de negócios de *crowdsourcing* para a aquisição de cocaína no atacado. Várias redes de distribuição investem coletivamente em carregamentos muito grandes de cocaína de várias fontes de abastecimento na América do Sul.”

do PCC pode ser feita em cinco níveis, sendo do mais baixo os estados que têm menor presença de membros do PCC, em que o número de batizados varia entre 103 e 279 indivíduos, enquanto os que têm maior presença de batizados podem ultrapassar os 7 mil membros (Tabela 3.2).

Quanto à membros do PCC em outros países, o mapa citado por Lessing e Willis (2019) mostra apenas o período em que investigações detectaram operação de membros batizados do PCC: Paraguai e Bolívia, membros batizados detectados em 2013; Argentina, Colômbia, Peru, Venezuela e Uruguai: membros batizados detectados entre 2014 e 2017.

É importante deixar claro, no entanto, que esses números são estimativas e variam entre os autores.¹²² Devido à natureza intrínseca do crime organizado, exigir número exatos sobre a quantidade de membros batizados e ocupando posições em quadros seria utópico. E ainda que a própria organização criminosa promova um minucioso trabalho de coleta e guarda de informação sobre seus membros – “*criminal criminal records*” (LESSING & WILLIS, 2019) –, são informações que, assim como suas finanças e arsenal, são descentralizados e podem variar amplamente.

Tabela 3.2 – Estimativa: Quantidade de Integrantes do PCC Ativos por UF

Quantidade de integrantes	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Sul
103 - 279	PA (240)	BA (216)	GO (279)	RJ (114)	SC (183)
	AM (116)	PB (174)	TO (212)	ES (177)	-
	AP (167)	SE (198)	MT (172)	-	-
	-	MA (161)	-	-	-
	-	PE (154)	-	-	-
	-	PI (103)	-	-	-
411 - 578	AC (578)	RN (446)	RO (411)	-	-
686 - 970	RR (782)	AL (970)	MS (780)	MG (855)	RS (780)
1.396 - 2.100	-	CE (1.396)	-	-	PR (2.100)
7.000¹²³	-	-	-	SP (7.000)	-

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados de Lessing & Willis (2019).

Por essas razões, é amplamente difundido que o principal negócio do PCC é o tráfico de

¹²² Muito alto: São Paulo, Paraná e Mato Grosso do Sul; Alto: Acre, Roraima, Piauí, Sergipe e Alagoas; Médio: Amapá, Roraima, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; Baixo: Amazonas, Pará, Mato Grosso, Tocantins, Rio de Janeiro. Mapa disponível em: < <https://www.uol/noticias/especiais/25-anos-de-pcc.htm#imagem-1> >. Acesso em: 28 out. 2020.

¹²³ Estimativa mais recente.

drogas ilícitas. As estimativas são abundantes e tentam ilustrar o tamanho do mercado ilícito e os possíveis lucros das organizações criminosas. Abreu (2018, p. 21), por sua vez, apresenta estimativas encontradas meio à documentos oficiais da Polícia Federal que apontam que 1kg de cocaína (cloridrato) pode ser adquirido na região de Santa Cruz de la Sierra, Bolívia, por US\$ 1 mil. Em São Paulo, estima-se que esse 1kg seja negociado a US\$ 8 mil. E depois, quando chega à Europa, pode valer pelo menos US\$ 500 mil. Trata-se de “uma diferença que pode ser explicada não pelo produto, mas pelos riscos que dezenas de homens correram para fazer o narcótico chegar ao seu destino final”.

É claro que os lucros financeiros do tráfico de drogas ilícitas e outras atividades ilegais são importantes, afinal são também amplamente reinvestidos em diversas outras práticas criminosas, como a compra de armamento e corrupção de autoridades públicas. No entanto, a mesma dinâmica que permite as diversas firmas ilícitas que compõem o PCC, e que tem autonomia para se dedicarem às atividades que desejarem, aumenta também os riscos de externalidades negativas à própria organização se não “controlada” de alguma forma. O lucro é incentivo, mas as chances de se obter um lucro maior só podem acontecer quando se existe confiança mútua entre os agentes, ao contrário, confrontos podem surgir. Na qualidade de indivíduos e firmas que operam na ilegalidade, que não podem contar com instituições do Estado para assegurar a proteção de seus direitos mais básicos, como a propriedade privada e a falta de confiança nas transações comerciais, e que tampouco têm a habilidade de protegerem a si mesmos, é quando a emergência do PCC como provedor de proteção torna-se uma alternativa, assim como proposto por Schelling (1971).

O que não fica muito claro, no entanto, pelo menos com relação aos dados coletados, é se cenário da proteção fica mais ou menos propício à organização quando envolve a competição direta contra organizações criminosas que também são promotoras de proteção. Como sugeriu Schelling (1971, p. 645), supostamente por não existir, na sociedade, a capacidade de se sustentar diversos governos, deve-se esperar que o crime organizado buscará atingir o status de autoridade exclusiva ou ao menos a “estabilidade jurisdicional compartilhada” a fim de alcançar hierarquia sem os riscos da competição. O processo que envolveu a cooperação entre PCC e CV parece ser um exemplo disso. Apesar da necessidade de mais investigações, não se pode negar que o período de cooperação entre as duas organizações criminosas foi de relativa “paz”. Porém, quando essa relação amistosa acabou, a competição foi percebida em termos de violência generalizada, principalmente dentro

dos presídios onde o monopólio tenta ser conquistado.

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2020)¹²⁴ aponta, com base nos dados disponibilizados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (MIS, MS), que o Brasil obteve 62.517 homicídios em 2016 e 65.602 em 2017 (taxas de 30,3 e 31,6 por 100 mil habitantes, respectivamente). Grande parte desse aumento é devido ao confronto que estourou no país a partir da mudança do cenário do crime organizado no Brasil em meados de 2016, quando as duas maiores organizações criminosas, o PCC e o CV, encerraram uma já desgastada relação de cooperação. Os estados¹²⁵ mais afetados foram justamente os que servem como rota ou “trampolim” (RODRIGUES, 2020) para o escoamento de drogas ilícitas (cocaína majoritariamente) para Europa e África. Nessas regiões, organizações criminosas locais que se aliaram às duas maiores, seja para se expandir ou se proteger, promoveram confrontos nas ruas e massacres nos presídios.

3.2. Estrutura Criminosa: Sistema Penitenciário, Rua e Competição

Com relação a estrutura organizacional do PCC, sabe-se que atualmente, como rememorado nos parágrafos sobre sua jornada, pode ser pensada de duas formas, tanto como uma estrutura hierarquizada e unificada que funciona dentro e fora do estado de São Paulo, quanto uma estrutura mais genérica, descentralizada e fluída, conectada à estrutura unificada e hierarquizada, mas que aborda um ecossistema maior que inclui as diversas firmas ilícitas associadas à organização.

Com base nos dados coletados, esta seção, além de apresentar os principais quadros que formam a estrutura unificada e hierárquica mais conhecida publicamente do PCC, promove uma provocação de pensa-la como uma espécie de “plataforma de negócios” de sistema aberto que estabelece relações comerciais às firmas ilícitas, grandes ou pequenas, que estão tanto dispostas a seguir a “disciplina” da organização em troca da proteção privada como garantia maior de

¹²⁴ IPEA, Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020> > Acesso em: 15 out. 2020.

¹²⁵ Principalmente Acre, Amazonas, Pará, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte, que bateram recordes no número de homicídios.

confiança nas relações comerciais como também amplifica-la a fim de promover as práticas gerais de coordenação dos mercados. Com base na revisão da literatura, duas ilustrações das diferenças entre as formas de se pensar a organização do PCC são apresentadas nos apêndices.

3.2.1. *Estrutura Unificada e Hierárquica*¹²⁶

Pelo menos até a transferência de lideranças para presídios federais em 2019, e os desdobramentos recentes da Operação Sharks do MPSP em 2020, que tentam desmembrar a célula final de comando nas ruas, a estrutura do PCC permaneceu praticamente a mesma desde o início dos anos 2000. Ainda que algumas mudanças tenham sido necessárias, as bases gerais da estrutura organizacional se mantiveram.

Como afirmam Manso e Dias (2018, p. 334 - 337), a estrutura do PCC em São Paulo pode ser dividida entre a que funciona dentro das unidades prisionais e a que funciona nas ruas. Trata-se de uma ampla formação de rede de indivíduos que se conectam e exercem a disciplina da organização. De forma simplificada, para “cada unidade prisional e cada bairro controlado pelo PCC” existe um “‘representante’ da facção para conduzir os negócios e ser o ponto de referência para a resolução de conflitos.” Esses representantes são mais conhecidos como “sintonias” – da mesma forma como denominam-se as células do PCC –, que podem ocupar cargos distintos da organização, as quais são geralmente “compostas por indivíduos que podem atuar em mais de uma ao mesmo tempo e que são substituídos com regularidade”.

No estado de São Paulo especificamente, o PCC apresenta uma estrutura organizacional própria que conta com suas duas instâncias principais dentro do sistema penitenciário: a Sintonia Final Geral (SFG) – ou Sintonia Geral Final – e o Resumo Disciplinar (MANSO & DIAS, 2018, p. 334 - 337). A SFG¹²⁶ é o setor correspondente à cúpula, responsável por deliberar sobre as principais decisões (MPSP, 2013),¹²⁷ e considerada como a “final da final”, ou seja, a última

¹²⁶ Meio à análise das denúncias identificou-se uma tipologia que ilustra a estruturação de quadros do PCC. A versão escolhida para apresentação foi a disposta na Operação Echelon do MPSP (2018) - disponível nos anexos.

¹²⁷ De acordo com um manuscrito, proveniente da SFG, segundo a denúncia Echelon (2018, p. 20), apreendido durante as investigações, exige-se, nos quadros da Sintonia Final, Resumo da Disciplinar dos Estados, além de outros (não mencionados especificamente), um número mínimo de oito integrantes. Por exemplo, há um manuscrito que indica a composição do quadro do Resumo da Disciplinar dos Estados, o qual conta com oito integrantes, sendo quatro

instância de decisões dentre as diversas sintonias de nível inferior que são replicadas nos demais níveis de gestão (LESSING, 2020, p. 10).

Com o passar dos anos, no entanto, mudanças e indivíduos foram substituídos por razões diversas. Nos últimos anos, o GAECO-MPSP tem apostado que a alternativa é cortar a comunicação entre integrantes considerados líderes da organização criminosa e a massa carcerária. Ainda que seja cedo para afirmar se os impactos dos diversos golpes têm surtido efeitos profundos, é possível dizer que a promotoria tem tido algum sucesso. A mudança mais recente, em 2019, ocorreu quando Marcola, Cego e Julinho Carambola, junto a outros onze integrantes dos principais escalões do PCC, foram transferidos para penitenciárias federais - um objetivo antigo do GAECO-MPSP. Segundo o documento de decisão da 5ª Vara das Execuções Criminais do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (2018, p. 1 - 2),¹²⁸ a transferência foi concedida pois em outubro de 2018, o Núcleo de Inteligência da Coordenadoria Regional das Unidades Prisionais do Oeste Paulista (CROESTE) identificou “um plano de resgate de integrantes” do PCC que estavam presos na Penitenciária II de Presidente Venceslau. O documento relata que o próprio Marcola atribuiu a “coordenação desse audacioso plano de resgate ao sócio e parceiro de crime conhecido como ‘Fuminho’ (Gilberto Aparecido dos Santos)”, que já teria despendido junto aos “alvos da ação”, “dezenas de milhões de dólares com o plano investindo fortemente em logística, compra de veículos blindados, aeronaves, material bélico, armamento de guerra e treinamento de pessoal.” Esse grupo de pessoas que tentaria resgatar os presos seria formado, segundo apurado pela inteligência das polícias da região, por homens de diversas nacionalidades que estariam sendo treinados nas fazendas de “Fuminho” na Bolívia, “inclusive soldados africanos com expertise no manuseio de armamento pesado e explosivos”.

Tal mudança acompanha uma anterior, também recente. A Operação Echelon (2018, p.

efetivamente como Resumo da Disciplinar, dois Apoios do Resumo e dois Para-Raio, como descrito no manuscrito.

¹²⁷ Segundo o MPSP (2013), os seguintes nove indivíduos compunham esse quadro e sua configuração permanecia a mesma desde 2006: Marcos Camacho, vulgo Marcola (atualmente servindo pena em presídio federal), Abel Pacheco de Andrade, vulgo Boca de Ovo ou Vida Loka; Roberto Soriano, vulgo Tiriça (atualmente servindo pena em presídio federal); Rogério Geremias de Simone, vulgo Gegê do Mangue (falecido); Daniel Vinícius Canônico, vulgo Cego (atualmente servindo pena em presídio federal), Fabiano Alves de Souza, vulgo Paca (falecido); Júlio Cesar Guedes de Moraes, vulgo Julinho Carambola (atualmente servindo pena em presídio federal) e Edilson Borges Nogueira, vulgo Biroasca (falecido).

¹²⁸ Autos 100186-61.2018.8.26.0050.

36)¹²⁹ demonstrou que a partir da conclusão do exame grafotécnico realizado pelo Instituto de Criminalística,¹³⁰ provou-se que anotações apreendidas no esgoto da Penitenciária II de Presidente Venceslau tinham partido dos “punhos subscritores” de seis denunciados que formavam posições na Sintonia dos Estados e Países que, além de ocuparem suas posições originais, estavam exercendo parcialmente as funções da Sintonia Final Geral, as quais assumiram “após o isolamento da liderança da facção criminosa em decorrência da ‘Operação Ethos’”, incluindo o Marcola para o CRP de Presidente Bernardes-SP (MPSP, 2018, p. 19 e 38).

Prosseguindo, abaixo da SFG existem: (1) a **Sintonia Final ou Apoio da Sintonia Final Geral**, composta por indivíduos selecionados perante uma determinada região para servirem como apoio aos integrantes da SFG. São indivíduos que geralmente estão presos, gozam de confiança dos líderes e correspondem à “Terceira Instância na tomada de decisões”, reportando-se diretamente à SFG; (2) a **Sintonia Geral da Rua**, composta por um ou mais indivíduos responsáveis pela coordenação dos integrantes que estão em liberdade e das atividades fora do sistema prisional. Geralmente, o Sintonia Geral corresponde à “Segunda Instância na tomada de decisões” e responde diretamente à Sintonia Final de sua região. Para além do Estado de São Paulo,¹³¹ os Sintonias Gerais “são responsáveis pelo mais alto comando do setor que delibera sobre assuntos da organização criminosa relacionados a todos os estados do Brasil, à exceção de São Paulo”; e, (3) a **Disciplina**, composta por um ou mais indivíduos que atuam como uma espécie de referência para resolução de contendas rotineiras relacionadas ao tráfico de drogas ilícitas, como dívidas e apreensões, mas também incidentes que possam impactar a operação da organização direta e indiretamente, como o comportamento individual de integrantes e até mesmo de moradores locais. Os “Disciplinas” respondem diretamente à Sintonia Geral de sua região e correspondem à “Primeira Instância na tomada de decisões.” Particularmente, as denúncias mostram também que os indivíduos ou grupos que formam essas instâncias são também responsáveis por “disseminar a ideologia da Facção junto à Comunidade local” ou “área de atuação” (MPSP, 2013, p. 55; VARA

¹²⁹ A Operação Echelon teve início a partir do dia 08 de março de 2017, após a apreensão de fragmentos de cartas e manuscritos dispensados pelos presos durante fiscalizações de rotina, que estavam presas às telas de contenção instaladas nos dutos de esgoto da Penitenciária II de Presidente Venceslau, em São Paulo.

¹³⁰ Os materiais “foram submetidos a processo de secagem e desinfecção, emendados e separados de acordo com a semelhança da letra (...) e confrontado com prontuários criminológicos de presos do Raio 1” (GAECO-SP, OE, p.16).

¹³¹ Ver Operação Echelon do GAECO-MPSP de 2018 que desbaratou líderes do quadro “Sintonia dos Outros Estados e Países.” Disponível nos autos: 0003297-31.2017.8.26.0483.

JUDICIAL DA COMARCA DE IBITINGA, 2019).¹³²

Existe também o Quadro dos 36, que segundo as promotorias, foi criado em “decorrência de ações policiais repressivas incessantes sobre as principais lideranças da Facção na Rua”, que dificultaram o exercício das ordens da liderança pelos integrantes em liberdade. A formação deste quadro tinha o objetivo de “retomar” o controle dos integrantes em liberdade (GAECO-NÚCLEO ARAÇATUBA, 2019,¹³³ p. 49; MPSP, 2013). Nos materiais coletados, é difícil dizer com certeza o status atual desse quadro pois foram coletadas denúncias que divergem sobre a existência dele. Algumas, como a Operação Echelon (2018), apresenta a volta do Quadro dos 14.

Na prática, é importante salientar que essa relação não segue exatamente o “roteiro”, e pode tomar diferentes formas. Os materiais empíricos mostram que quanto mais importante for determinado assunto, a participação de integrantes de escalões superiores fica mais visível. Na grande maioria dos casos, as decisões são coletivas e envolvem a participação das diversas instâncias de decisão da organização. A proteção na prática é o tema da próxima seção.

No Estado de São Paulo, essas sintonias se organizam conforme a Discagem Direta à Distância (DDD) de cada região (Figura 3.1). Elas estão divididas em Sintonia da Capital, Sintonia da Baixada e Sintonia do Interior, que por sua vez, estão subdivididas de acordo com os códigos de área das respectivas regiões: 012 (Vale do Ribeira), 014 (Bauru), 015 (Sorocaba), 016 (Ribeirão Preto), 017 (São José do Rio Preto), 018 (Presidente Prudente e Araçatuba) e 019 (Campinas). A região 013 (Baixada), que abrange os municípios da Baixada Santista e Litoral Sul, é também uma subdivisão da região 011 (Capital), que por sua vez é subdividida em outras seis regiões: Zona Leste, Zona Oeste, Zona Norte, Zona Central e Sul e ABC.

Nos presídios a estrutura organizacional do PCC segue um padrão similar. A **Sintonia Geral do Sistema** é responsável pelo controle e coordenação dos membros presos, pela resolução de conflitos e pela coordenação do tráfico de drogas e outras atividades dentro do sistema prisional. Subdivide-se em **Sintonia dos CDPs** (Centro de Detenção Provisória), **Sintonia das Comarcas** (das cadeias públicas), **Sintonia da Feminina** e **Sintonia das Colônias** (estabelecimentos de

¹³² Autos nº 0000580-45.2016.8.26.0236.

¹³³ Autos nº 94.0565.0000032/2018-3.

regime semiaberto). Engloba também a **Sintonia do Salve**, responsável por difundir comunicação entre os presos. Geralmente, essas comunicações são emanadas pelas sintonias superiores.

Figura 3.1 - Estado de São Paulo: Organização de Quadros por Discagem Direta à Distância (DDD)

Fonte: Elaboração própria.

Para além das “sintonias operacionais organizadas a partir de referências geográficas, o PCC é também composto por sintonias “temáticas” responsáveis por transmitir os “fluxos de mercadorias, dinheiro e informações/decisões que seguem de uma ou outra direção” (MANSO & DIAS, 2018, p. 337).

Abaixo da SFG, no segundo escalão, estão a **Sintonia das Gravatas**, responsável pelo controle das atividades dos advogados que prestam serviços ao PCC e a **Sintonia do Financeiro**,¹³⁴ melhor representada pela **Sintonia do Progresso**,¹³⁵ responsável pelo gerenciamento do tráfico de drogas (BOB, ML e PT, denominações do PCC para maconha, cocaína/crack e pasta de cocaína, respectivamente) dentro e fora dos presídios.

¹³⁴ Trata-se do setor responsável por administrar as finanças da ORCRIM, provenientes das diversas fontes de arrecadação que compõem seu “caixa”, como o tráfico de drogas, mensalidade e rifas. É um setor subdividido em Sintonia do Progresso, Sintonia da Cebola ou Caixinha (mensalidades), Sintonia da Rifa, Sintonia da Ajuda, Sintonia dos Ônibus (ou pé de borracha) e Sintonia do Cigarro.

¹³⁵ A Sintonia do Progresso pode ser subdividida em: Progresso FM (ou Sintonia FM), responsável pelos pontos de vendas de drogas ilícitas (conhecidas também como “lojas” ou “biqueiras”); Progresso 100%, responsável pelas finanças do tráfico de drogas dentro dos estabelecimentos prisionais; Sintonia do Bob e Sintonia do ML/PT, denominações do PCC para maconha, cocaína/crack e pasta de cocaína, respectivamente.

Na terceira camada existem quadros mais descentralizados que se replicam ao longo dessa rede e contam com autonomia para tomarem decisões sobre temas gerais, como o dia a dia das operações de tráfico de drogas no varejo, resolução de conflitos, aluguel de armas, batismos e exclusões. Dentre esses, estão a **Sintonia Geral do Livro ou do Cadastro**, responsável pelo registro dos “batismos” de novos membros, das punições de membros que incorreram em falta e também dos “retornos” de membros que se reabilitaram (VARA JUDICIAL DA COMARCA DE IBITINGA);¹³⁶ a **Sintonia Geral da Ajuda**, responsável pelo auxílio financeiro aos presos e familiares de presos; a **Sintonia Geral do Prazo**, responsável por relacionar os membros com prazo definido para quitar dívidas com a facção, geralmente referentes às rifas, mensalidades (“cebola”), tráfico de drogas e empréstimo de dinheiro, armas ou veículos da facção; a **Sintonia da Cebola** (ou Caixinha), responsável por arrecadar mensalidade de integrantes da organização em liberdade, quem são obrigados a pagar; e a **Sintonia Geral da Rifa**, responsável por coordenar a realização de rifas periódicas e obter prêmios, visando a fortalecer o “caixa” da facção. Existem outras que também apareceram nas pesquisas, mas que variam conforme o nível de penetração das investigações e o conhecimento dos investigadores sobre as terminologias adotadas. Essas denominações todas podem também variar conforme a região onde determinada célula do PCC atua.

Especialmente para outros estados da Federação, a organização do PCC apresenta o quadro denominado **Sintonia dos Estados e Países**, subordinada à SFG, como a mais alta instância decisória e operacional do PCC (MANSO & DIAS, 2018), responsável por administrar, organizar e mesmo difundir as operações da ORCRIM em locais para além do Estado de São Paulo, inclusive em outros países vizinhos, com maior intensidade nas atividades conduzidas no Paraguai e Bolívia. Essa Sintonia foi alvo direta da Operação Echelon (MPSP, 2018).

A visão oficial, no que lhe toca, nem sempre interpretou a estrutura do PCC como descentralizada. A operação controlada do GAECO-MPSP (2013), que denunciou os líderes e seus contatos imediatos (175 no total), alegou que a “divisão estrutural” do PCC contava com uma *“organização de poder de forma ‘piramidal’”* e *“divisão de células que compõem os diversos setores em ‘sintonias’”* (grifo nosso). A justificativa dos promotores está na interpretação do artigo 10 do atual estatuto da facção, na tentativa de se reforçar a justificativa dos achados da investigação

¹³⁶ VARA JUDICIAL DA COMARCA DE IBITINGA. Autos nº 0000580-45.2016.8.26.0236.

com uma evidência interna da própria organização que apontasse para a “hierarquia de comando”. O que não faz muito sentido, como restou demonstrado na seção anterior, já que o “novo estatuto” e a instauração do “Quadro dos 36” serviriam justamente para descentralizar o poder que até então era mais concentrado nas mãos dos líderes encarcerados no interior paulista. O artigo 10 do estatuto do PCC diz o seguinte:

Deixamos claro que a sintonia final é uma fase de hierarquia do comando, composta por integrantes que já estão há alguns anos no comando e por integrante que tenha sido indicado e aprovado pelos outros irmãos que fazem parte da sintonia final. No comando existem várias sintonias, mas a final é a última instância. Um dos principais objetivos da sintonia final é lutar pelos nossos ideais e pelo crescimento da nossa organização (GAECO-SP, 2013, p. 51, FELTRAN, 2018, p. 307,¹³⁷ grifo do autor).

Porém, tendo acessado e comparado as denúncias de 2013 e 2018, que também denunciou integrantes dos principais escalões, fica a impressão que a visão oficial mudou com novas descobertas. Sendo a mais recente “megaoperação” do GAECO-MPSP, o objetivo da Operação Echelon (2018, p. 24) “consistiu na identificação e no desvelamento do funcionamento da ‘Sintonia dos Outros Estados e Países’, bem como das Estruturas de apoio Externo da Sintonia dos Estados, com a identificação dos seus respectivos integrantes.” A operação traz aspectos importantes dessa estrutura, evidenciadas por escutas telefônicas e manuscritos apreendidos de líderes, ao demonstrar que os integrantes do PCC que compõem as diversas “sintonias” estão “divididos em **“células” autônomas de atuação**, através das quais os crimes operados pela organização são realizados em cada região do Estado de São Paulo, bem como em outros Estados da federação e até em outros países” (grifo nosso). Quer dizer, ao longo de mais de 500 páginas de denúncia não existe mais menção à estrutura piramidal. Tanto é verdade que essa “nova” interpretação ganhou espaço em outras comarcas do Ministério Público do Estado de São Paulo:

Com o passar do tempo, a estrutura da organização criminosa PCC também foi sendo alterada, passando de uma estrutura extremamente hierarquizada, onde os denominados “fundadores” comandavam a totalidade dos membros, para uma estrutura mais descentralizada, em que diversas células possuem autonomia para diversos tipos de ação, embora o poder de decisão final sobre assuntos sensíveis à facção ainda esteja concentrado em algumas lideranças (Autos nº 0000580-45.2016.8.26.0236 - Vara Judicial da Comarca de Ibitinga/SP).

¹³⁷ Para conhecimento sobre a “Terceira Geração” do estatuto do PCC, ver também: FELTRAN (2018, p. 305 - 309).

Por todos esses motivos, somados à autonomia dos integrantes, mas com as decisões mais sensíveis à organização limitadas e distribuídas a partir do sistema prisional de São Paulo (GAECO-MPSP, 2013; GAECO-MPSP, 2018), não é raro encontrar na literatura que a estrutura do PCC pode ser considerada como “mais ou menos hierárquica” (LESSING, 2020).

Assim, a partir da descrição da estrutura unificada e interna do PCC, pode-se notar alguns aspectos básicos a serem explorados na prática a seguir:

1) mudanças e substituição de posições ocupadas por integrantes do PCC ocorrem com regularidade, e por diversos motivos. No nível da SFG, as principais razões para mudança são a morte, o isolamento em RDD ou Presídio Federal. A substituição só acontece quando aprovada por líderes, segundo o estatuto, e geralmente só pessoas de confiança são aceitas. Nos demais níveis, pode-se tanto variar entre esses dois motivos mencionados, como a mudança pode também ser motivada devido à falta de disciplina, à expulsão, à falta de competência para a posição, por estratégia, ou mesmo por vontade de integrantes que detém maior respeito e prestígio e/ou posição elevada na hierarquia. Pode-se até argumentar que isso também ocorre no nível da SFG, como ocorreu com os líderes Paca e Gegê do Mangue, porém, ocorre com muito menos frequência se comparado aos níveis hierárquicos mais baixos;

2) em consequência dessa dinâmica, garante-se a flexibilidade e adaptação a novos contextos, melhor ilustrado com o fato de que mesmo presos, os integrantes continuam a exercer seus negócios ilícitos sem maiores interrupções;

3) ainda que as diversas firmas que compõem o PCC sejam descentralizadas e tenham autonomia em relação à decisão de operar fases distintas do tráfico de drogas, ou mesmo qualquer outra atividade ilícita, é o aspecto hierárquico que promove a “disciplina” da organização criminosa, especialmente dentro dos presídios, onde o criminoso profissional tem maiores chances de ser punido.

3.2.2. Como as Firmas Ilícitas se organizam em São Paulo

As evidências empíricas coletadas sugerem que as firmas ilícitas associadas ao PCC podem ser formadas por integrantes diretos (batizados) da organização criminosa, por integrantes indiretos

(conhecidos como “companheiros”, ou seja, o que não foi “batizado”) e por infratores não diretamente ligados ao PCC, mas que se valem da promoção da “disciplina” da organização para conduzir suas atividades ilícitas. O integrante “batizado” do PCC pode tanto assumir posições dentro da estrutura unificada da organização, exercendo funções definidas, como explicado na seção anterior, e ao mesmo tempo ser “proprietário” de uma firma ilícita que se dedica ao tráfico de drogas quanto pode compor as firmas como “sócio” ou mesmo “gerente”. A mesma lógica aplica-se ao “companheiro” do PCC. A diferença, no entanto, parece ser que o integrante indireto não assume posições dentro da estrutura unificada. Quer dizer, caso não seja “batizado”, não poderá assumir as responsabilidades de Disciplina, de Disciplina Geral da Rua, etc.

Infelizmente, é empiricamente mais difícil distinguir os membros e firmas independentes na base de dados, e em consequência, impossível observar efetivamente como eles se relacionam com as demais firmas e “disciplina” do PCC em São Paulo. Isso não quer dizer que estes não existam, mas apenas que uma das limitações encontradas nos documentos é o fato de que as denúncias contra “organizações criminosas” que não são em desfavor de integrantes e supostos integrantes do PCC, tanto não fazem referências ao PCC, quanto não deixam em evidência caso seja uma organização criminosa rival, como o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), o Comando Vermelho, a Família do Norte, etc., que também possuem células atuantes em alguns território no Estado de São Paulo. Ver o Capítulo 2.

As evidências coletadas, portanto, dizem respeito, em sua maioria, aos casos de integrantes diretos e indiretos que formam, como proprietários, sócios, ou assumindo outras posições, firmas ilícitas que podem se dedicar a qualquer atividade ilícita desde que respeitem e sigam a “disciplina” do PCC. Abaixo seguem os achados que se sobressaem:

Primeiro, as firmas ilícitas são diversas e possuem tamanhos diversos, e apesar de terem autonomia para se dedicarem às atividades que desejarem, operam majoritariamente o tráfico de drogas ilícitas.¹³⁸ Como o material empírico limita-se ao Estado de São Paulo, os achados se limitam às firmas ilícitas que se dedicam às fases de transporte (geralmente de cidades do interior para a capital), de distribuição local e ao tráfico de drogas varejista (venda direta ao consumidor

¹³⁸ De 79 firmas ilícitas denunciadas (excluem-se as denúncias que foram arquivadas), 39 se dedicaram aos crimes de tráfico de drogas (crimes mercadológicos).

final), e em menor grau, a exportação¹³⁹ para outros países. O fato de uma firma se dedicar por um longo período ao tráfico de drogas ilícitas, não exclui a possibilidade da prática de crimes de aspectos predatórios, e vice-versa. Essa escolha geralmente varia conforme a necessidade e oportunidade, ou conforme planejamento e especialidade, quando no caso de grupos formados para roubar bancos e seguradoras e também nos casos de resgate de presos.

Segundo, estruturalmente, é possível observar que dentre as firmas que se dedicam ao tráfico de drogas ilícitas, virtualmente todas contam com um “dono” – um indivíduo (ou sócios) que é o proprietário de pontos de venda desses produtos (ou “loja” como é denominado no PCC). Ao mesmo tempo, as firmas parecem ser mais organizadas até a posição de “gerente”, sem responsabilização de atividades bem definidas para as demais posições, as quais são mais desorganizadas e fluídas. Os donos geralmente podem contar com outros criminosos, batizados ou não, que se tornam responsáveis pela administração das “lojas”, ocupando essas posições de “gerentes”. Abaixo deles, no entanto, existe uma série de “varejistas” (denominação presente em denúncias que diferenciam as posições mais elevadas dos proprietários e gerentes de “lojas” e os demais indivíduos que ocupam níveis inferiores, como “vapores” e “olheiros”) à sua disposição. Nesse nível, por um lado, pouca autonomia é aparente e os varejistas ficam sujeitos ao planejamento do dono e de seus subordinados responsáveis pela administração da “loja”. Por outro lado, são peças frequentemente substituíveis e que podem se mover também com frequência entre as diversas firmas de uma região. Por exemplo, um “vapor” (aquele que faz a venda direta ao consumidor final, posicionando-se no final da hierarquia e geralmente formado por jovens) pode tanto ser substituído com regularidade quando preso como pode trabalhar em pontos de vendas pertencentes à distintos donos. Essa relação parece depender tanto da região onde o indivíduo vive como da relação entre os donos das “lojas”.

Não há, nas denúncias, menções as posições de “soldado”, “sentinela” ou “segurança”, por exemplo, como aparece com frequência nas denúncias em desfavor de organizações criminosas atuantes no Estado do Rio de Janeiro. Uma explicação singela, e que reforça uma das sugestões aqui presente, é o fato de o PCC não exercer controle sobre territórios. Isso não significa, no

¹³⁹ A Operação Brabo (2016) da Polícia Federal e Ministério Público Federal é um bom exemplo sobre o envolvimento de firmas formadas por integrantes do PCC que se associaram a células de organizações criminosas estrangeiras para exportar cocaína a partir do Porto de Santos, em São Paulo.

entanto, que as firmas não possam posicionar pessoas para cumprirem essas funções a depender do “trabalho” que conduzem e também à região que atuam, que geralmente está relacionado à dinâmica da competição local. Como dito anteriormente, o PCC não é a única organização criminosa ativa no Estado de São Paulo. Mas não é possível notar com profundidade nos materiais coletados.

Terceiro, são firmas flexíveis e fluídas que se adaptam rapidamente aos riscos inerentes da atividade ilegal, principalmente ao policiamento ostensivo. Substituição de posições inferiores, como dito, são muito frequentes. Substituição de “donos”, entretanto, é mais difícil. Nos casos em que há menção de “dono” que foi preso, por exemplo, as denúncias mostram que a sua própria rede o “substitui” nas ruas, seja nos pontos de venda de drogas, ou em outras funções, e este continua a administrar de dentro do presídio, estabelecendo comunicação através de aparelhos celulares e visitas. A substituição completa de proprietários pode ser feita também diretamente pelo PCC, decidida conforme o resultado dos debates nos níveis superiores.

Quarto, a identificação do “tamanho” da firma depende exclusivamente do nível de penetração das investigações e do que é efetivamente relatado nas denúncias. Portanto, enviesado em certo grau, e difícil de observar um padrão. Não obstante, isso nos leva a crer que as firmas que contam com uma quantidade maior de membros (batizados e não batizados) tendem a ser melhor estruturadas, o que de fato não é uma afirmação completamente errada visto os exemplos presentes na literatura.

Quinto, as firmas são estimuladas a se associarem a fim de conduzir transações ilícitas entre si e mutuamente exercerem a disciplina do PCC. Isto é, enquanto se aproveitam da confiança incentivada pela rede de contatos da organização criminosa para maximizar seus lucros, elas também reforçam e amplificam a prática da “disciplina” do PCC em todos os seus níveis. Essa amplificação, no entanto, é geralmente condicionada ao papel do “Sintonia” de determinada região, quem acompanha o desenvolvimento do comércio ilícito de drogas nas “lojas” registradas no PCC, recebendo informações sobre dívidas (“prazo”), lucros e o pagamento de consignações de drogas. Assim, as regras e diretrizes da organização ditam o modo de condução das transações ilícitas com maior “responsabilidade” a fim de evitar as quebras de “disciplina”.

Sexto, as firmas se organizam e se estruturam conforme a atividade ilícita que conduzem.

A depender do crime que se planeja cometer, as funções e responsabilidades de cada integrante de determinada firma varia. Todas apresentam algum grau de hierarquia, assim como o próprio PCC. No entanto, a diferença está no grau de centralização de poder, e geralmente sua administração gira em torno de um ou poucos sócios “proprietários” de “lojas”, condicionada, ainda, ao papel do “Disciplina” para resolver muitas das contendas. Individualmente, os “proprietários” (ou “donos”) podem ser proprietários de mais de um ponto de venda onde sua firma atua.

Como resume Lessing (2020), “a propriedade da firma não confere autoridade sobre o território circundante; da mesma forma, as firmas podem ser propriedade de não membros (desde que sigam as regras PCC), e [as ‘lojas’] podem ser compradas e vendidas livremente.” (tradução nossa)¹⁴⁰ Um trecho importante do “salve” lançado pela liderança em outubro de 2011, que apresentava o Novo Projeto (MPSP, 2013) de expansão do PCC no comércio de drogas para outros estados, também ilustrava esse ponto: “*P.S.: Se vocês concordarem também vamos passar um salve geral que quem tiver umas favelas boas para negocio é só procurar a Sintônia, que vamos analisar e se for viável, será fechado*” (MANSO & DIAS, 2018, p. 201 – 2012, grifo do autor).

Daniel Hirata e Carolina Grillo (2019) apresentam observações similares da maneira como o mercado varejista do tráfico de drogas ilícitas na cidade de São Paulo é organizado comparado ao modo como é feito no Rio de Janeiro. Em termos de “firmas”, em ambas as cidades, segundo os autores, o modo de organização é similar ao “modelo empresarial” de relação entre patrão e empregado, próximo ao que Johnson et al. (1992) descreveu para a forma de organização das redes de tráfico de crack nos EUA. Nas palavras dos autores:

Os ‘patrões’ [referidos como “donos” neste trabalho], são os proprietários dos negócios. Os ‘gerentes’ são pessoas de máxima confiança do ‘patrão e de grande prestígio social, incumbidas de organizar as atividades de venda que, por sua vez, são desempenhadas pelos ‘vapores’, (...) dentre os papéis desempenhados nas ‘bocas de fumo’ do Rio de Janeiro há um que não encontra qualquer tipo análogo nas ‘biqueiras’ [também chamadas de “lojas”] paulistas: o ‘soldado’, aquele que trabalha na defesa (...) da ‘boca’, confrontando a polícia ou traficante de outra facção em combate armado (JOHNSON et al. 2019, p. 4-5).

Com exceção de alguns aspectos que não foram possíveis serem observados meio aos documentos coletados, Hirata e Grillo (2019) encontraram informações sobre a forma como se dá

¹⁴⁰ No original: *firm ownership does not confer authority over surrounding territory; as such, firms may be owned by non-members (as long as they follow PCC rules), and can be bought and sold freely.* (LESSING, 2020, p. 10).

o pagamento do trabalho do “vapor” em São Paulo, o preço de vendas dos diferentes tipos de drogas, como a maconha e a cocaína, e ainda a competição inter-regional das “lojas” locais. Outros aspectos mais sutis, como a posição e responsabilidade dos “vapores”, os autores encontraram que dada a menor escala dos negócios locais em São Paulo, cada “vapor” está ligado com apenas um único gerente, quem geralmente o contrata para trabalhar na “loja”. No entanto, o que se observou nos documentos foi a possibilidade de o “vapor” ter uma posição mais fluída e poder exercer seu trabalho a distintos “gerentes” ou para distintos “patrões”. Uma explicação para essa diferença pode ser, como apontado anteriormente na seção de limitações dos dados, o fato do nível de penetração das investigações. Ou seja, uma investigação pode mostrar a relação entre os vapores que realmente são contratados por um determinado dono ou gerente, como pode também mostrar a posição de outros varejistas que comprem as drogas ilícitas em “lojas” distintas a fim de revende-las em outros locais.

Por fim, toda essa dinâmica entre a relação da estrutura hierárquica e unificada do PCC e a diversidade de firmas ilícitas instigou o pensamento sobre uma tipologia¹⁴¹ apresentada a partir do resultado de investigações empíricas promovidas pelo UNODC (2002) e que pode servir como base para investigações futuras que se dedicam ao estudos das tipologias do crime organizado, aspecto comum compartilhado entre as autoridades investigativas. Trata-se do relatório do *Global Programme Against Organized Crime*, complementar às discussões iniciadas na Convenção de Palermo (2000), que examinou 40 organizações criminosas de 16 países e identificou um padrão de cinco tipologias que descrevem a forma como se organizam e se conectam os criminosos associados a determinadas organizações criminosas. Dentre as cinco tipologias apresentadas, a que parece ser mais próxima do que se observou no caso do PCC é a denominada de “*Clustered Hierarchy*”.

De acordo com o relatório, uma organização criminosa com aspectos de “*clustered hierarchy*” geralmente apresenta as seguintes características: 1) associação de diversos grupos criminosos supervisionadas por um corpo coordenador, que apesar da possibilidade de apresentarem distintas formas de organização interna, geralmente seguem um padrão comum de organização hierárquica e definições claras de posições e responsabilidades; 2) a estrutura do corpo

¹⁴¹ Ilustração disponível no Anexo 2.

coordenador pode variar entre uma estrutura mais flexível e fluída e uma estrutura mais rígida de controle; 3) a associação pode ser resultado da variedade de grupos criminosos individuais que se associam a fim de dividir os mercados ou regular o conflito entre eles, e ao longo do tempo assumem uma identidade própria; 4) o grau de autonomia de cada grupo que forma a associação é relativamente alto, e devido ao número de grupos envolvidos e à potencial diversidade geográfica, os grupos que formam a “*clustered hierarchy*” se envolvem em uma multiplicidade de atividades e tem uma membresia relativamente alta e variada.

O exemplo discutido no relatório é a da gangue prisional conhecida como “28s”, que apresenta algumas similaridades com o caso do PCC. Os “28s” são da África do Sul e também tem suas origens no sistema prisional. Enquanto, inicialmente, disputavam com outras gangues prisionais o controle das redes de comércio informal e serviços sexuais dentro das prisões, logo lograram se sobressair e a exercer certo domínio, expandindo sua rede no sistema prisional. À medida que seus membros foram cumprindo penas e liberados, muitos aderiram às gangues de rua que estabeleceram conexões com a gangue prisional durante sua evolução. Durante esse período, como aponta o relatório, foi apenas com a soltura dos membros mais antigos, considerados líderes da organização, que houve o desenvolvimento de uma formação criminosa mais coesa que impactou efetivamente o mercado aberto.

Apesar da base de tomada de decisões ter continuado a ser dentro dos presídios, o momento da extensão das atividades para a rua acompanhou tanto o início de um processo de introdução de drogas sintéticas nos mercados locais quanto a abertura das fronteiras da África do Sul com o fim do *apartheid*, o que trouxe, em contrapartida, novas oportunidades de mercado e maiores níveis de lucro à organização criminosa. A disciplina e estrutura hierárquica do grupo, ainda que tenha a sua origem na cultura prisional, também diversificou com as operações nas ruas. Segundo o UNODC (2002, p. 43), um elemento chave para entender esse processo de variação e extensão rumo às ruas, é o fato de que a implementação de novas atividades criminosas foi iniciada ainda no sistema penitenciário enquanto a gangue se formava e recebia novos integrantes. Ademais, embora o grupo mantivesse domínio sobre a região do Cabo Ocidental, mantinha também operações descentralizadas em toda a África do Sul. Por sua vez, os seus diferentes grupos mantinham estruturas próprias, com formas de hierarquia variantes, e se dedicavam à condução atividade ilegais diversas. Assim, como completa o relatório:

Apesar desta composição, no entanto, tem havido uma liderança geral clara a partir do centro, com linhas relativamente rígidas de subordinação e disciplina através de todo o grupo. No nível local, entretanto, isso é balanceado com um nível relativamente alto de gerenciamento descentralizado das operações rotineiras das atividades geradoras de lucro (UNODC, 2002, p. 43, tradução minha).¹⁴²

3.3. A Proteção na Prática

De volta ao nível da organização, o que importa depois de compreender como as diversas firmas em São Paulo se organizam localmente para promover o tráfico de drogas, é entender como o PCC controla os possíveis problemas endógenos (de agência) que surgem a partir das dinâmicas instáveis inerentes do comércio ilícito e como o negócio da proteção emerge de suas ações.

O exemplo mais prático e direto da proteção do PCC é percebido na função dos integrantes que ocupam posições de Disciplina da ORCRIM. O Disciplina, como o próprio nome sugere, é o ponto de referência para assegurar que a “disciplina” da organização está sendo respeitada, especialmente por aqueles que também são membros e participam diretamente do ecossistema do crime organizado. Como restou descrito na seção anterior, o Disciplina serve como a primeira instância na hierarquia do PCC e lida frequentemente com questões mais rotineiras, a exemplo de desentendimento entre moradores, episódios de roubos e violência, como também trata de casos mais complexos, como acusações de “talaricagem”, estupros, presença de supostos integrantes de facções rivais, violência policial, e mesmo contendas relacionadas ao tráfico de drogas, como falta de pagamento de dívidas. Em linhas gerais, não é nenhum absurdo pensar que o indivíduo que assume a posição de Disciplina, além de ser a primeira instância na resolução de conflitos, é também a primeira instância na promoção da proteção do PCC, já que é o elo principal que liga a estrutura unificada do PCC ao ecossistema maior do crime organizado formado por suas firmas.

No primeiro semestre de 2016, o MPSP¹⁴³ (p. 4 - 8) identificou um “Disciplina” atuante no município do Guarujá (DDD 13) e quatro outros subordinados que o ajudavam na administração

¹⁴² No original: *Despite this make-up however there has been clear overall leadership from the center which relatively strict lines of reporting and discipline throughout the group. At a local level however, this is balanced against a relatively high level of decentralized management of day-to-day operations of profit generating activities.*

¹⁴³ 1ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE GUARUJÁ. Autos nº 9520-38.2016.8.26.0223.

e tráfico de drogas ilícitas nas “lojas” de sua propriedade nas favelas da “Aldeia e Prainha”. Dentre suas funções de Disciplina o denunciado (1) repassou “salves” de superiores no município; 2) conduziu, em julho de 2016, “debate” com um outra pessoa não identificada sobre um incidente de espancamento de uma senhora por seu genro quando ambos tentaram chegar a um acordo se “deveriam permitir agressões ou até a morte dele [o agressor]” – em uma outra oportunidade, o Disciplina autorizou um de seus “gerentes” a agredir uma pessoa que “teria praticado roubo no bairro.”; 3) tratou sobre a aquisição de mais armamentos a fim de “fortalecer” a organização criminosa. Na conversa gravada sobre esse caso, o Disciplina negociou a compra de munições de calibre .380 e a possível aquisição de “luneta para por na criança” (mira a laser para arma de fogo, segundo a denúncia) por duzentos reais. Também autorizou o uso da “menininha” (arma de fogo) para “um progresso”, e indicou um de seus subordinados para auxiliar o responsável por conduzir o crime a conseguir acesso à arma; 4) discutiu a inclusão de pessoas “no prazo”. Uma das conversas interceptadas mostra que o Disciplina conversou com um interlocutor sobre a possibilidade de colocar um outro indivíduo (incerto se é integrante “batizado” do PCC) no “prazo” pois este detinha uma dívida de R\$ 35.750,00. A denúncia mostra que esse caso chegou à atenção do Disciplina através de um possível “dono” de “loja” no bairro Santa Rosa (município do Guarujá).

Caso o cenário da situação seja mais complexo, gerando dúvidas e incertezas sobre determinada possibilidade de resolução, escala-se, geralmente através do próprio Disciplina, o incidente para integrantes que ocupam posições de “Segunda ou Terceira Instância” da hierarquia, ou seja, pode tanto ser chamado o Sintonia Geral da Rua ou o Sintonia Final da região, como até mesmo os membros da SFG (“Última Instância”). Em outros casos, nada impede que as sintonias que ocupam as diversas posições “temáticas”¹⁴⁴ (MANSO & DIAS, 2018) sejam chamados – um caso interessante na base de dados é de um indivíduo “Encarregado da Tabacaria”.¹⁴⁵ Há casos em que essa dinâmica de posições se confunde e a divisão de tarefas não fica tão clara. Uma explicação amplamente difundida na literatura aponta para a forma institucionalizada da promoção de deliberações e formação de coletivos de decisão que reduzem a concentração de poder nas mãos

¹⁴⁴ Ademais, outros integrantes ocupantes de posições “temáticas”, como de “Sintonia da Rifa”, também podem ser considerados líderes e deliberar junto aos demais integrantes sobre decisões comuns de determinada região. Na realidade, a depender do tamanho da região, como argumenta Manso e Dias (2018), o integrante do PCC que ocupa uma posição de referência pode exercer mais de uma função, ou podem existir mais de um integrante compartilhando funções, como é o caso da capital de São Paulo e a mudança para o “Quadro dos 36”.

¹⁴⁵ 1º Vara Criminal da Comarca de Guará. Autos nº 0001202-96.2016.8.26.0213 - GAECO Núcleo Franca.

de poucos. De fato, é um aspecto característico do PCC e se trata de uma ampla rede composta por “sintonias” (quadros) que “formam coletivos decisórios” e que existem para garantir que seus integrantes não tomem “decisões isoladas” a fim de não prejudicar o “coletivo” (MANSO & DIAS, 2018, p. 334; LESSING & WILLIS, 2019; FELTRAN, 2018; BIONDI, 2016). Serve também para facilitar e garantir um maior nível de confiança nas transações comerciais.

Uma maneira mais prática de entender essa dinâmica é aceitar o fato de que todos os integrantes podem ter sua “disciplina” cobrada, mesmo que seja um mecanismo que não funcione completamente como sugerem as regras. Um outro aspecto é compreender que mesmo os “simpatizantes” tem um papel importante nessa dinâmica ao reforçar, como um amplificador, os ideais de disciplina do PCC em diversos níveis e territórios, inclusive aqueles que não há presença de integrantes batizados do PCC como referência.¹⁴⁶

3.3.1. Confiança nos Mercados Ilícitos: Informação, Comunicação, Reputação

A dedicação individual de cada firma ilícita para a atividade do tráfico de drogas é uma evidência que por si só sugere que o PCC não opera o tráfico de drogas diretamente como uma única organização. Ao contrário, o PCC se destaca por ocupar uma posição importante como regulador do mercado ilícito de drogas. Os efetivos operadores do tráfico são as diversas firmas que tanto mantém relações diretas com o PCC quanto operam de forma “independente”.

Informação

Lessing e Willis (2019, p. 584 - 585) descobriram que o mercado de varejo do tráfico de drogas ilícitas fornecido pelo PCC, pelo menos em grande parte do Estado de São Paulo,¹⁴⁷ é com

¹⁴⁶ Um exemplo disso é explicado nos trabalhos etnográficos de Gabriel Feltran (2018) e Graham Willis (2013) que notaram que em lugares onde nem mesmo existem membros do PCC a “disciplina” da organização continua a ser praticada.

¹⁴⁷ Quase todos os documentos analisados por Lessing e Willis (2019) são relacionados com as sintonias que compõem a Sintonia do Interior, não envolvendo o principal mercado do PCC que é a Grande São Paulo (Região 11), e tampouco a Região 13 (Baixada). A Sintonia do Interior envolve as regiões 012 (Vale do Ribeira), 014 (Bauru), 015 (Sorocaba), 016 (Ribeirão Preto), 017 (São José do Rio Preto), 018 (Presidente Prudente e Araçatuba) e 019 (Campinas). As diversas localidades de atuação do PCC fora do Estado de São Paulo tampouco são contempladas.

base no modelo de consignação.¹⁴⁸ Esse modelo consiste no fornecimento de remessas de drogas para uma rede competitiva¹⁴⁹ e descentralizada de firmas e indivíduos traficantes, que alivia “as restrições de crédito das operações autônomas” (*freelance*) ao estender “microcrédito aos revendedores ao mesmo tempo que evita os riscos e custos de manutenção de monopólios locais sobre território,” que são geralmente associados a “modelos hierárquicos” e “franqueados” como o do Comando Vermelho.¹⁵⁰

Lessing e Willis (2019) apontam que o documento que tiveram acesso limita-se à região da Grande São Paulo, essencialmente cobrindo a Sintonia do Interior, e por esse motivo, não podem afirmar que o modelo de consignação acontece da mesma maneira em outros lugares onde o PCC atua. Esta dissertação encontrou fragmentos de evidências que também sugerem o uso do modelo de consignação em outros estados. No âmbito da Operação Echelon do MPSP (2018, p. 298), a título de exemplo, a promotoria interceptou a conversa entre um indivíduo apontado como Geral do Estado de Santa Catarina (além de exercer funções de Resumo da Disciplinar Externo), na época recolhido na Penitenciária Nestor Canoa de Mirandópolis-SP, que devido à uma transferência de presos para outra unidade (não diz qual), em dezembro de 2017, diz a sua amásia para anotar “algumas coisas dele”, e fez referência ao “prazo” de “irmãos” e outros indivíduos não batizados:

[...] o irmão [Vulgo 1] tem que mandar 100gr (cem gramas) de pedra de crack ou R\$300,00 (trezentos reais); irmão [Vulgo 2] de Venceslau tem que dar 25 gramas de dura e 25 gramas de pó ou R\$ 800,00 (oitocentos reais); cunhado do [Vulgo 3] deve R\$ 6.000,00 (seis mil reais); [Vulgo 4] deve R\$1.200,00 (mil e duzentos reais); [Vulgo 5] deve R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais); [Vulgo 6] deve 4.000,00 (quatro mil) e esta com prazo vencido; irmão [Vulgo 7] deve 25.00,00 (vinte e cinco mil), irmão [Vulgo 8] deve R\$ 4.000,00 (quatro mil) (MPSP, 2018, p. 298, grifo do autor).

Adicionalmente, esse trecho também corrobora com um pedaço de entrevista publicado por Lessing e Willis (2019, p. 602) que indica o indivíduo que assume a posição de “Geral do Estado”

¹⁴⁸ No período observado pelos autores (setembro de 2011 a abril de 2012), “o PCC consignou 550 kg de crack e 90 kg de cocaína em pó, para uma rede ... de cerca de 500 traficantes individuais em 89 municípios, estendendo cerca de US\$ 3,2 milhões em microcrédito. A taxa de inadimplência”, segundo os autores, estima-se ser “menor do que a margem de lucro de 20,7% que o PCC cobra dos revendedores.” (LESSING & WILLIS, 2019, p. 585)

¹⁴⁹ Analisando a consignação de crack e cocaína para novembro e dezembro de 2011, respectivamente, os autores encontraram que para ambas as drogas ilícitas “o número ativo de traficantes em cada município está correlacionado ao montante total consignado àquela cidade para que mercados maiores tenham mais traficantes operando. Consequentemente, o grau de concentração é essencialmente não correlacionado com o tamanho total de remessas para aquele local. (...) os ‘peixes grandes’ parecem operar em tanques menores.” (LESSING & WILLIS, 2019, p. 597)

¹⁵⁰ Ver: DOWDNEY (2003).

de cada Estado da Federação torna-se um dos detentores das informações supracitadas de todos os integrantes que operam na região pela qual é responsável. Posteriormente, essas informações são repassadas e centralizadas na posição do “Resumo”, que “registra todo o Brasil”.

Em meio aos “problemas de agência” que surgem desse modelo, dois se destacam: (1) a exigência de mecanismos para rastrear revendedores que estão em dívida (“no prazo”) e (2) “induzir o pagamento oportuno” das mesmas dívidas. Teoricamente, a desvantagem da organização criminosa que não detém monopólio da territorialidade está na impossibilidade de cobrar a disciplina de integrantes e o pagamento pelo serviço de proteção, além evitar a entrada de novas firmas e os comportamentos dos considerados *free-riders* (SKARPEDAS, 2001), especialmente dos que operam em locais geograficamente¹⁵¹ mais distantes (REUTER, 1983). A fim de mitigar esses problemas, portanto, o PCC “induz a conformidade voluntária entre os membros” e “minimiza a violência interna” através de um meticuloso padrão de registros característico de seu “sistema de justiça criminal” (“*criminal criminal records*”, segundo LESSING & WILLIS, 2019, p. 597).

Lessing e Willis (2019, p. 585) argumentam também que o modelo de consignação praticado pelo PCC é fortalecido por mecanismos complementares em dois níveis. No primeiro, da “racionalidade individual”, os procedimentos burocráticos de manutenção de registros sobre dívidas e infrações torna comum o conhecimento entre as firmas de qualquer integrante que tenha cometido uma infração segundo as normas da organização. No segundo nível, “sistêmico”, as alternativas não-violentas de punição aplicadas pelo PCC para o “infrator criminoso”, a sua atenção à “‘lei’ justa, eficaz e universal” e sua “priorização de bens públicos e provisão de bem-estar compõem uma série de mecanismos que permitem seus integrantes usufruírem de uma burocracia despersonalizada e orientada em torno de um conjunto de normas, regras e práticas coletivistas”. Dessa maneira, mesmo “uma punição leve como uma suspensão curta” pode carregar “um estigma poderoso” que impacta a reputação individual. Por um lado, dificilmente um proprietário de “loja” aceitará contratar um indivíduo que tem má reputação, e por outro, o acesso individual às drogas para revenda tornar-se-á mais difícil. Para o PCC, como organização, essa medida é uma forma de garantir que seu lado da barganha está sendo cumprido ao assegurar a proteção aos integrantes que

¹⁵¹ A incapacidade do monopólio sobre território é um dos motivos apresentados por teóricos da máfia sobre sua dificuldade de expansão, e consequente transnacionalização, ver: VARESE, 2013; PAOLI, 2002; GAMBETTA, 1993.

por ela pagam. Em outras palavras, o PCC fornece informação para integrantes que desejam consultar o “status” de um determinado indivíduo. Para isso, o PCC conta com posições específicas, responsáveis pela guarda de tais informações, assim como explicado na seção que tratou de seu modo de organização.

Pelo lado do indivíduo, a instauração de graus de punições, em substituição às punições de homicídio dependem do grau de seriedade da ofensa. Na prática, Dias e Salla (2013, p. 404) argumentam que o grau de punições estabelecido permite, entre outras restrições, não batizar novos membros, comercializar bens e pode significar, inclusive, a perda do “prestígio social ante a população carcerária”. Em suas palavras: “Esse grau de punições sobre os ‘irmãos’, ao mesmo tempo que garante ao PCC o controle sobre a conduta de seus membros e a manutenção da disciplina, também reforça a ideia de redução de violência pela organização porque a morte só existirá em extremas circunstâncias” (DIAS & SALLA, 2013, p. 404).

Durante o confronto de facções que dominou o noticiário e fez o número de homicídios alcançar cifras sem precedentes entre 2017 e 2018, a necessidade de registro pela organização fica muito evidente na denúncia da Operação Echelon do MPSP (2018). O conteúdo dos manuscritos apreendidos com os integrantes da Sintonia dos Estados e Outros Países (seis indivíduos denunciados), por exemplo, que exerciam parcialmente as funções de Sintonia Final Geral, variou entre o número e identificação de mortes de integrantes e rivais durante os confrontos, os locais onde os confrontos eclodiram, a quantidade de “irmãos” presos em diversas penitenciárias, entre outras informações pertinentes. Outras investigações recentes, como a Operação Sharks, do MPSP e PMSP, e Caixa Forte Fase 1 e 2, da Polícia Federal, também apontam para essa característica única do PCC em manter um exímio padrão de coleta de informação que funciona para as diversas regiões onde a organização atua, ainda que existam especificidades.

Para além de fornecer informações acerca dos confrontos, a prática e disponibilidade de informações também serve aos líderes do PCC a possibilidade para se manterem atualizados de diversas outras atividades e comportamento dos diversos integrantes. A tabela abaixo, por exemplo, corrobora com o padrão de registro discutido nos parágrafos anteriores. Trata-se da ilustração de alguns documentos apreendido no âmbito da Operação Echelon (2018, p. 52 - 55) que informa os integrantes que “traíram” o PCC e mudaram de lado, passando a operar com seus rivais.

Tabela 3.3 – Exemplo da Prática de Registros: Documento Apreendido sobre ex-Integrantes

Vulgo	Facção original	Nova facção	Controle	Quebrada**
Vulgo 1	PCC	CV	<i>"ex ir* [Vulgo 1] passou para o lado do CV"</i>	Ipiranga-SP
Vulgo 2	PCC	FDN	<i>"ex ir [Vulgo 2] passou para o lado da FDN"</i>	Belém-PA
Vulgo 3	PCC	CV	<i>"ex ir [Vulgo 3] passou para o lado do CV"</i>	Pernambuco
Vulgo 4	PCC	FDN	<i>"ex ir [Vulgo 4] passou para o lado da FDN"</i>	***
Vulgo 5	PCC	FDN	<i>"ex ir [Vulgo 5] passou para o lado da FDN"</i>	***
Vulgo 6	PCC	CV	<i>"ex ir [Vulgo 6] passou para o lado do CV"</i>	Amapá
Vulgo 7	PCC	CV	<i>"ex ir [Vulgo 7] passou para o lado do CV"</i>	Amapá
Vulgo 8	PCC	CV	<i>"ex ir [Vulgo 8] passou pro lado do CV"</i>	***
Vulgo 9	PCC	FDN	<i>"ex ir nosso [Vulgo 9] hoje é FDN"</i>	Belém-PA
Vulgo 10	PCC	CV	<i>"[Vulgo 10] quebrada Pernambuco hoje é CV"</i>	Pernambuco
Vulgo 11	PCC	CV	<i>"[Vulgo 11] quebrada Pernambuco hoje é CV"</i>	Pernambuco

**"ex ir" significa integrante batizado ("irmão") que foi expulso ou "rasgou a camisa" (saiu da organização, por razões variadas).

***"Quebrada" significa o lugar onde o indivíduo nasceu, é original, ou mesmo onde mora.

*** espaços sem dados significam que os manuscritos apreendidos não possuíam informação.

Fonte: Elaboração própria, com dados do Ministério Público do Estado de São Paulo (2018) e dos Autos nº 0003297-31.2017.8.26.0483.

Outra forma de comunicação encontrada dentre as evidências são as visitas recebidas pelos detentos. As mulheres, por vezes pouco mencionadas nos estudos do crime organizado, desempenham papel fundamental nessa rede. Embora poucas mulheres também sejam denunciadas nos documentos analisados, suas responsabilidades geralmente estão relacionadas a questões de administração geral – independentemente do cargo – servindo como nós de conexão entre a liderança encarcerada e os membros externos, e por esse motivo, mostram-se como pessoas que gozam de muita confiança dos demais membros. O conteúdo das informações que repassam é bastante variado e envolve todos os assuntos tratados dentro de uma organização criminosa, como quantidade de drogas compradas, distribuídas e vendidas, identificação e coleta de endereços de rivais, etc. Assim como em outros núcleos, as que se destacam também passam a exercer funções de maior responsabilidade dentro da organização. Especificamente sobre as visitas, advogados são também amplamente citados por servirem como "pombo-correio" (MPSP, 2018). A Operação Ethos do MPSP (2016) foi a responsável por identificar e desmembrar a Sintonia dos Gravatas do PCC.

Confiança

Paralelamente, a partir dessa dinâmica de associações, um aspecto importante diz respeito à confiança estabelecida entre os integrantes da ORCRIM e a forma como são asseguradas as transações. Assim como a organização PCC deve se preocupar com seus “problemas de agência”, as firmas ilícitas também o devem. Os instrumentos a seu alcance, no entanto, são limitados quando comparado aos instrumentos disponíveis à organização como um todo. O uso de violência, por exemplo, não pode ser aplicado livremente pelo proprietário da “loja” para conter traições, “talaricagem” etc. A aplicação da violência é regulada pelos códigos do PCC, e deve ser antes comunicada, pelo menos, à “Disciplina” da região (“primeira instância”), como descrito anteriormente. O Disciplina, por sua vez, irá deliberar junto a outros integrantes ocupantes de posições da estrutura unificada do PCC, e decidir a punição a ser aplicada conforme o grau de infração cometida pelo indivíduo que está sendo acusado. Em consequência, o primeiro instrumento que surge para o “dono” de determinada firma ilícita é se estender sobre a confiança. Como alternativa, o líder da firma tem a possibilidade de empregar pessoas sobre quem pode confiar a administração de sua “loja”, especialmente quando se está encarcerado. Familiares e companheiras dos líderes aparecem com frequência nas denúncias, e o registro de informação sobre a rede de indivíduos que constitui o PCC também serve como referência para saber se alguém “corre pelo certo”, e se pode ser confiável.

Em 2015, diversas pessoas foram denunciadas por exercerem tráfico de drogas ilícitos na região de São Vicente. O principal denunciado, já preso no Centro de Progressão Penitenciária (CPP) de Mongaguá, considerado líder, organizava e coordenava a atividade de tráfico exercida pelos demais denunciados, tratando, especialmente, da aquisição e distribuição de drogas ilícitas em seus pontos de venda, e de questões referentes à contabilidade da atividade ilícita. Toda sua comunicação com membros em liberdade era feita através de aparelhos celulares que compartilhava com outros detentos. Dentre as pessoas em liberdade que o auxiliavam estavam sua companheira, quem confiava sua comunicação direta e cuidado de seus negócios nos pontos de venda, e responsável por diversas funções que englobam tanto a contabilidade da atividade ilícita quanto a “aquisição de drogas para revenda e do lucro obtido com o tráfico, bem como depósito bancários de tais lucros”. Também recebia auxílio de seu irmão e sócio, quem costumava adquirir suas drogas para posterior revenda. De dois denunciados que pareciam supervisionar diretamente

suas “lojas”, um era responsável pela comercialização e reposição de drogas ilícitas, e por cuidar para que “sempre houvesse alguém disponível para ficar no ponto de tráfico, a fim de efetuar as vendas ilegais”, e o outro era responsável pelo depósito das drogas ilícitas em sua casa para posterior comercialização “nos pontos de venda administradas” pelo principal denunciado (Vara Judicial Comarca de Guarujá, 2015, p. 23- 23).¹⁵²

Em outra bem detalhada denúncia, além do emprego de familiares para garantir e aumentar o nível de segurança da firma, outros dois aspectos da confiança emergem. Primeiro, a condução de negócios é facilitada quando pode-se contar com colaboradores que detém outras vantagens, seja de informação, produtos, ou força, no caso dos mercados ilegais – e esse é um dos principais aspectos “benéficos” da proteção oferecida pelo PCC à sua rede. Segundo, o “dono” da firma é também beneficiado quando tem ciência de que pode se relacionar com outros subordinados comprovadamente confiáveis e reconhecidos pelo trabalho que fazem.

Atuantes na região de Ibitinga, diversos criminosos ligados ao PCC, incluindo indivíduos que ocupavam posições nas “Sintonias” e “Disciplina”, tiveram suas conversas telefônicas interceptadas que evidenciaram a forma de atuação interligada da organização criminosa. Sobressai-se a comunicação entre o Geral Final da Rifa da região de DDD 16 e um proprietário de “loja” (genitor do indivíduo que posicionava-se como “Disciplina” da região) que, apesar de movimentarem suas próprias frentes de atuação (pontos de venda de drogas ilícitas independentes), faziam parte do PCC como batizados, e realizavam “trocas de informação quanto a fornecedores e outras formas de colaboração.” Em áudio interceptado em julho de 2016, uma pessoa entra em contato com o Geral da Rifa e pergunta o valor do crack. O Geral responde que está 18 mil reais o quilo. A pessoa não identificada decide que “não iria querer fechado”, apenas 30g de “dura” (crack). O Geral, então, entra em contato com o filho do proprietário da referida “loja” da região, ocupante da posição de Disciplina e responsável pela administração do ponto de venda de drogas ilícitas de seu pai, e pede para que ele forneça os 30g de crack em seu nome no valor de 250 reais à pessoa não identificada. A denúncia indica que o Disciplina concordou pois foi até o endereço fornecido para efetuar a venda combinada no dia seguinte. Ademais, sua avó, mãe de seu pai, segundo a denúncia, também trabalhava na condução das atividades ilícitas, colaborando com o

¹⁵² Autos nº 130444000114502015.

tráfico de drogas promovido por seus descendentes, tornando-se responsável pela distribuição de dinheiro a integrantes diversos, e comercialização de drogas ilícitas no ponto de vendas de seu filho. Não obstante, em abril de 2016, ambos, pai e filho, conversaram sobre uma terceira denunciada, esposa de um integrante do PCC companheiro de prisão do proprietário da “loja”, que deveria ser contatada e contratada para também trabalhar para eles. Ela já trabalhava para outros traficantes e era conhecida por trabalhar bem e “pagar direitinho” (referência à consignação de drogas ilícitas). Acordou-se com a denunciada que ela trabalharia primeiro com 30g de crack e posteriormente poderiam negociar a aquisição de cocaína com outro companheiro também membro do PCC (Vara Judicial da Comarca de Ibitinga, 2016).¹⁵³

Presente no “salve” de outubro de 2011 sobre o Novo Projeto (MPSP, 2013) de expansão do PCC no comércio de drogas para outros estados também já ilustrava a importância de se conquistar um maior grau de confiança para a prosperidade dos negócios:

C- Neste caso dos outros estados, poderemos ser roubados, a pessoa que tiver puxando o bonde pode vender a 15 e falar que vendeu a 13 mil [preço referente à pasta- base de cocaína], é um risco e se pegarmos é xeque [morte], e penso que uma forma de evitar isto é dando um bom ganho a pessoa, pensei em 15% de tudo que ela gerar para a família, mas as despesas pessoais é por conta dela mesmo, obviamente os negócios vão começar com pouca coisa e vai crescendo na medida que a confiança vai ficando mais firme [...] (MANSO & DIAS, 2018, p. 201 – 2012, grifo do autor).

Como diversos outros trabalhos já demonstraram, uma prática muito difundida no PCC são os “batismos” de novos integrantes, que se tornam “irmãos” da organização através de uma espécie de “ritual de iniciação”. No processo de adesão ao grupo, exige-se uma série de informações pessoais sobre o indivíduo e também sobre sua carreira no crime. Com exceção de períodos excepcionais, como épocas de confrontos, os membros responsáveis por essa função, por vezes conhecidos referenciados como “cara-crachá”, exigem algumas informações específicas, como as três últimas “resposas” (responsabilidades), as três últimas cadeias e três padrinhos. Por vezes foi possível observar empiricamente que o procedimento do batismo também envolve a submissão do potencial novo integrante à ciência de todo o estatuto e ideologias da ORCRIM. Um indivíduo responsável pelo “Apoio do Resumo”, identificado na Operação Echelon (2018, p. 277), ilustrou essa preocupação com as seguintes perguntas:

¹⁵³ Autos nº: 0000580-45.2016.8.26.0236.

Quando o nosso irmão fez o convite para você fazer parte do Primeiro Comando da Capital, o irmão aceito de corpo, alma e coração?” “já leu o estatuto e teve total entendimento da disciplina e ideologia do Primeiro Comando da Capital?” “já fez parte de alguma gangue, quadrilha ou até mesmo de outra facção?” “já fez uso de pasta base, craque ou até mesmo ópio?” “já segurou flagrante de outra pessoa cobrando moeda em troca?” “teve ou teria envolvimento com pessoa do mesmo sexo ou até mesmo algum ato de homossexualismo?” (MPSP, 2018, p. 277, grifo do autor).

A relação entre “padrinhos” e “afilhados” é mais um aspecto que nos diz muitas coisas sobre a proteção promovida pelo PCC. Na prática, para o “padrinho” que deseja indicar um potencial novo integrante deve saber, de início, que necessita indicar alguém de confiança própria, que não causará problemas à organização, pois se o novo integrante é “bem sucedido”, sua reputação e prestígio aumentam. Caso indique um indivíduo que irá faltar com a disciplina, o “padrinho” também será cobrado. Por outro lado, o potencial novo integrante indicado deve saber que a indicação de seu “padrinho” significa a possibilidade de se tornar membro da ORCRIM. No entanto, se faltar com a disciplina, poderá ser cobrado tanto por seus “padrinhos” quanto pelos demais membros da ORCRIM com quem convive. Da mesma forma, a exigência do PCC pela indicação de três “padrinhos” é um mecanismo que aumenta seus incentivos em aceitar integrantes que, em teoria, apresentam maiores chances de serem pessoas confiáveis. Em outras palavras, é um ciclo de confiança retroalimentado que responde aos incentivos da possibilidade de perda de credibilidade e confiança frente a um ecossistema que já tende a ser menos confiante.¹⁵⁴

Mas a proteção oferecida não é limitada ao nível interno da organização, servindo apenas o integrante batizado que ocupa uma das posições na hierarquia unificada do PCC ou o “proprietário” que decide quem vai trabalhar em suas “lojas”. Talvez ainda mais essencial deve ser a proteção contra os inimigos do PCC. Seus competidores (organizações criminosas rivais e o Estado, ilustrado principalmente pelas forças policiais). Como em São Paulo o PCC detém hegemonia nos presídios e um número muito maior de integrantes espalhados pelo estado, consequentemente, é mais forte e pouco desafiado por outras organizações criminosas de atuação localizada, como o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade, Seita Satânica, Cerol Fino, Terceiro Comando da Capital e outras originárias de outros estados – existem episódios excepcionais a essa

¹⁵⁴ Ver: GAMBETTA, 1993.

regra.¹⁵⁵ Para além da própria organização, portanto, o inimigo de quem seus membros merecem proteção é o Estado. Melhor dizendo, associado ao risco da ilegalidade, existe o policiamento ostensivo e jurídico que enfrenta a organização criminosa.

3.3.2. *Corrupção e Violência*

A literatura do crime organizado, no geral, aponta a necessidade da prática de corrupção para uma série de objetivos. Historicamente, as organizações mafiosas utilizam-se da corrupção com o intuito de conquistar a imunidade da lei (ALBANESE, 2008), alcançar o poder de monopólio combinado com o uso da violência (NAYLOR, 2004) e para empregar a força policial a seu favor a fim de reforçar a autoridade criminosa (SCHELLING, 1971). Com exceção da característica monopolizadora do crime organizado - que não se encaixa nas operações do PCC nas ruas de São Paulo – Schelling (1971) argumenta que o sucesso da organização criminosa depende tanto da inabilidade do criminoso em buscar proteção da lei e em proteger a si próprio, como depende da sua própria habilidade de suprimir a competição e os serviços fornecidos pelos rivais, especialmente fazendo-o em conluio com a polícia. O cenário torna-se ainda mais favorável ao crime organizado quando a polícia pode ser usada a seu favor através de práticas de corrupção e quando “é melhor negociada coletivamente”, em oposição a um “comércio ilícito que consiste em apenas competidores individuais” que, sozinhos, não poderiam “corromper oficiais públicos” (SCHELLING, 1971, p. 647).

Corrupção

A corrupção sistêmica praticada pelo PCC é um aspecto que se aproxima dos instrumentos não-violentos de proteção oferecido à sua rede. Ao passo que a aplicação de sanções arbitrárias transmite pouca informação sobre o integrante punido (LESSING & WILLIS, 2019) e ainda pode criar incentivos inversos em um contexto de ilegalidade e violência intrínseca de políticas de

¹⁵⁵ Um trecho da Operação Echelon (2018, p. 299) descreve a conversa entre o denunciado que ocupava a posição de Geral de Santa Catarina e um indivíduo não identificado. O teor da conversa mostra preocupação de ambos sobre a penetração de integrantes do CV na cidade de Taubaté. O CV, segundo ele, “estava se municiando para fazer ataques contra integrantes do PCC”, por isso, “deveriam ficar espertos”. Ver também: GOI, Leonardo. Brazil Officials Link Rising São Paulo Violence to Gang Conflict. **INSIGHT CRIME**. 09 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/brief/brazil-officials-link-rising-sao-paulo-violence-to-gang-conflict/>>. Acesso em: 07 out. 2020.

controle, a corrupção pode ser uma medida alternativa da proteção à violência. Não obstante, a corrupção só funciona se o outro lado está disposto a ser corrompido. O cenário torna-se ainda mais complexo quando policiais exploram a debilidade do grupo criminoso em troca de subornos.

Em fevereiro de 2019, a Operação Ubirajara do MPSP denunciou 53 policiais militares (PM), todos lotados no 22º BPM/M localizado na Zona Sul da capital. Segundo o apurado nos Autos,¹⁵⁶ os policiais militares “praticavam crimes para favorecer a organização criminosa conhecida como Primeiro Comando da Capital - PCC permitindo a realização do crime de tráfico de drogas e associação ao tráfico de drogas no território abrangido pelo referido Batalhão.” Naquela região atuavam firmas desmembradas que tinham sob sua administração diversas “lojas” organizadas pelo PCC. Através de denúncia anônima (fevereiro de 2018) e durante o curso da investigação se verificou que os policiais passaram a “exigir o pagamento periódico, por vezes semanal ou quinzenal, outras vezes mensal, e quantia em dinheiro para não reprimir o notório tráfico de drogas no local e ainda auxiliarem os vendedores, fornecendo informações restritas e privilegiadas sobre a atividade da Polícia Militar na região.”

Dentre informações críticas e sigilosas da Polícia Militar, os milicianos corruptos repassavam informações como “o motivo de as viaturas que não integram a organização criminosa estarem próximas das ‘lojas’” e para avisar quando as viaturas estão a caminho desses locais. Os pagamentos eram feitos de acordo com a “graduação do policial militar, alguns por equipe, e outros de acordo com o interesse momentâneo do PCC e dos PMs”. Os principais exemplos dessa troca de informações caíam sobre a localização de anotações sobre a contabilidade do tráfico de drogas, nomes de integrantes, prisão de integrantes responsáveis pela comercialização de armas e outros. Segundo a denúncia, os valores dos subornos variaram de R\$ 300,00 por PM que compunha a equipe a R\$ 50.000,00. Os pagamentos de propina ainda eram feitos de acordo com o nível de influência¹⁵⁷ do policial de forma incentivar a atuação corrupta dos demais.

¹⁵⁶ Autos nº 87.537/2018 (0006752-47.2018.9.26.0010). Segundo a denúncia (2019, p. 5), as “investigações foram iniciadas em razão de uma notícia anônima que em 03/02/2018, com riqueza de detalhes, indicou que Policiais Militares apreenderam grande quantidade de drogas e passaram a negociar com traficante local exigindo dele o pagamento de vantagem indevida para evitar a sua prisão em flagrante e imputar tal conduta ilícita a uma adolescente.”

¹⁵⁷ “Os policiais que não foram cooptados pela organização e não estavam cientes de que outros policiais dela participavam e recebiam propina, eram dissuadidos momentaneamente – por vezes sem nem mesmo perceber – e afastados do local de recebimento da vantagem indevida. Como por exemplo ocorreu quando do recebimento da propina em 27.04.2018 pelo Policial Militar [Vulgo 1], que diz ao traficante que “estava com um pessoal” e que demorou para se encontrar no “beco do lixo”, pois teve que deixar “um pessoal ali em cima”, visto que no local em

Da mesma forma como a emergência da governança ilegal, a prática da corrupção parece ter maior efeito quando a impunidade é maior, e isso é resultado, em maior ou menor grau, do conjunto de outras variáveis como a violência e viés policial e a baixa confiança da sociedade sobre as forças de segurança. De acordo com o Índice de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial¹⁵⁸ em relação à confiabilidade dos serviços policiais entre 2010 e 2011 (capacidade das instituições policiais em fazer cumprir a lei e a ordem), o Brasil figurou em 74º lugar entre 139 países relatados, com uma pontuação de 4,1 em uma escala de 1 a 7, em que 7 é o melhor valor. O mesmo relatório de 2017-2018 classifica o Brasil na 121ª posição entre 152 países relatados, com pontuação de 3,5 em uma escala de 1 a 7.

O baixo nível de confiança que a população brasileira tem nas instituições policiais também é notável na Pesquisa Nacional de Vitimização (PNV), publicado em 2013 pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP),¹⁵⁹ sobre os mais diversos aspectos da vitimização no país, incluindo avaliação policial. Enquanto 63,3% da população apresentou pouca confiança na Polícia Militar, 67% tinham pouca confiança na Polícia Civil. E, embora exista grande variação nos resultados por estados, o melhor caso é o da população de Minas Gerais, que depende fortemente da Polícia Militar (26,1%) e da Polícia Civil (23%). Por outro lado, temos entre os piores avaliados a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) com apenas 10,8% de uma confiança muito alta da população. As instituições policiais do Estado de São Paulo tiveram um melhor desempenho, acima da média nacional, sendo a avaliação da PMSP (19,2%) melhor que o da Polícia Civil (15,8%).

Violência

A aplicação da violência pela organização criminosa pode ser tanto exercida para reprimir e controlar indivíduos que faltam com a “disciplina”, como pode ser usada contra rivais. As razões pela aplicação da violência podem variar conforme o contexto, mas geralmente seguem alguns padrões. Estudando a máfia siciliana, Gambetta (1993, p. 40 - 41) chegou à conclusão de

que estava ele seria visto. O Policial Militar escalado na ocasião e que não estava ciente do crime era a Sd PM [Vulgo 2].” (p. 9)

¹⁵⁸ Disponível em: <<http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/>>

¹⁵⁹ SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2013. Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf> Acesso em: 10 out. 2019.

que três fatores principais são importantes e certamente incentivam a aplicação de violência (não limitada à violência física). O primeiro fator, estrutural, envolve a relação entre as organizações criminosas que competem entre si. “Quanto mais estável e organizadas são essas relações, menor é a tendência de violência entre as famílias mafiosas.” O segundo fator depende da ação do próprio Estado em determinar o que é, ou não, ilegal. “Tornar algum serviço ou produto ilegal significa que a proteção do estado se torna indisponível por definição”. Em consequência, um natural incentivo para agentes econômicos racionais é criado e se torna uma forte atração para a entrada de novos atores no mercado que surge, ainda que isso incorra riscos já que os indivíduos que praticam atividades definidas como “ilegais” por lei, são perseguidos e punidos pelas instituições do Estado. O terceiro aspecto é a renovação natural dos agentes que compõem o mercado da proteção. Uma firma promotora de segurança deve estar atenta às mudanças de tendência da competição, especialmente se a aplicação de violência por criminosos mais jovens for intensa e brutal. Ademais, se o acesso às armas¹⁶⁰ estiver mais facilitado, esta firma deverá também se adaptar ou poderá perder espaço territorial ou mercadológico.

Viver sob um contexto competitivo onde a organização pode sofrer perdas de território (seja geograficamente ou mercadologicamente delimitado), de integrantes (que podem tanto morrer quanto passarem a integrar facções rivais), de influência sobre as forças policiais locais (é um risco sofrer viés de repressão policial devido à influência, através de corrupção, de facção rival), entre outros fatores, é mais do que suficiente para abrir precedentes para a aplicação e ameaça do uso da violência pela organização criminosa. Porém, confrontos entre facções e autoridades são custosos “em termos de vidas perdidas e perda de lucros”, como mantém também os clientes afastados (LEVITT & VENKATESH, 2000, p. 4).

Por essas razões, Gambetta (1993, p. 40) argumenta que a “credibilidade”, alinhada à reputação, significa, simplesmente, que criminosos organizados têm a “necessidade de demonstrar a habilidade de usar a força e crueldade suficiente que seu uso acarreta.” A violência, nesse sentido, é uma forma de comunicação. Internamente, antes de algum integrante cometer alguma infração, reconhecida como tal segundo os códigos e normas da organização criminosa, saberá que pode sofrer punição. A depender da gravidade, poderá até pagar com a própria vida - vide exemplos de

¹⁶⁰ Ver: CARNEIRO (2009).

grau de punições do PCC.¹⁶¹ Para a organização criminosa, caso permita episódios frequentes de “quebra” de regras, poderá sofrer os custos da insubordinação. Em outras palavras, a organização criminosa deve ter a certeza de que o “mau comportamento não começa em casa” (GAMBETTA, 1993, p. 40; LEVITT & VENKATESH, 2000). Iniciativas próprias, de favorecimento individual não podem servir de exemplo para outros. O artigo 16 do “Estatuto do PCC” deixa essa dinâmica bem clara:

16. É inadmissível usar o Comando para benefício próprio. Se algum integrante viera a subfaturar algo para ganhar dinheiro em cima do Comando, agindo como esperteza em benefício próprio, será analisado pela Sintonia e após comprovado os superfaturamento o mesmo será excluído e decretado. Nenhum integrante poderá usufruir do contato do Comando para transações comerciais ou particulares sem o conhecimento da Sintonia, os irmãos que investir o capital em mercadoria ou ferramentas para negociar, podem fazer negócio com a Família e obterem seu lucro desde que não seja abusivos, pois todo fruto desse trabalho é destinado aos necessitados em prol a nossa ideologia (FELTRAN, 2018, p. 308, grifo do autor).

Como argumenta Skarpedas (2001, p. 14), uma vez que um indivíduo está dentro da organização, no entanto, não fica claro se a maior predisposição e capacidade para violência muito o ajuda para avançar na hierarquia. “Outras habilidades tornam-se mais importantes nos maiores escalões: a habilidade de planejar ou executar tarefas, habilidades políticas e administrativas,” além da habilidade de inspirar¹⁶² os demais, diz o autor. No PCC, é possível reconhecer que a idade média dos integrantes que compõem os principais escalões é relativamente alta se levado em conta o risco das atividades. E, apesar de também ser uma característica encontrada em outras organizações criminosas, pode-se argumentar que a liderança do PCC, em grande parte, viveu “o ambiente tumultuado dos anos 1980 e 1990, e compreende a importância da pacificação para os negócios criminais e para o cumprimento da pena” (MANSO & DIAS, 2018, p. 135). Isto é, a credibilidade e manutenção da reputação é uma alternativa não-violenta para punição.

Ainda assim, a maioria não deve ser confundida com pacificidade. A denúncia Echelon (2018), por exemplo, comparada à “mega denúncia” de 2013, mostra com clareza a perversidade e brutalidade dos assassinatos. Pode-se argumentar que os detalhes expostos na denúncia sobre a

¹⁶¹ Ver: LESSING & WILLIS (2019), DIAS & SALLA (2013).

¹⁶² Por exemplo, o artigo 1 do “Estatuto do PCC” fala em “dar bons exemplos à massa de presos: *“Todos os integrantes devem lealdade e respeito ao Primeiro Comando da Capital, devem tratar todos com respeito, dando bons exemplos a ser seguidos pela massa, acima de tudo ser justo e imparcial.”*

maneira como as fotos, as descrições de torturas psicológicas e físicas e assassinatos são conduzidos é uma estratégia da promotoria para aumentar suas chances de conseguir a condenação daqueles que são denunciados. Mas é de se duvidar que exista outro tipo de comunicação disponível para sofrer intervenção das autoridades quando o período de investigação cobre a “guerra” entre as facções brasileiras que eclodiu entre 2016 e 2018. É uma relação complexa e prejudicial para todos os lados.

A proteção, como dito, deve ser uma forma de evitar que a insubordinação se inicie “em casa” (GAMBETTA, 1993). Esse aspecto fica muito claro com o controle exercido pelo PCC sobre o aluguel de armas, que geralmente estão guardadas e disponíveis em seus paióis, espalhados por São Paulo e outros estados da federação, não somente em edifícios, mas também enterrados a fim de evitar a apreensão pela polícia. Dentre as evidências coletadas, é perceptível que da mesma forma como existem funções e quadros específicos que mantêm registros das atividades criminais, existem membros responsáveis pelo controle de paióis de armas do PCC.

Um indivíduo preso na Penitenciária I de Presidente Venceslau, em São Paulo, era constantemente consultado sobre o remanejamento de integrantes, auxiliava na realização de batismos e exclusões, “além de manter os quadros da facção atualizados junto aos líderes.” Dentre essas funções, também tomava decisões sobre movimentações de armas dos ‘paióis’ de outros Estados, principalmente de Pernambuco e da Paraíba. As investigações da Operação Echelon (2018, p. 288) descobriram que “após o recebimento da autorização para matar, em concomitância, quase sempre, há a ordem para abertura do ‘paiol’ a fim de obtenção de armas que serão utilizadas pelas equipes, o que evidencia a responsabilidade do denunciado pelos homicídios”. Para a liberação de armas, porém, como sugerido em outras atividades e a fim de aprofundar a coletividade e evitar as decisões unilaterais, o responsável pelo ‘paiol’ deve pedir autorização do Geral do Estado, que se reportará ao Resumo do Estado, que por sua vez, somente quando também autorizado, libera o aluguel do armamento.

Essa é uma dinâmica interessante pois como se vê, necessita-se de uma cadeia de autorizações que não permite que decisões unilaterais prejudiquem a ORCRIM, assim como no caso da indicação de padrinhos em “batismos”. O indivíduo incumbido de cometer um homicídio sabe que o aluguel de armas em um paiol registrado o protege de situações que possa ser acusado de roubo ou danificação do instrumento – lembrando que a desconfiança é marcante em atividades

ilegais. O indivíduo se exime da culpa caso o membro responsável pelo paiol, por qualquer motivo, decida “incriminá-lo”. Ou seja, ele sabe que outros membros, como o Geral do Estado e o Resumo do Estado têm ciência do motivo, da quantidade e quando ele fez o aluguel do material. Para o responsável do paiol, esse mecanismo também o protege. Como visto em outros exemplos, a prática de registros do PCC permite que qualquer integrante possa conhecer o histórico de qualquer outro integrante. No cenário em que o responsável pelo paiol libera o aluguel, – após receber a autorização de companheiros – ele saberá que caso o indivíduo quem aluga não devolver, ou devolver o equipamento danificado, poderá “cobrá-lo” frente aos demais integrantes que permitiram o aluguel. É uma troca mútua de responsabilidades que em último grau reforça a confiança entre os pares criminosos.

O uso da violência pelo PCC para controlar os problemas de agência, no sentido de punições é, por vezes, substituído por “graus” de punição alternativa. Lessing e Willis (2019, p. 559 - 600) documentam que a punição do PCC, pelo menos para os que devem dinheiro de consignação de drogas, é “leve” (“*mild*”),¹⁶³ e incluem graus, complementares aparentemente, de três *strikes*:

Membros: primeira suspensão é 15 dias. Se eles pagam, eles estão de volta, se não pagam, eles estão fora do Comando; Segunda suspensão: 90 dias automaticamente e mais 15 dias para pagar. Se eles não pagarem, eles estão fora; Terceira suspensão: Expulsão automática. E eles entram na “suspensão de vinte dias de afiliado; ‘Afiliados’ são imediatamente sujeitos a suspensão de 20 dias quando eles não pagam (LESSING & WILLIS, 2019, p. 559-600, grifo do autor).

Um outro “salve” de 2012 descrito pelos autores também retrata essa dinâmica:

[...] as expulsões devem ser enviadas através de um geral ou um disciplina. Nunca registra uma Expulsão reportada por um membro que não ocupa uma posição (responso) ou o conhecimento da [SFG] ou da Regional... Nós, livreiros, nunca devemos registrar uma Expulsão sem primeiro ter o Resumo da [SFG] (LESSING & WILLIS, 2019, p. 559-600, grifo do autor).

Em consequência, como sugere a interpretação dos autores, esse modelo descentraliza punições e permite alcançar áreas geograficamente mais distantes onde a punição física seria mais

¹⁶³ As formas de punição podem variar bastante entre as organizações criminosas do Brasil. Segundo conversa interceptada entre dois supostos integrantes do PCC, pela denúncia Echelon (2018, p. 299), o CV, por exemplo, mandou um “salve” para que menores utilizam fuzis para matar em todo o país. Esses menores são aqueles que têm dívida com o CV, e como forma de pagamento são incumbidos de que matar integrantes do PCC. O alvo da interceptação cita ainda que o CV prefere perder um fuzil desde que mate um PCC. Em outro trecho, disse ainda que o CV já está se armando na cidade de Taubaté-SP, e que em Campos do Jordão foi “preciso que o sintonia desse um xeque-mate”.

custosa ou não-prática. No entanto, é um modelo que só funciona se os traficantes que buscam a droga consignada decidam pagar de volta o valor equivalente pela quantidade que retiraram. Para isso, o PCC se beneficia de políticas do Estado, como o “encarceramento em massa”, que “leva” os traficantes para o sistema prisional, onde a organização “pode facilmente puni-los”. No sistema prisional, mesmo com a adoção de punições alternativas, não-violentas, e devido às condições precárias do sistema penitenciário brasileiro, os criminosos se preocupam em perder a proteção do PCC, pois sabem que “o bem-estar é um poderoso incentivo para o reembolso” do que devem. Em último grau, portanto, assim como reproduzem Lessing e Willis (2019, p. 603) a citação de Tyler (2003) o sistema cria condições para “complacência voluntária generalizada”.

Adicionalmente, o uso do celular é essencial nesse sentido, e por isso que a organização territorial por DDDs faz sentido. Os “Sintonias” de cada região devem guardar essas informações, e quando necessário, poderão solicitar ou cobrar informações sobre qualquer membro. “Ironicamente”, o PCC vale-se das medidas de encarceramento que “incha as fileiras do PCC e – aumentando as chances de eventual encarceramento – dá a ele vantagem sobre os criminosos nas ruas (LESSING, 2017 apud. LESSING & WILLIS, 2019 p. 586; MANSO & DIAS, 2017). De forma similar acontece no Rio de Janeiro.

Em maio de 2020, a revista NY Times¹⁶⁴ publicou um artigo em que examina o modelo de negócios da Amazon meio à crise mundial do COVID-19, e explica que parte de seu sucesso

¹⁶⁴ Na versão original e completa: “*Rather than a retail operation with a website, Amazon is better understood as a set of far more ambitious commerce-related systems overseen by a single company. This arrangement might be easiest to see in Amazon Web Services. Through A.W.S., Amazon rents hosting and computing infrastructure to companies big and small. Instead of buying, operating and updating their own data centers, clients including Netflix, Apple and the United States government rent space and computing power from Amazon. Where possible, Amazon engages with this infrastructure as something like a customer. Netflix runs on A.W.S. — but so does Amazon’s Netflix competitor, Prime Video. Beneath the surface, Amazon’s retail operation works in much the same way. It is not a unified retail company through which Amazon sells products it has sourced or manufactured itself. It’s a platform connecting millions of customers with millions of sellers — none, of course, as large as Amazon itself. In exchange for a fee, Amazon lets a wide variety of parties sell goods through Amazon, right alongside those sold by Amazon. In exchange for more fees, Amazon will let you advertise those items against others, and its own. In accordance with another fee structure, Amazon will receive your products into its warehouses, process your orders and ship them to customers with the urgency associated with Amazon Prime, with which your listings will be badged. More than half of the products sold through Amazon are sold by third parties, many of which are effectively leasing floor space and logistics capacity — not computer servers but an actual work force — from the company. For brands and manufacturers, not entirely unlike regular users, Amazon is a thing you sign up for and give money to and then live inside, and with, for better or for worse.*” HERRMAN, John. Amazon’s Big Breakdown. **NY TIMES MAGAZINE**. New York, 27, may, 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2020/05/27/magazine/amazon-coronavirus.html?auth=login-google>>. Acesso em: 25 set. 2020.

está na maneira como a firma se organiza. Segundo a revista, a Amazon é melhor entendida como uma empresa que aluga hospedagem e infraestrutura de computação para empresas grandes e pequenas, que ao invés de comprar, operar e atualizar seus próprios *data centers*, clientes como a Netflix, a Apple e o governo dos Estados Unidos alugam seu espaço e capacidade de computação. Sempre que possível, ainda, a própria Amazon se envolve com essa infraestrutura como qualquer outro cliente.¹⁶⁵ Sua operação de varejo, por sua vez, funciona da mesma maneira. “Não é uma empresa de varejo unificada por meio da qual a Amazon vende produtos que adquiriu ou fabricou ela mesma. É uma plataforma que conecta milhões de clientes a milhões de vendedores – nenhum, é claro, tão grande quanto a própria Amazon”.

“Em troca de uma taxa”, a empresa permite que uma grande variedade de empresas venda seus produtos através de sua plataforma, junto com os vendidos por ela mesma. “Em troca de mais taxas”, ela também permite que uma empresa anuncie seus produtos contra outros e contra os seus próprios. “De acordo com outra estrutura de taxas, a Amazon receberá produtos de empresas terceiras em seus depósitos, processará seus pedidos e os enviará aos clientes com a urgência associada ao Amazon Prime, com o qual suas listagens serão identificadas”. Segundo o artigo, mais da metade dos produtos vendidos pela Amazon são vendidos por terceiros, “muitos dos quais estão efetivamente alugando espaço físico e capacidade logística - não servidores de computador, mas uma força de trabalho real - da empresa”. Portanto, “para marcas e fabricantes, não totalmente diferente dos usuários regulares, a Amazon é algo para o qual você se inscreve, doa dinheiro e depois convive, para o bem ou para o mal.”

Se analogias são permitidas pela literatura econômica do crime organizado, então é possível afirmar que o PCC é uma firma ilícita que monitora outras firmas ilícitas. Não é dizer que a analogia entre firmas ilícitas e legítimas, como circula na mídia e versões de autoridade, serve para explicar as operações do PCC por completo. A questão dessa comparação se dá pois o PCC também recebe em sua “plataforma” uma série de firmas menores e indivíduos que operam sob a proteção do PCC. Essas firmas tomam dimensões diversas, que por vezes é difícil de definir apenas com as investigações dos órgãos competentes. Mas nenhuma pode ser tão grande quanto o próprio PCC, e

¹⁶⁵ Quer dizer, a Netflix, por exemplo, é executada através da plataforma Amazon Web Services (A.W.S.), onde o próprio Prime Video da Amazon, que é um dos seus principais concorrentes, também é executado.

por isso que a formação de redes associativas funciona.

Uma primeira limitação da comparação com a Amazon (assim como com qualquer outra empresa legítima), por exemplo, aparece nesse momento. Enquanto a Amazon compete com outras firmas que operam em sua plataforma, o PCC, apesar de operar como “pessoa jurídica” (MANSO & DIAS, 2018), não lucra tanto quanto as firmas individuais. E talvez nem poderia mesmo. O “Salve” de 2011 deixa isso claro. Enquanto era obrigação dos integrantes participar do tráfico de drogas para fortalecer a “família”, aqueles que não se ligavam tanto ao discurso sindical inicial não ficariam satisfeitos e passariam a se questionar sobre os motivos de trabalhar, obrigatoriamente, para o lucro da organização, enquanto sua vida pessoal, “suas despesas pessoais”, como aponta o salve, continuariam a ficar sob sua própria responsabilidade. As firmas do PCC tampouco exercem apenas o tráfico de drogas, apesar de ser a maioria, segundo os dados. Existem as firmas que se dedicam ao tráfico de armas, roubo à bancos, e outros crimes predatórios e mercadológicos. A similaridade, por outro lado, está na supervisão promovida pelo agente unitário – o PCC. Isso fica evidente com sua capacidade de registros criminais.

Melhor dizendo, o PCC não é a firma que opera o tráfico de drogas de maneira única, mas são suas diversas firmas que se dedicam aos “corres” específicos que se conectam e formam uma ampla rede de proteção. As drogas ilícitas como se sabe, são vendidas nos diversos pontos de vendas cadastrados pela organização onde os indivíduos tanto vendem sua própria “caminhada” quanto as “caminhadas” do Comando.

Talvez o PCC não permita que firmas de sua plataforma “anunciem” seus produtos contra os da própria ORCRIM e em detrimento de outros, mas não está claro para afirmar. Acontece que isso poderia ocasionar problemas de agência maiores, e em consequência, maiores chances de insubordinação. Nesse sentido, a Amazon também difere do PCC pois não obriga ninguém a ser seu subordinado ou comercializar uma linha única de produtos, mas como pode-se entender, difícil seria a empresa que opera em sua plataforma deixá-la para criar seu próprio negócio opositor, sabendo que perderia já uma ampla rede de filiados que trocam confiança nas transações comerciais. O PCC garante justamente isso. Garante que o comprador de São Paulo, que compra da firma que opera na fronteira, possa pagá-lo dentro do prazo estabelecido. E assim, como a Amazon, essas firmas e indivíduos também servem como sua força de trabalho, operando as drogas da “pessoa jurídica” PCC, suas próprias e ocupando posições “político administrativas”

(FELTRAN, 2018) dentro da estrutura unificada da organização. O monopólio dos presídios e a disputa por hegemonia nos demais onde o PCC não está consolidado como potência, serve justamente para aumentar sua capacidade de “cobrança” sobre os criminosos profissionais que entrarão no sistema prisional no futuro.

Por fim, não é o fato de que a Amazon se organiza como empresa que é importante, mas a maneira como ela se apresenta como uma plataforma de comércio e envio de produtos. Sua plataforma nada mais é que um sistema aberto, composta por uma constelação de empresas, que se dedicam a uma infinidade de atividades, operantes em uma infinidade de mercados, em que a firma principal (Amazon) oferece regras de governança. A mesma lógica se aplica ao PCC. Não é uma firma centralizadora que extrai renda (extorsão) da constelação de firmas que operam em sua plataforma. Há, ao contrário, um mecanismo de apoio às firmas, que crescem justamente em função dessa plataforma comum. A proteção é uma escolha da firma PCC. É uma opção de negócios, assim como o próprio tráfico de drogas da “pessoa jurídica”. A diferença dos negócios é que a “proteção” é o que garante a comercialização das drogas ilícitas de forma mais segura. Seu monopólio é o do negócio da proteção nos presídios, e não do tráfico de drogas na rua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desta dissertação é analisar como os incentivos exógenos e endógenos moldam o comportamento geral de organizações criminosas frente aos mercados ilícitos nos quais atua. Para tal, conduziu-se uma extensa análise descritiva sobre o estudo de caso da organização criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC), especialmente sua atuação nos mercados de drogas ilícitas no Estado de São Paulo, no período de 2011 e 2016.

O primeiro ponto que deve ser destacado é o fato de que esta dissertação não trabalhou uma hipótese formal de pesquisa, mas conduziu um extenso estudo descritivo sobre o caso do PCC a fim de entender como as tendências mercadológicas incentivam as ações gerais da organização criminosa, e também para entender e promover os pontos positivos de adotar métodos de pesquisa que combinem dados gerais do crime com as evidências produzidas pelo sistema de justiça criminal. Assim, a promoção do estudo descritivo tanto serviu para salientar os ganhos analíticos de se estudar o crime organizado no Brasil através das próprias teorias que compõem a área mais ampla dos estudos do Crime Organizado, como para demonstrar suas limitações. E embora seja uma teoria desenvolvida no eixo Estados Unidos-Europa, existem diversas intuições que podem muito bem ser aplicadas aos casos da criminalidade urbana brasileira.

A própria promoção do argumento sobre proteção privada como principal negócio do crime organizado é uma proposta que parte de uma discussão literária presente nos estudos do Crime Organizado como área de pesquisa, principalmente da Teoria Econômica do Crime Organizado, que entende os vácuos promovidos pela ausência, fraqueza ou alcance incompleto da promoção de governança de instituições do Estado em áreas mercadologicamente ou geograficamente delimitadas, como incentivos para a emergência do crime organizado e a transformação da demanda por proteção em uma verdadeira indústria. A proteção, como argumenta Diego Gambetta (1993), é essencialmente para assegurar confiança, mas também para garantir os direitos de propriedade e a execução de contratos, o fornecimento de barreiras à entrada contra novas firmas, e a organização de acordos em conluio com as autoridades públicas. Por consequência, o uso da violência ocasional serve para preservar a reputação da organização criminosa como autoridade para resolver disputas ou assegurar o compromisso de contratos.

Diferente, talvez, das demais organizações criminosas brasileiras, o PCC serve tanto como uma grande rede, uma plataforma de negócios, para firmas ilícitas formadas por seus membros diretos e indiretos que demandam confiança e proteção por operarem em mercados ilícitos, quanto é por si próprio um competidor. Seus lucros, como organização criminosa, não precisam ser maximizados a todo custo uma vez que a garantia de proteção e confiança já incentivam a maximização de lucros individual. Como organização, seus lucros são necessários para objetivos comuns da ORCRIM, proteger a si e a seus membros contra rivais e agências de persecução penal, incluindo a promoção de bem-estar para os necessitados. Para isso existe a necessidade do apoio ideológico da massa carcerária, pois será nos presídios que disputará o controle efetivo. Sua organização estrutural, pelo menos nas ruas de São Paulo, serve para cobranças de disciplina.

Seguindo essa lógica, esta dissertação ofereceu o argumento que a disputa por território fora dos presídios não é tão importante como a hegemonia do sistema prisional é para o PCC. É dentro dos presídios que sua disciplina é cobrada, como se viu. Para o criminoso profissional que entende os riscos que corre por operar na ilegalidade, há o reconhecimento de que na dinâmica em que vive incorre um incentivo maior à filiação e compra do “seguro-prisão” (DIAS & MANSO, 2017; LESSING & WILLIS, 2019). Para a organização criminosa, ao passo que o número de integrantes aumenta, ela precisa aumentar também a sua capacidade de punição. Porém, se sua presença física nos presídios não acompanha essa expansão, as chances de punição também diminuem, e consequentemente, sua credibilidade e reputação.

Enquanto a teoria econômica do crime organizado aponta que a longo prazo, se permitida a total maximização de lucros e a livre entrada de novos agentes, pode-se esperar que os lucros das organizações criminosas sejam reduzidos, isso implicaria, em outras palavras, em um resultado econômico pior. Como explica Skarpedas (2001, p. 14), a competição ocorre por meio de recursos dedicados ao combate, que, então, ficam indisponíveis para produção, ou seja, a maior competição implica que mais recursos sejam usados na luta e menos na produção. Consequentemente, a maior competição no setor de proteção reduz a produção e a eficiência totais do serviço de proteção. Por essas razões, o monopólio sobre o local onde se garante a proteção é visado.

Dentre os objetivos específicos desta dissertação, outra importante contribuição compreendeu os prós e as limitações da combinação da metodologia de pesquisa e da coleta de evidências provenientes do sistema de justiça criminal. Por um lado, é uma estratégia que permite

compreender como o sistema de justiça criminal produz evidências sobre a criminalidade organizada, assim como permite observar analiticamente o modelo de organização do crime organizado e sua participação nos mercados ilícitos. Por outro lado, combinando um modelo estruturado de discussão baseado nas Teorias Econômicas do Crime Organizado e uma coleta sistemática de evidências, embora possa existir o discutido viés de seleção e confiabilidade sobre os dados, pode-se contar com testes constantes de validação de evidências uma vez que tais informações são sucessivamente produzidas pelo Sistema de Justiça Criminal.

Por fim, era sabido, desde o início, que a atual dissertação não iria esgotar toda a área de estudo sobre o crime organizado e tampouco sobre o caso escolhido. Atualmente, o PCC e suas firmas ilícitas atuam com maior intensidade nos mercados internacionais de cocaína do que no início da década. A organização já está inserida nas cadeias globais ilícitas e tem angariado imenso poder financeiro e bélico para garantir sua reputação, defender-se, atacar rivais e atrair novas firmas. Ainda que se tenha coletado documentos que permitem avançar sobre sua internacionalização, mais pesquisas são necessárias. Devido às dificuldades inerentes ao estudo do crime organizado transnacional, estudos localizados em regiões de fronteira e cidades de trânsito de ilícitos devem ser estimulados. Da mesma forma, devem ser estimuladas a interdisciplinaridade dos estudos de Segurança Pública e Defesa e o fomento à criação de espaços para se conduzir trabalhos conjuntos entre a universidade, o setor público e o setor privado, incluindo a cooperação entre os países da região.

REFERÊNCIAS

- ABADINSKY, Howard. **Organized Crime**. Ninth Edition. California. Wadsworth. 2010.
- ABREU, Allan de. **Cocaína: A Rota Caipira**. São Paulo. Record. 2018.
- ADLER, Patricia A. **Wheeling and Dealing: An Ethnography of an Upper-Level Drug Dealing and Smuggling Community**. Second Edition. New York: Columbia University Press. 1995.
- ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. **Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC: Dossiê Crime Organizado: Estudos Avançados**, Volume 21 nº 61, pg. 7-29. 2007
Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10264>>.
- ALBANESE, Jay. **Organized Crime in our Times**. Fifth Edition. New Jersey: Lexis Nexis Group. 2007.
- _____, Jay. **Risk Assessment in Organized Crime: Developing a Market and Product-Based Model to Determine Threat Levels**. Journal of Contemporary Criminal Justice, Volume 24, nº 3, pg. 263-273. 2008.
- _____, Jay. **Organized Crime: From the Mob to Transnational Organized Crime**. Seventh Edition. Routledge: New York, 2015.
- ALBINI, Joseph L. **The American Mafia: Genesis of a Legend**. Appleton-Century-Crofts. 1971.
- ALESINA, Alesina; PICCOLO, Salvatore; PINOTTI, Paolo. **Organized Crime, Violence, and Politics**. Review of Economic Studies, Volume 86, pg. 457–499. 2019.
- AMORIM, Carlos. **Comando Vermelho: a história secreta do crime organizado**. 5ª Edição. Rio de Janeiro, Record, 1993.
- ANDERSON, Annelise. **Organized crime, mafia and governments**. In: FIORENTINI & SPELTZMAN. The Economics of Organized Crime. Cambridge. Cambridge University Press, 1995.
- ANUÁRIO MERCADOS ILÍCITOS. **Mercados Ilícitos Transnacionais em São Paulo**. A Economia Criminal Transnacional. São Paulo. FIESP, 2017.
- BAUMOL, William J. **Discussion: Gang as Primitive States**. In: FIORENTINI & SPELTZMAN. The Economics of Organized Crime. Cambridge. Cambridge University Press, 1995.
- BEATO, Cláudio; ZILLI, Luís Fernando. **A Estruturação de Atividades Criminosas: Um estudo de caso**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Volume. 27 nº 80. 2012.
- BECHARA, Fabio R. **Challenges in Investigation on Criminal Organizations: Evidence Discovery; Financial Intelligence Report**. In: Revista Jurídica ESMP-SP, Volume10, pg. 159-

186. 2016.

BIDERMAN, Ciro; MELLO, João Manuel P.; LIMA, Renato S.; SCHNEIDER, Alexandre A. **Pax Monopolista and Crime: The Case of the Emergence of the Primeiro Comando da Capital in São Paulo.** Journal of Quantitative Criminology. nº 35, pg. 573 – 605. 2018. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s10940-018-9393-x>.

BIONDI, Karina. **Junto e Misturado: Uma Etnografia do PCC.** São Paulo. Terceiro Nome. 2018.

_____, Karina. **Sharing This Walk: An Ethnography of Prison Life and the PCC in Brazil.** Durham: University of North Carolina Press. 2016.

BOUCHARD, M; WILKINS, C. **Illegal Markets and the Economics of Organized Crime.** Routledge, New York. 2012.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 898**, de 29 de setembro de 1969. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União de 29/09/1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/1965-1988/De10898.htm Acesso em: 08 out. 2020.

BRASIL. **Lei nº 11.343**, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União de 24/08/2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

_____. **Lei nº 12.850**, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Brasília, Diário Oficial da União de 05/08/2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2013/Lei/L12850.htm. Acesso em: 08 out. 2020.

BUTLER, Michelle; SLADE, Gavin; DIAS, Camila N. D. **Self-governing prisons: Prison gangs in an international perspective.** Journal Trends in Organized Crime. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s12117-018-9338-7>. Acesso em: 05 set. 2020.

CARNEIRO, Leandro Piquet. **A Economia das Drogas na América Latina: Magnitude, conceitos e políticas de controle.** SSRN. 2009. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1472428

_____, Leandro Piquet. **Políticas Locais de Segurança Pública: o Desafio do Controle da Desordem.** Rede de Economia Aplicada. 2012

CATANZARO, Raimondo. **Men of Respect: A Social History of the Sicilian Mafia.** New York. The Free Press. 1992

CAULKINS, Jonathan P; BURNETT, Honora; LESLIE, Edward. **How illegal drugs enter an island country: insights from interviews with incarcerated smugglers.** In: BOUCHARD & WILKINS. *Illegal Markets and the Economics of Organized Crime.* Routledge, New York. 2012(a)

CAULKINS, Jonathan P; GURGA, Benjamin; LITTLE, Christopher. **Economic Analysis of drug transaction 'cycles' described by incarcerated UK drug dealers.** In: BOUCHARD. & WILKINS. *Illegal Markets and the Economics of Organized Crime.* Routledge, New York. 2012(b)

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro. **Crime Organizado, Estado e Segurança Internacional.** Contexto Internacional, Volume 33, nº 2. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-85292011000200005.

CHRISTINO, Márcio S.; TOGNOLLI, Cláudio J. **Laços de sangue: a história secreta do PCC.** São Paulo. Matrix. 2017.

COUTINHO, Leonardo. **The Evolution of the Most Lethal Criminal Organization in Brazil - the PCC.** The Journal of Complex Operations. PRISM National Defense University. 2019. Disponível em: <https://cco.ndu.edu/News/Article/1761039/the-evolution-of-the-most-lethal-criminal-organization-in-brazilthe-pcc/>.

CRESSEY, Donald R. **Theft of the Nation.** The Structure and Operations of Organized Crime in America. New York. Routledge Taylor & Francis Group. 1969.

CURRY, Phil; MONGRAIN, Steeve. **What is a criminal organization and why does the law cares?** In: BOUCHARD & WILKINS. *Illegal Markets and the Economics of Organized Crime.* 2012

DIAS, Camila Nunes. **PCC: hegemonia nas prisões e monopólio da violência.** São Paulo. Saraiva. 2013

DIAS, Camila N.; SALLA, Fernando. **Organized Crime in Brazilian Prisons: The Example of the PCC.** International Journal of Criminology and Sociology, Volume 2, pg. 397- 408. 2013.

DOMÍNIOS DO CRIME: 10 Anos dos Ataques do PCC. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO.** Disponível em: <https://infograficos.estadao.com.br/cidades/dominios-do-crime/>. Acesso em: 04 nov. 2020.

DOWDNEY, Luke. **Children of the Drug Trade: A Case Study of Children in Organized Armed Violence in Rio de Janeiro**. 7 Letras, Rio de Janeiro. 2003.

European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction and Europol. **EU Drug Markets Report 2019**, Publications Office of the European Union, Luxembourg. 2019

FELTRAN, Gabriel. **Irmãos: Uma História do PCC**. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

FERREIRA, Marcos A. S.V. **Brazilian Criminal Organizations as Transnational Violent Non-State Actors: A Case Study of the First Capital Command (PCC)**. Trends in Organized Crime, Volume 22, pg. 148–165. 2019. <<https://doi.org/10.1007/s12117-018-9354-7>>.

FIOCRUZ. **The 3rd National Survey on Drug Use by the Brazilian Population**. 2019. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/34614>>.

FIORENTINI, Gianluca; SPELTZMAN, Sam. **The Economics of Organized Crime**. Cambridge. Cambridge University Press, 1995.

FIORENTINI, Gianluca. **Organized Crime and Illegal Markets**. 1999. Disponível em: <<https://reference.findlaw.com/lawandeconomics/8400-organized-crime-and-illegal-markets.pdf>>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública** 2019. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf>.

LINDNER, Juliana; BORGES, André; Vargas, Matheus. Ministério da Saúde dialoga com o tráfico e com a milícia, diz Mandetta. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, 08 de abril, 2020. Disponível em: <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,ministerio-da-saude-dialoga-com-o-trafico-e-com-a-milicia-diz-mandetta,70003265463>>. Acesso em: 05 set. 2020.

IANNI, Francis; REUSS-IANNI, Elizabeth. **A Family Business: Kinship and Social Control in Organized Crime**. Londres, Routledge & Kegan Paul, 1972.

GAMBETTA, Diego. **The Sicilian Mafia: The Business of Private Protection**. Harvard University Press, 1993.

GAMBETTA, Diego. **Codes of Underworld: How Criminals Communicate**. New Jersey. Princeton University Press, 2009.

GRILLO, Carolina C. **Coisas da Vida no Crime: Tráfico e roubo em favelas cariocas**. Tese de doutorado 2013. Disponível em: <http://www.neip.info/upd_blob/0001/1540.pdf>.

GODOY, Marcelo. Maior investigação da história do crime organizado denuncia 175 do PCC. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, São Paulo, 11 de outubro, 2013. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,maior-investigacao-da-historia-do-crime-organizado-denuncia-175-do-pcc,1084346>>. Acesso em: 31 out. 2020.

HAGAN, Frank E. **The Organized Crime Continuum: A Further Specification**. Criminal Justice Review. 1983. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/073401688300800209>>.

HALLER, Mark. **Illegal Enterprise: A Theoretical and Historical Interpretation**. Criminology, Volume 28 nº 2, pg. 207–235. 1990.

HERRMAN, John. Amazon's Big Breakdown. **NY TIMES MAGAZINE**. New York, 27, may, 2020. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2020/05/27/magazine/amazon-coronavirus.html?auth=login-google>>. Acesso em: 25 set. 2020.

HIRATA, Daniel V.; GRILLO, Carolina C. **Movimento e Morte: O Tráfico de Drogas nas Cidades de São Paulo e Rio de Janeiro**. Journal of Illicit Economies and Development, Volume 1(2). 2019. Disponível em: <<https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.26/>>.

HOBBS, Dick; ANTONOPOULOS, Georgios A. **How to Research Organized Crime**. In: PAOLI, Letzia. The Oxford Handbook of Organized Crime. New York. Oxford University Press, 2014.

HOBBS, Dick. **Going Down the Global: The Local Context of Organized Crime**. The Howard Journal of Crime and Justice, Volume. 37, nº. 4, pg. 407-422. 1998. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1468-2311.00109>>.

IPEA, Instituto de Pesquisa Economia Aplicada. **Atlas da Violência**. 2019. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/dados-series/20>>.

JOHNSON, Bruce; HAMID, Ansley; SANABRIA, Harry. **Emerging Models of crack distribution**. In: MIECZKOWSKI (org.). Drugs, crime and social policy: research, issues and concerns. Boston. Ally and Bacon, 1992.

JOZINO, Josmar. **Cobras e Lagartos**. A Verdadeira História do PCC. São Paulo. Via Leitura. 2017.

JUSTUS, Marcelo; CERQUEIRA, Daniel R.C.; KAHN, Tulio; MOREIRA, Gustavo C. **The “São Paulo Mystery”**: The Role of the criminal organization PCC in reducing the homicide in 2000s. Economia, Volume 19, nº 2. pg. 201- 218. 2018. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1517758017300796>>.

KLEEMANS, Edward R. **Theoretical Perspectives on Organized Crime**. In: PAOLI, Letzia. The Oxford Handbook of Organized Crime. New York. Oxford University Press, 2014.

KLEINFELD, Rachel; BARHAM, Elena. **Complicit States and the Governing Strategy of Privilege Violence?** When Weakness Is Not the Problem. *Annual Review of Political Science*, Volume 21, pg. 215-238. 2018. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev-polisci-041916-015628>.

KOIVU, Kendra L. **Illicit Partners and Political Development:** How Organized Crime Made the State. *Studies in Comparative International Development*, Volume 53, n°. 1, pg. 47-66. 2017. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s12116-017-9242-1>.

KUMAR, Vimal; SKAPERDAS, Stergios. **On the Economics of Organized Crime.** In: GAROUPA (ed.), *Criminal Law and Economics*. 2008. Disponível em: <https://www.economics.uci.edu/files/docs/workingpapers/2007-08/skaperdas-15.pdf>.

LAMPE, Klaus von. **Definitions of Organized Crime.** Disponível em: www.organized-crime.de/organizedcrimedefinitions.htm.

LAMPE, Klaus von. **Organized Crime:** Analyzing Illegal Activities, Criminal Structures and Extra-legal Governance. California, Sage Publications. 2016.

LESSING, Benjamin; WILLIS, Graham. D. **Legitimacy in Criminal Governance:** Managing a Drug Empire from Behind Bars. *American Political Science Review*, Volume 113, n° 2, pg. 584-606. 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/american-political-science-review/article/legitimacy-in-criminal-governance-managing-a-drug-empire-from-behind-bars/15AA260804337B58B4A75EAF469457F6>.

LESSING, Benjamin. **Conceptualizing Criminal Governance.** *American Political Science Association*. 2020. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/journals/perspectives-on-politics/article/conceptualizing-criminal-governance/0105EC32BB9F26830179CF0B16917B02>.

LEVITT, Steven D.; VENKATESH, Sudhir A. **An Economic Analysis of a Drug-selling Gang's Finance.** *The Quarterly Journal of Economics*, pg. 755-789, 2000. Disponível em: <https://www.nber.org/papers/w6592>.

LIMA, Renato S.; RATTON, José L.; AZEVEDO, Rodrigo, G. **Crime, Polícia e Justiça no Brasil.** São Paulo, Editora Contexto. 2014.

MACCARTHY, Dennis M.P. **An Economic History of Organized Crime.** First Edition. Routledge. 2011.

MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila N. **A Guerra. A Ascensão do PCC e o Mundo do Crime no Brasil.** São Paulo, Editora Todavia, 2018.

MANSO, Bruno P. Universidade vai a periferias e prisões para tentar entender o PCC. **JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO**, 24 de janeiro de 2010. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,universidade-vai-a-periferias-e-prisoas-para-tentar-entender-o-pcc,500645>>. Acesso em: 05 set. 2020.

MINGARDI, Guaracy. **O trabalho da Inteligência no controle do Crime Organizado**. Dossiê Crime Organizado: Estudos Avançados, Volume 21(61). 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10266/11898>>.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Em coletiva, subprocurador-geral de Políticas Criminais esclarece Operação Ethos**. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/noticias/noticia?id_noticia=16182355&id_grupo=118>. Acesso em: 31/out/2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DENUNCIA 53 POLICIAIS MILITARES SUSPEITOS DE INTEGRAR O PCC. **EL PAÍS**. São Paulo, 05 de fevereiro de 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/05/politica/1549391739_431454.html>. Acesso em: 31 out 2020.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos**. A acumulação social da violência no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 1999. Disponível em: <http://necvu.tempsite.ws/images/tese%20michel.pdf>>.

_____, Michel. (Comentários Sobre) **O Enigma da Acumulação Social da Violência no Brasil**. Journal of Illicit Economies and Development, Volume 1(2). 2019. Disponível em: <https://jied.lse.ac.uk/articles/10.31389/jied.32/>>.

NAYLOR, Robert T. **Wages of Crime: Black Markets, Illegal Finance, and the Underworld Economy**. Cornell University Press. 2004.

NEVES, Alex J.; BAPTISTA, Gustavo C.; ENGEL, Cíntia L.; MISSE, Michel. **Segurança Pública nas Fronteiras. Sumário Executivo**. Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria acional de Segurança Pública. Brasília-DF, 2016.

OECD, Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **Illicit Trade: Converging Criminal Networks**. OCDE Reviews of Risk Management Policies. OCDE Publishing, Paris. 2016. Disponível em: https://read.oecd-ilibrary.org/governance/charting-illicit-trade_9789264251847-en#page25>. Acesso em: 05 out. 2020

OPERAÇÃO QUE PRENDEU INTEGRANTES DE FACÇÃO É “GOLPE DURO NA ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA”, DIZ SECRETÁRIO NA SEGURANÇA. **G1**, São Paulo, 14/06/2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/operacao-que-prendeu-integrantes-de-facao-e-golpe-duro-na-organizacao-criminosa-diz-secretario-da-seguranca.ghtml>>. Acesso em: 31 out. 2020.

PAOLI, Letzia. **The Paradoxes of Organized Crime**. Crime, Law & Social Change, Volume 37, pg. 51-97. 2002. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1023/A:1013355122531>>.

PAOLI, Letzia. **The Oxford Handbook of Organized Crime**. New York. Oxford University Press, 2014.

POLÍCIA FEDERAL, Superintendência Regional no Amazonas, Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE). **Operação La Muralla**. 2016. Disponível em: 2º Vara Federal do Amazonas, autos nº: 5276-25.2015.4.01.3200

POTTER, Gary W. **Criminal Organizations: Vice, Racketeering, and Politics in an American City**. Illinois. Waveland Press. 1994.

PROF. DONALD R. CRESSEY, 68, EXPERT ON SOCIOLOGY OF CRIME. **NY TIMES**. New York, 28 July, 1987 Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1987/07/28/obituaries/prof-donald-r-cressey-68-expert-on-sociology-of-crime.html>>. Acesso em: 20 out. 2020.

RED COMMAND. **INSIGHT CRIME**. 2018. Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/brazil-organized-crime-news/red-command-profile>>.

REICHEL, Philip; ALBANESE, Jay. **The Handbook of Transnational Crime and Justice**. Second Edition. California, SAGE Publications. 2014.

REUTER, Peter. **Disorganized Crime: The Economics of the Visible Hand**. Cambridge, MA: Hoover Institute Press. 1983.

RODRIGUES, Thiago. **Narcotráfico, Militarización y Democracia em el Brasil Contemporáneo**. Análisis Carolina. 2020. Disponível em: <<https://www.fundacioncarolina.es/wp-content/uploads/2020/02/AC-8.2020.pdf>>.

SALLA, Fernando; LOURENÇO, Luiz Cláudio. **Aprisionamento e Prisões**. In: LIMA et al. Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo. Editora Contexto, 2014.

SAMPAIO, Antônio. **Illicit Order: The Militarized Logic of Organized Crime and Urban Security in Rio de Janeiro**, Global Initiative Against Transnational Organized Crime. 2019. Disponível em: <<https://globalinitiative.net/wp-content/uploads/2019/09/GI-TOC-Report-on-Rio-Gangs-09Sep1015-embargoed-to-12-Sep-copia.pdf>>.

SAMPÓ, Carolina. **De la reclusión en las prisiones al control del tráfico de cocaína: la evolución de las organizaciones criminales brasileñas**. Real Instituto Elcano. Documento de trabajo. 2019. Disponível em: <<http://www.iri.edu.ar/wp-content/uploads/2019/06/articulo-sampo-1.pdf>>.

SKAPERDAS, Stergios; SYROPOULOS, Constantino. **Gang as Primitive States**. In: FIORENTINI & SPELTZMAN. *The Economics of Organized Crime*. Cambridge, Cambridge University Press. 1995.

SHELLING, Thomas C. **Economics Analysis and Organized Crime**. In: The President's Commission on Law Enforcement and the Administration of Justice, Task Force Report: Organized Crime. Washington, DC: US Government Printing Office, pg. 114-26. 1971.

SENASP, Secretária Nacional de Segurança Pública. **Pesquisa Nacional de Vitimização**. 2013. Disponível em: <https://www.crisp.ufmg.br/wp-content/uploads/2013/10/Relat%C3%B3rio-PNV-Senasp_final.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SKARBEEK, David. **Social Order of the Underworld**. How Prison Gangs Govern the American Penal System. Oxford. 2014.

_____, David. **The Puzzle of Prison Order**. Why life behind bars varies around the world. New York. Oxford University Press, 2020.

SKAPERDAS, Stergios. **The political economy of organized crime**: providing protection when the state does not. *Economics of Governance*, Volume 2: pg. 173-202. 2001.

SMITH, Dwight C. **The Mafia Mystique**. Basic Books Inc. 1975.

_____, Dwight C. **Organized Crime and Entrepreneurship**. *International Journal of Criminology and Penology*, Volume 6 n° 2, pg. 161–177. 1978. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/App/publications/Abstract.aspx?id=49083>>.

TREMBLAY, Pierre; BOUCHARD, Martin; PETIR, Sévrine. **The Size and Influence of a criminal organization**: A Criminal Achievement Perspective. In: BOUCHARD & WILKINS. *Illegal Markets and the Economics of Organized Crime*. Routledge, New York. 2012.

TYLER, Tom R. **Procedural Justice, Legitimacy, and the Effective Rule of Law**. *Crime and Justice*, Volume 30. pg. 283–358. 2003. Disponível em: <<http://criminaljusticealliance.org/wp-content/uploads/2017/07/Tom-Tyler-Procedural-Justice.pdf>>.

UNODC, United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report**. 2010. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2010/1.3_The_global_cocaine_market.pdf>.

_____, United Nations Office on Drugs and Crime. **World Drug Report**. 2019. Disponível em: <https://wdr.unodc.org/wdr2019/prelaunch/WDR19_Booklet_1_EXECUTIVE_SUMMARY.pdf>.

_____, United Nations Office on Drugs and Crime. **United Nations Conventions Against**

Transnational Organized Crime and the Protocols Thereto. 2004. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/treaties/UNTOC/Publications/TOC%20Convention/TOCebook-e.pdf>.

_____, United Nations Office on Drugs and Crime. **Results of a Pilot Survey of Forty Selected Organized Criminal Groups in Sixteen Countries.** In: Global Programme Against Transnational Organized Crime. 2002.

VAN DUYNE, Petrus C. **Organized Crime and Business Crime-Enterprises in the Netherlands.** Crime, Law and Social Change, Volume 19, pg. 103–142. 1993. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF01915552>.

_____, Petrus C. **Organized Crimes, corruption and power.** Crime, Law and Social Change, Volume 26, pg. 201- 238. 1997. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF00230862>.

VARESE, Federico. **Mafias on the Move: How Organized Crime Conquers New Territories.** Princeton University Press, 2011.

_____, Federico. **What is Organized Crime?** (Updtaed version). In: VARESE (ed). **Organized Crime? Critical Concepts in Criminology.** Londres. Routledge, Volume 1 pg. 11-33. 2010. Disponível em: <https://federicovaresecom.files.wordpress.com/2019/07/varese-2017-redefining-organised-crime-03.pdf>.

WILLIS, Graham D. **The Killing Consensus.** Homicide Detectives, Police that Kill and Organized Crime in Sao Paulo, Brazil. Doctorate Thesis. Department of Urban Studies and Planning at the Massachusetts Institute of Technology. 2013.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global Competitiveness Index.** 2018. Disponível in: <http://reports.weforum.org/global-competitiveness-index-2017-2018/downloads/>.

ZABYELINA, Yuliya. **Transnational organized crime in International Relations.** Central European Journal of International & Security Studies, Volume 3. 2010. Disponível em: <https://search.proquest.com/docview/2138331746?pq-origsite=gscholar&fromopenview=true>.

ZALUAR, Alba. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. Dossiê Crime Organizado: Estudos Avançados,** Volume 21 (61). 2007. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10265>.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel S. **Favelas sob o controle das Milícias no Rio de Janeiro: que paz? São Paulo em Perspectiva,** Volume 21, nº. 2. pg. 89-101. 2007. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_08.pdf.

APÊNDICE

Nesta seção são apresentados os dados coletados durante a pesquisa empírica desta dissertação. Os dados abaixo tratam dos procedimentos que versam sobre as tipificações penais de “Crimes de Organização Criminosa” e “Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa”, Art. 1 e 2 da Lei 12.850/2013, de acordo com as informações disponíveis na plataforma de consulta pública do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP): SISMPIntegrado. Uma vez coletados, solicitados e recebidos os dados foram divididos em quatro grandes grupos, seguindo a própria tipificação penal disposta na plataforma de consulta pública, sendo um grupo criado pelo próprio autor (“Lideranças”).²²⁴ A seguir as informações dos procedimentos quantificados são representados em formato de tabela e se referem à relação entre o número de procedimentos solicitados, recebidos e analisados, e também à quantidade de documentos em desfavor de integrantes ou supostos integrantes do Primeiro Comando da Capital.

Apêndice 1. Relação total de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC

	Solicitados	Recebidos	PCC	Outros
Totais	455	311	148	163
Denunciados	315	265	104	161
Arquivados	76	48	40	8
Em Andamento	55	5	5	0
Encaminhamento Externo	2	0	0	0
Juntado/Apensado	1	1	0	1

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 2. Crimes de Organização Criminosa: Relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC

	Solicitados	Recebidos	PCC	Outros
Totais	405	281	137	144
Denunciados	283	235	93	142
Arquivados	71	48	40	8
Em Andamento	49	5	5	0
Encaminhamento Externo	1	0	0	0
Juntado/Apensado	1	1	0	1

Fonte: Elaboração própria.

²²⁴ Um dos grupos, denominado de 1 Função do GAECO-Núcleo Presidente Prudente conforme o SISMPIntegrado, não recebeu uma tabela própria. Tal como mostra O Apêndice 1, do total de 455 documentos solicitados ao MPSP, cinco faziam referência à 1 Função do GAECO-Núcleo Presidente Prudente. No entanto, como não foram recebidos, não foi necessário ilustrá-los.

Apêndice 3. Promoção, Constituição, Financiamento ou Integração de Organização Criminosa: Relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC

	Solicitados	Recebidos	PCC	Outros
Totais	26	17	11	6
Denunciados	19	17	11	6
Arquivados	3	0	0	0
Em Andamento	4	0	0	0
Encaminhamento Externo	0	0	0	0
Juntado/Apensado	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Apêndice 4. Lideranças*: Relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC

	Solicitados	Recebidos	PCC
Totais	16	13	13
Denunciados	13	13	13
Arquivados	**2	0	0
Em Andamento	***1	0	0
Encaminhamento Externo	0	0	0
Juntado/Apensado	0	0	0

* Solicitar denúncias sobre lideranças foi uma tentativa de observar aspectos da carreira criminosa.

**Refere-se à duas denúncias arquivadas em desfavor de Marcola. Não foram recebidas.

***Refere-se à uma denúncia arquivada em desfavor de Marcola. Não foi recebida.

Fonte: Elaboração própria.

Abaixo também é apresentada a relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC referentes aos “Crimes de Organização Criminosa.” As informações demonstram a quantidade de procedimentos de acordo com a Discagem Direta à Distância (DDD) utilizada no Estado de São Paulo.

Apêndice 5. Relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC por DDD

	Total	Denunciados	Arquivados	Em Andamento
DDD 11	Solicitados	158	132	8
	Recebidos	126	120	5
	PCC	38	34	3
	Outros	88	86	2
DDD 12	Solicitados	6	5	0
	Recebidos	2	2	0
	PCC	1	1	0
	Outros	1	1	0

Continuação. Apêndice 5. Relação de procedimentos solicitados, recebidos e que envolvem integrantes e supostos integrantes do PCC por DDD

DDD 13	Solicitados	26	20	1	5
	Recebidos	15	13	1	1
	PCC	11	9	1	1
	Outros	4	4	0	0
DDD 14	Solicitados	26	22	3	1
	Recebidos	24	21	3	0
	PCC	19	16	3	0
	Outros	5	5	0	0
DDD 15	Solicitados	8	5	2	1
	Recebidos	7	5	1	1
	PCC	1	0	0	1
	Outros	6	5	1	0
DDD 16	Solicitados	17	26	6	4
	Recebidos	31	24	6	1
	PCC	13	9	3	1
	Outros	*16	15	3	3
DDD 17	Solicitados	13	6	1	6
	Recebidos	7	6	1	0
	PCC	5	4	1	0
	Outros	2	2	0	0
DDD 18	Solicitados	92	36	**48	8
	Recebidos	56	25	30	1
	PCC	42	13	28	1
	Outros	14	12	2	7
DDD 19	Solicitados	39	31	2	5
	Recebidos	21	19	1	0
	PCC	8	7	1	0
	Outros	13	12	0	0

* Dentre as 16 que não fizeram menção ao PCC, três trataram de "Tribunal do Crime", uma prática comum conduzida por integrantes do PCC. As três denúncias também citam outros elementos comuns ao PCC como as responsabilidades do "Disciplina" de determinada região em servir como ponto de referência para resolução de conflitos e outros problemas cotidianos da atividade ilegal, inclusive as práticas de "debates" que acompanham os famigerados "Tribunais do Crime". Ainda que existam indicações de que sejam indivíduos integrantes do PCC, como Capítulo 2, só foram contabilizados documentos que efetivamente citam indivíduos e possíveis ligações com o PCC, seja como ocupante de posições administrativas na estrutura unificada da ORCRIM, seja ativos nas diversas "firmas ilícitas".

**O grande número de documentos arquivados está possivelmente relacionado a uma constatação feita sobre os documentos arquivado recebidos. A maioria trata de casos em que os indivíduos, já presos, supostamente agiram em nome do PCC ou afirmaram serem integrantes do PCC a fim de causar medo aos Agentes de Segurança Pública (ASP), ou foram flagrados pelos ASP guardando ou comercializando entorpecentes, ou guardando manuscritos e anotações gerais que indicam participação na ORCRIM. Nesses casos, os documentos foram arquivados por falta de elementos probatórios, não restando provas suficientes pois o indivíduo negou, ou escolheu o silêncio, quando interrogado pela ação ilícita. Houveram casos, ainda, em que a acusação se efetivou pois o indivíduo afirmou verbalmente ou de forma escrita, ao chegar ao presídio, ser integrante ou "simpatizante" do PCC. Por essa razão, a denúncia entra na tipificação penal "organização criminosa."

Fonte: Elaboração própria.

ANEXOS

ANEXO 1. Estrutura Organizacional Hierárquica e Unificada: Primeiro Comando da Capital

Fonte: Ministério Público do Estado de São Paulo (2018). Autos n. 0003297-31.2017.8.26.0483.

ANEXO 2. Tipologia “Clustered Hierarchy”

Fonte: UNODC (2002). Results of a Pilot Survey of Forty Selected Organized Criminal Groups In Sixteen Countries. In: Global Programme Against Transnational Organized Crime.